



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

RITA DO SOCORRO ALMEIDA PANTOJA

PROGRAMAS PARA A JUVENTUDE:
impactos socioeconômicos e socioculturais na vida dos jovens de baixa renda de
Belém – Pará

Belém
2023

RITA DO SOCORRO ALMEIDA PANTOJA

PROGRAMAS PARA A JUVENTUDE:

impactos socioeconômicos e socioculturais na vida dos jovens de baixa renda de Belém – Pará

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento

Linha de pesquisa: Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mirleide Char Bahia

Belém
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo (a) autor(a)

- R 621m Pantoja, Rita.
Programas para a juventude: impactos socioeconômicos e socioculturais na vida dos jovens de baixa renda de Belém - Pará / Rita Pantoja. — 2023.
148 f. : il.
- Orientadora: Prof.^a Dra. Mirleide Chaar Bahia
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2023.
1. Juventude. 2. Estado. 3. Políticas Públicas. 4. Id. Jovem. 5. Pro Jovem Urbano. I. Título.

CDD 320.6

RITA DO SOCORRO ALMEIDA PANTOJA

PROGRAMAS PARA A JUVENTUDE:

impactos socioeconômicos e socioculturais na vida dos jovens de baixa renda de Belém – Pará

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Aprovado em: 26 /06/2023

Banca examinadora:

Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia
Orientadora – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
Examinador interno – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Euzébio de Oliveira
Examinador externo – PPGEEAA/UFPA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Senhor Deus, criador de tudo, que me acompanha, me guia em todos os momentos de minha caminhada. Sem ele nada seria possível.

Queria agradecer as pessoas envolvidas na trajetória de minha formação pessoal e profissional, que significaram o esteio de minhas conquistas ao longo do meu viver. A toda minha família, em especial a minha avó Rita pelos sábios conselhos ministrados, ao meu Pai Raimundo, que já descansam em Jesus, a minha mãe Celmira e principalmente aos meus filhos Elizabeth, Francisco e Victoria que aliados ao meu esposo, me brindaram com incentivo, a força necessária, o apoio incondicional diariamente para não desistir da missão a cumprir, a eles minha eterna gratidão.

Um agradecimento especial à Professora Dra Mirleide Char Bahia, pela sua paciência e atenção na orientação deste trabalho, ao professor Dr. Silvio Figueiredo, que sempre se colocou como conselheiro e amigo para alcançar esta etapa acadêmica, ao Professor Dr. Euzébio de Oliveira por suas recomendações significativas, e a todos os professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) pelos conhecimentos proporcionados, aos jovens dos diferentes Distritos de Belém, que participaram dos programas Identidade Jovem (ID) e Projovem Urbano e que contribuíram sendo entrevistados para a realização da pesquisa. Muito obrigada!

A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo.

(Albert Einstein)

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo, analisar os impactos socioeconômicos e socioculturais decorrentes da implementação dos Programas Federais, ID Jovem e o ProJovem Urbano em Belém, no período 2012 a 2020. Com intuito de contextualizar o objeto da pesquisa realizou-se uma abordagem teórica a respeito da Juventude em seus aspectos conceituais e categorias sociológicas sobre distintos autores, além do que, analisou-se a questão teórica sobre o Estado e a discussão e os avanços das Políticas Públicas de Juventude no Brasil. Desse modo, buscou-se compreender, o significado e a percepção destes jovens que vivenciaram os referidos programas e as perspectivas e/ou mudanças positivas ou não que somaram para suas vidas. Em tal sentido, se utilizou como método de trabalho uma abordagem qualitativa baseada na técnica de entrevista não diretiva, que resumidamente consiste em obter informações baseadas no discurso livre do entrevistado. Assim, no Programa ID Jovem, ofertando benefícios de meia entrada para eventos esportivos, cinema, teatros entre outros, além da gratuidade no transporte interestadual, foram entrevistados 29 jovens que participaram desse Projeto e o Programa ProJovem Urbano, que objetivava o aumento no nível da escolaridade do ensino fundamental e a qualificação profissional, foram entrevistados 42 pessoas que participaram desse Projeto, em 08 (oito) Distritos administrativos do município de Belém, além da pesquisa documental. De maneira geral, os programas foram bem aceitos pela população jovem, haja visto a grande repercussão e impactos positivos na vida destes, porém, a falta de continuidade dos projetos para juventude e divulgação de suas agendas e os entraves da vida pessoal e familiar dos jovens participantes dos projetos, somam os grandes impedimentos para um melhor desempenho com qualidade na vida escolar e profissional. Outro aspecto é o desmonte e enfraquecimento que as políticas públicas para a juventude sofreram nos últimos anos, com perda de orçamento, ocasionando a descontinuidade e desmobilização de Programas e Projetos voltados para esse público.

Palavras-chave: juventude; Estado e políticas públicas; ID Jovem/ProJovem Urbano; impactos socioeconômicos e culturais.

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze the socioeconomic and sociocultural impacts arising from the implementation of the Federal Programs, Identidade Jovem (ID) and ProJovem Urbano in Belém, from 2012 to 2020. respect for Youth in its conceptual aspects and sociological categories on different authors, in addition to that, the theoretical question about the State and the discussion and advances of Public Policies for Youth in Brazil were analyzed. In this way, we sought to understand the meaning and perception of these young people who experienced the referred programs and the perspectives and/or positive or negative changes that added to their lives. In this sense, a qualitative approach based on the non-directive interview technique was used as a working method, which basically consists of obtaining information based on the free speech of the interviewee. Thus, in the ID Jovem Program, offering half price benefits for sporting events, cinema, theaters, among others, in addition to free interstate transport, 29 young people who participated in this Project and the Projovem Urbano Program, which aimed to increase the level of elementary school education and professional qualification, 42 people who participated in this Project were interviewed in 08 (eight) administrative districts of the municipality of Belém, in addition to documentary research. In general, the programs were well accepted by the young population, given the great repercussion and positive impacts on their lives, however, the lack of continuity of youth projects and dissemination of their agendas and the obstacles in the personal and family life of young people project participants add up to major impediments to better performance with quality in school and professional life. Another aspect is the dismantling and weakening that public policies for youth have suffered in recent years, with loss of budget, causing the discontinuity and demobilization of Programs and Projects aimed at this public.

Key-Word: Youth; State and public policy; ID Jovem/ProJovem Urbano; socioeconomic and cultural impacts.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Metodologia do trabalho de pesquisa desenvolvido.....	24
Quadro 2 -	Concepção de uma política integrada de/para/com juventudes- Unesco.....	66
Quadro 3-	IVJ-Violência e Desigualdade Racial 2017 e seus Componentes- Ano 2015.....	69
Quadro 4-	Comparativo da taxa de homicídios entre jovens brancos e jovens negros, Estados Norte/Nordeste– 2015.....	72
Quadro 5-	Fator 1. Municípios com menores e maiores índices de vulnerabilidade juvenil-incremento populacional, população jovem (15 a 29 anos) e Evasão escolar, 2010-PARÁ.....	80
Quadro 6-	Fator 2. Municípios com menor e maior dimensão de Vulnerabilidade Juvenil – Homicídio e Fecundidade, 2010-Pará.....	81
Quadro 7-	Fator 3. Municípios com menor e maior dimensão de Vulnerabilidade Juvenil – Renda, o analfabetismo funcional e trabalho infantil, 2010- Pará.....	81
Quadro 8-	Saldo de Emprego Formal por faixa etária e Região de Integração (RI) no Pará, 1º Semestre de 2017.....	82
Quadro 9-	Municípios do Pará no mapeamento, implementação e consolidação do Programa Identidade Jovem-2017.....	84
Quadro 10-	Municípios do Pará com Nº Beneficiários Elegíveis e Nº de inscrições (carteiras) Emitidas no Programa (Id) Jovem.....	86
Quadro 11-	O Pará com Nº de inscrições (carteiras) Emitidas no Programa Identidade Jovem.2016-2017.....	87
Quadro 12-	Entrevistados do Programa ID Jovem- Belém-Distritos e Bairros.....	88
Quadro 13-	Idade do Participante na entrevista do Programa ID Jovem- Belém- 2012-2020.....	90
Quadro 14-	Perfil socioeconômico e demográfico dos entrevistados do Programa ID Jovem -Belém - 2012-2022.....	91
Quadro 15-	Números de inscrições geradas pelo Programa ID Jovem- Belém- 2018-2022.....	96
Quadro 16-	Estados e Cidades Participantes do Programa ProJovem-2005- 2008.....	104
Quadro 17-	Dados Gerais sobre a permanência no Programa Projovem 2005- 2008.....	105
Quadro 18	Categorias da relação do Aluno com o Programa Federal ProJovem (2005-2008)	105
Quadro 19-	Taxa de Desistência e Matrículas Totais-cidades da Região Norte - 2005-2008.....	106
Quadro 20-	Tabela 15. Participação e Matrículas totais do Projovem Urbano por Regiões - 2005-2008.....	107

Quadro 21-	Taxa de Desistência do Programa Projovem por Regiões - 2005-2008.....	107
Quadro 22-	Taxas de Evasão e Matrícula final (concluintes) - cidades na região Norte-2005-2008.....	109
Quadro 23-	Participação e Matrícula Final(concluinte) Programa Projovem por Regiões nível nacional- 2005-2008.....	109
Quadro 24-	Taxa de Evasão do Programa Projovem por Regiões-nível Nacional-2005-2008.....	109
Quadro 25-	Proporção de Alunos certificados (concluintes) do Programa Projovem da Região Norte- 2005-2008.....	110
Quadro 26-	Alunos certificados(concluintes) Programa Projovem Urbano por Regiões nível nacional- 2005-2008.....	111
Quadro 27-	Índice de Vulnerabilidade Social em Belém - Periodos-1991-2000-2010.....	113
Quadro 28-	Participantes Entrevistados ProJovem Urbano -Belém –Distritos e Bairros.....	116
Quadro 29-	Idade do Participante na entrevista e na época do ProJovem 2012-2014.....	118
Quadro 30-	Perfil socioeconômico e demográfico dos entrevistados ProJovem Urbano -Belém - 2012-2020.....	119
Quadro 30a-	Perfil socioeconômico e demográfico dos entrevistados ProJovem Urbano -Belém - 2012-2020.....	122
Quadro 31-	Participantes do Programa ProJovem Urbano no Município de Belém e no Pará.....	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	IVI- Violência e Desigualdade Racial 2017, Unidades da Federação, ano base 2015.....	70
Gráfico 2-	Risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio em relação a um jovem branco, Brasil e Unidades da Federação...	71

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRATI	Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - acquired immunodeficiency syndrome).
CAAE	Certificação de Apresentação para Apreciação Ética.
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações.
COJUEPA	Conselho de Juventude do Estado do Pará.
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude.
COVID	(co)rona (vi)rus (d)isease ou "doença do coronavírus".
DABEL	Distrito de Belém.
DABEN	Distrito de Benguí.
DAENT	Distrito Administrativo do Entroncamento.
DAGUA	Distrito Administrativo de Guamá.
DAICO	Distrito de Icoaraci.
DAMOS	Distrito Administrativo de Mosqueiro.
DAOUT	Distrito Administrativo de Outeiro.
DASAC	Distrito da Sacramenta.
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis.
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas.
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ID	Identidade Jovem
IDEB	Instituto de Desenvolvimento da Educação Básica.
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará.
IDH	Índice de Desenvolvimento humano.
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IVJ	Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência.
ME	Ministério da Educação

MEC	Ministério da Educação e Cultura.
MJ	Ministério da Justiça
MS	Ministério da Saúde
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ODS	Objetivo do Desenvolvimento Sustentável.
OIJ	Organização Ibero-Americana de Juventude.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas.
PEA	População Economicamente Ativa.
PEC	Projeto de Emenda à Constituição.
PIB	Produto Interno Bruto.
PJU	Programa ProJovem Urbano
PL	Projeto de Lei.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.
PNJ	Plano Nacional de Juventude.
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PPJ	Políticas Públicas de Juventude
RI	Regiões de Integração
RMB	Região Metropolitana de Belém.
SEGEP	Secretaria de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão
SEJ	Secretaria Estadual de Juventude
SEJEL	Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer.
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude.
SMA	Sistema de Monitoramento e Avaliação
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude.
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
UFPA	Universidade Federal do Pará.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
VA	Valor Adicionado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Metodologia	21
1.2	Aspectos éticos e legais	25
1.2.1	Critérios de inclusão e exclusão.....	25
1.2.2	Riscos e benefícios.....	26
2	JUVENTUDE: UMA ABORDAGEM TEORICA	27
2.1	As teorias críticas	30
2.1.1	Teoria da geração.....	31
2.1.2	Teoria da moratória social.....	35
2.2	Diferentes paradigmas da categoria juventude	38
2.3	Juventude, identidade, cultura e subcultura juvenil e tribos	42
3	O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL	57
3.1	Abordagens sobre o Estado	57
3.2	Abordagens sobre políticas públicas	62
3.3	A juventude nas cidades metrópoles do Brasil	67
4	PROGRAMAS E POLITICAS PUBLICAS DE JUVENTUDE	75
4.1	O Estatuto da juventude	76
4.2	O Programa (ID) Identidade Jovem	78
4.2.1	Programa Identidade Jovem (ID) x Vulnerabilidade Juvenil no Estado do Pará.	79
4.2.2	Resultados e discussão do programa Identidade Jovem (ID).....	83
4.2.2.1	<i>Caracterização socioeconômica, demográfica, impactos e percepções de participantes do Programa Identidade Jovem (ID)-Belém-Pará.</i>	88
4.3	O Programa ProJovem Urbano	97
4.3.1	Resultados e discussão do programa ProJovem Urbano.....	103
4.3.1.1	<i>O programa ProJovem Urbano no contexto municipal de Belém.....</i>	111
4.3.1.2	<i>Perfil e percepções dos impactos socioeconômicos e socioculturais de jovens participantes do programa ProJovem Urbano- Belém.....</i>	113
4.3.1.3	<i>Caracterização socioeconômica, demográfica, impactos e percepções de participantes do programa ProJovem Urbano-Belém-Pará.....</i>	115
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICES	141
	ANEXOS	147

1 INTRODUÇÃO

No século XXI, as ciências da área de humanidades avançaram e constituíram variadas teorias e concepções com o propósito de alcançar respostas sobre a dinâmica da juventude contemporânea, nessa direção passaram a considerar mais os fatores sociais e culturais como elementos de análise. A discussão temática da Juventude dentro das políticas públicas, surge dos compromissos firmados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1965, na Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos ideais da paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos.

A promoção dos direitos da juventude no mundo é desafiadora para atualmente mais de 1,8 bilhões de pessoas jovens, a maior geração deste segmento nos últimos tempos. É nesse contexto que a temática da juventude, no século XXI, se apresenta como assunto relevante para as sociedades contemporâneas, inclusive o Brasil. Em tal sentido, políticas e programas voltados para a juventude são necessários de serem implementados para este segmento.

Em 2011, a ONU promoveu o Programa de Ação Mundial para a juventude, sob a temática “Diálogo e Entendimento Mútuo”. O referido Programa estimula as Nações-membros¹ a promover a plena e efetiva participação da juventude em processos decisórios pertinentes, além do desenvolvimento da juventude nas questões relacionadas ao emprego juvenil, promoção do empreendedorismo, voluntariado, educação e capacitação, tudo isto com o objetivo de alinhar às necessidades dos jovens e seus países. Nesse sentido, os Estados Nacionais e as sociedades, em prol de uma ordem mundial, com atenção ao jovem como agente de sua própria construção e transformação, são alertados a apoiá-los em suas demandas.

De acordo com a ONU (2011) define também que a juventude é uma categoria sociológica que abrange a idade entre 15 a 24 anos, sendo que estes jovens se preparam neste intervalo temporal de suas idades para assumirem o papel de adultos no seio das sociedades em que vivem. Estes jovens representam, significativamente, cerca de 18% da população mundial ou 1,2 bilhão de pessoas. Nos países em

¹ De acordo com a ONU, 193 são os estados membros que a conformam e ocupam todas as regiões do mundo numa área territorial de 133,84 milhões de km² e 7,84 bilhões de pessoas ou 99,45% da população mundial. Como estados integrantes está o Brasil, Estados Unidos, Canadá, México, Argentina, Cuba, Perú, Colômbia, Panamá, Uruguay, França, Reino Unido, Espanha, Portugal, Alemanha, Itália, Áustria, China, Arábia Saudita, Coreia do Sul, Rússia, Síria, Vietnã, Nigéria, Egito, Angola, Israel, Somália, Líbia, Nova Zelândia, Austrália etc..

desenvolvimento, os lares de 87% dos jovens enfrentam dificuldades, com acesso limitado a recursos financeiros, saúde, educação, formação, emprego e oportunidades econômicas.

As políticas públicas de juventude, de acordo com Bango (2003), explicam que o processo histórico da política de juventude na América Latina se compõe de enfoques em quatro etapas que traduzem o tratamento dado aos jovens pelos órgãos governamentais. Este autor descreve que, a partir de 1950, os Estados latinos buscavam incorporar os jovens ao processo de modernização, via políticas educativas, e que isto visava a ampliação de oferta da educação, com maior investimento do Estado e assim incorporar as novas gerações ao atendimento do poder público.

No Pacto de juventude ibero-americano² celebrado em Cartagena das Índias, na Colômbia, em 2016, os chefes de Estado das 22 nações integrantes, inclusive o Brasil, assinaram as diretrizes do acordo social em matéria de juventude, com isto, o referido grupo de países busca conectar oportunidades políticas, institucionais, sociais e econômicas para os jovens, no âmbito de um marco comum que oriente o investimento, garantindo o desenvolvimento integral quanto à proteção dos seus direitos.

O conteúdo do Pacto de juventude ibero-americano está organizado em 24 cláusulas ou acordos. Nele, se abordam distintas questões fundamentais, como o desenvolvimento integral e pleno das pessoas jovens, sujeitos de direitos, atores estratégicos do desenvolvimento, atores políticos, com capacidade inovadora de transformar o seu entorno próximo, a partir de uma visão global. Os principais pontos dos acordos aportam para um certo grau de dinamismo à região em áreas como: inclusão; coesão intergeracional; consolidação de espaços de participação juvenil e incidência política; oportunidades de emprego e inserção socioeconômica; redução de vulnerabilidade e da desigualdade de gênero; melhoria da educação; fomento ao empreendedorismo, impulso das práticas culturais, geração do conhecimento e tecnologias (Pacto da juventude ibero-americano, 2018).

O pacto de juventude ibero-americano, está estruturado em duas partes, sendo que na primeira se define “o que”, ou seja, o tipo de realidade vai se transformar, o

2 Países membros da Organização dos Estados Ibero-americanos (Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Perú, Portugal, República Dominicana, Uruguai, Venezuela).

segundo “o como” definido como qual a ação concreta que promoverá no âmbito ibero-americano. Assim, o referido pacto de juventude ibero-americano é uma ferramenta útil que guia o investimento social transversalmente, em todas as direções das pessoas jovens. Estes acordos estão devidamente hierarquizados e guardam correlação com o conjunto de políticas, programas e projetos de juventude desenvolvidos na região.

Reconocer los derechos de las personas jóvenes, mediante el impulso voluntario a la ratificación y promoción de la Convención Iberoamericana de Derechos de los Jóvenes, respetando la legislación de los Estados, los acuerdos internacionales de los que éstos sean parte y la protección frente a medidas coercitivas unilaterales y su dimensión extraterritorial (Pacto de juventude ibero-americano, 2016, p. 5).

No Brasil, conforme a Política Nacional de Juventude, toda pessoa é jovem na faixa etária entre 15 e 29 anos. As políticas de Juventude no Brasil, começaram a fazer parte da agenda governamental em final de 1980. Com o aumento do índice da População Economicamente Ativa (PEA), criou-se um desdobramento de vários problemas, como a crise do desemprego, e a “exclusão dos jovens” do mercado de trabalho era evidente. Tal situação dramática, tornou-se uma questão social sensível, em que ratificou o papel do jovem como sujeito de direitos (Novaes, 2014).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), os jovens no Brasil³ são um quarto da população, sendo 84% nas cidades e 15% no campo, ainda 53,5% dos jovens trabalham, 36% estudam e 22,8% trabalham e estudam. Num outro estudo do ministério do trabalho em 2009, apontam a juventude brasileira como trabalhadora e considerando as diminuições de acesso ao mercado de trabalho nos últimos anos, onde a juventude brasileira tem combinado estudo e trabalho simultaneamente.

Conforme o IBGE (2010), os jovens ingressam cedo ao mercado de trabalho, em torno dos 18 anos, e isto acompanhado de fortes desigualdades sociais, que atinge de maneira geral jovens de baixa renda, com intensa inatividade juvenil, alcançando principalmente jovens mulheres. Conforme o próprio Instituto, o desemprego é um fator latente presente em mais da metade dos jovens brasileiros, além do que, estes no mercado de trabalho em média ganham menos da metade que os adultos, além de outros problemas que estes jovens enfrentam como a violência, discriminação de

³Aproximadamente 51,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos representam um quarto do total da população brasileira.

gênero e a baixa escolaridade. Outro dado alarmante é que, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008), 70% da população carcerária do país é constituída por indivíduos de faixa etária juvenil, apenas 13% cursam o ensino superior e 70% dos considerados pobres são negros.

De acordo com o relatório da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA, 2018), a população juvenil do Estado do Pará entre 15 e 29 anos, em 2016 alcançou 2,191 milhões de pessoas, representando 47% do total da população juvenil da região Norte. O Perfil da Juventude Paraense deve ser entendido a partir de suas perspectivas, dificuldades, oportunidades e até mesmo sonhos. Assim, “Esse perfil deve estar estruturado para entender quem é o jovem, a necessidade de formação e qualificação profissional, empregabilidade, questões na área da saúde, inserção no campo cultural e criação de políticas públicas para o setor, por parte do Governo ou das prefeituras” (FAPESPA, 2018).

Em 2002 se iniciou um Grupo de Trabalho coordenado pelo Governo Federal, em parceria com a Unicef e outras entidades, logo formulou-se um conjunto de propostas de políticas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda, debatidas em teleconferência nacional, a qual reuniu grupos participantes de todas as regiões do Brasil. Assim, foi finalizado e sistematizado um conjunto de iniciativas que possibilitou a elaboração de uma publicação e conforme a Secretaria da Presidência da República (2003), as propostas foram apresentadas aos mais diversos Ministérios (Educação, Assistência Social, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Esporte e Trabalho), contribuindo assim, para as próximas reuniões decisórias.

Dessa forma, segundo Freitas (2005), compreendia-se, cada vez mais, o reconhecimento de que a juventude vai além da adolescência, que as ações e projetos a ela dirigidos exigem outras estratégias, além da proteção garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, pela ação dos próprios jovens e organizações sócias, emergiu um movimento de afirmação para legitimar e reconhece-los enquanto sujeitos de direitos.

Assim, com o processo de institucionalização dessa agenda, foi criada em 2003, na Câmara Federal, uma Comissão de Juventude, para a elaboração do Plano Nacional da Juventude e do seu Estatuto. Simultaneamente, ao lado de iniciativas de atores diversos (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura- (UNESCO), Universidades, Organizações Não Governamentais (ONGs), Institutos Empresariais e outros), o Instituto Cidadania promovia um amplo programa de

estudos, pesquisas, discussões e seminários em vários Estados, cujas conclusões, sob o nome Projeto Juventude, seriam apresentadas ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. E, sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, foi organizado um Grupo Interministerial, pela primeira vez, tendo tais políticas como pauta (Freitas, 2005).

A agenda da juventude tem emergido com força no Brasil, nas últimas décadas, de forma vigorosa tem ampliado as temáticas diversificando-as com novas questões e debates, tornando-se desafiador a construção de diagnósticos e instrumentos de trabalho para quem lida com ações e iniciativas dirigidas aos jovens. Por conta disso, no Brasil, existe uma variedade de atores com diferentes perspectivas a respeito da juventude, estes definem o público de sua ação e o contextualizam para posições a respeito do momento em transforma-o em conteúdo para políticas públicas, além de alinhar concepções a diferentes perspectivas políticas relativas às propostas e projetos do país (Freitas, 2005).

Em tal sentido, Freitas (2005) discorre sobre juventude como sendo vários contextos, estar vinculado a uma faixa etária, período da vida, um contingente populacional, categoria social, uma geração. Porém, esses conceitos se conectam dinamicamente à dimensão entre a fase da infância e da maturidade. Portanto, existe uma correlação entre a faixa das idades, mesmo que a magnitude dos ciclos etários dificulte categoriza-los rigidamente com precisão. Logo, para a análises demográficas relativas as políticas públicas juvenis são significativas a ideia de um recorte ou marco etário dentro do conjunto da população (Freitas, 2005).

Desse modo, Freitas (2005) debate a noção de geração relacionando-o à ideia de similaridade de experiências e questões dos indivíduos pertencentes a um mesmo momento histórico, e que desenvolvem as diferentes fases do ciclo de vida de acordo com as mesmas condicionantes das circunstâncias históricas. Isto, propicia uma individualidade fazendo com que a juventude se torne evidente e produza interferências como uma categoria social. Nesse sentido, a CEPAL/OIJ (2004) declara que o termo juventude, ainda é uma tarefa complexa para delimita-lo e categoriza-lo, tanto para os governos e para o mundo acadêmico. Assim, mesmo não sendo central, para todas essas abordagens, mais ainda, estas condições que assinalam o término juventude pode ser relativizadas e, isoladamente, não bastam para caracterizar um ou outro estágio da vida. A perda linear deste processo é um elemento que caracteriza

hoje a condição juvenil, a noção de fase do ciclo vital pode ser um bom começo para as demandas da categoria (Freitas, 2005).

Desta forma, a Juventude reúne características complexas, diferenciadas em estreita relação ao contexto no qual os jovens estão inseridos, reforçando com isto o entendimento de que o segmento constitui identidades e singularidades, de acordo com a realidade de cada jovem. Assim, em 2004, a Câmara dos Deputados, tramita o Projeto de Lei (PL) nº 4.529, referente ao Estatuto da Juventude, e o PL nº 4.530, sobre o Plano Nacional de Juventude, aprovado depois pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados.

Em 2005, se cria a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), todos pela Lei nº 11.129, consolidando com isto instituições e ações em favor da juventude brasileira. Conforme informações do Guia de Políticas Públicas de Juventude (2006), o CONJUVE participa:

[...] na elaboração de diretrizes governamentais; na promoção de estudos e pesquisas da realidade socioeconômica juvenil; assim como assegurar que a gestão da Política Nacional de Juventude implementada pelo Governo Federal, alcance o reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e quanto da ampliação da participação cidadã (Brasil, 2006).

Assim, o papel do CONJUVE, visa servir de canal de diálogo entre a representação juvenil e o governo federal, e tem como objetivo assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na elaboração, desenvolvimento e avaliação das políticas de juventude. O Projeto de Emenda à Constituição (PEC) nº 65, de 2010, estabeleceu a Política Nacional de Juventude (PNJ) no Brasil como instrumento de política de Estado. Assim, incluiu um marco de garantias de direitos para os jovens do País. Logo, deste processo deriva a Lei nº 12.852/2013 ou Estatuto da Juventude, nele se reconhece as pessoas na faixa etária entre 15 e 29 anos, pertencentes a famílias com renda de até dois salários-mínimos e inscritos no Cad. Único do governo Federal como sujeitos de direitos, entre eles o direito ao acesso a eventos artístico-culturais e esportivos⁴.

Assim, implementou-se a partir do referido estatuto, por exemplo, a política pública ao direito territorial e à mobilidade, em que neste garante se aos jovens de

⁴ Pagamento de meia entrada do valor oficial pago pelo público em geral.

baixa renda duas vagas gratuitas no transporte interestadual de passageiro (Artigo nº 32, do Estatuto da Juventude). Contudo, atualmente há ainda situações críticas vivenciadas pela juventude, seus direitos sendo negados, desemprego estrutural, violência, racismo sofrido por jovens negros, exclusão de espaço de participação e poder, falta de apoio por parte do poder público aos jovens estudantes de escolas públicas e moradores da periferia das regiões metropolitanas, mães jovens solteiras entre outras situações, são dimensões que estão longe de serem atendidas pelo Estado (Brasil, 2006).

Em tal sentido, e devido as atuais circunstâncias governamentais relativas às políticas de Juventude, em que segundo o relatório do Gabinete de Transição do Governo Federal – Brasília - 2022, muitos programas voltados para a juventude foram esvaziados e desarticulados, a partir de 2016. É o caso do Projovem Urbano, que vinculado ao Ministério da Educação, perdeu estrutura e orçamento nos últimos quatro anos, outro programa o da Estação da Juventude, que foi sendo paulatinamente diminuído e desidratado, além do que, o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, descontinuado em 2017, apesar de seus resultados positivos. Assim é necessário fazermos questionamentos pertinentes à temática em referência. Quem são os órgãos estatais da federação, conforme a lei, responsáveis pela implantação e implementação das políticas de Juventude? Atualmente existe mobilização dos diversos segmentos da sociedade civil, esferas e órgãos governamentais, federais, municipais e do estado, para proceder ao necessário planejamento e implementação de apoio à disseminação e avaliação de Políticas de Juventude no município de Belém do Pará, referentes aos programas Projovem Urbano e ID e o que representou estas ações na vida dos jovens de baixa renda de Belém? Como é a percepção dos jovens relativos aos impactos socioeconômicos e socioculturais ocorridos em suas vidas na relação com os programas?

Portanto, a proposta desta pesquisa justifica-se como uma oportunidade para ampliar a análise e o debate em torno das políticas para juventude do poder municipal, porque nele se assentam as relações da sociedade civil e o Estado, tomando forma para uma configuração de esfera pública democrática. Desta forma, programas e

ações de políticas públicas de juventude, tornam-se caminhos que indicam a direção que percorrem para se consolidar como tal, no município⁵ alvo.

Logo, entender o movimento dessas políticas a partir de resultados (avanços e desafios) que permeiem a realidade da juventude em questão, é o que se pretende alcançar com essa pesquisa. Como hipóteses preliminares desta proposta, entende-se que existe uma relação entre o jovem e o próprio impacto decorrente de ações políticas do poder municipal, representando com isto expectativas positivas de transformação de vida para os jovens do município de Belém. Essa pesquisa teve como objetivo geral analisar os impactos socioeconômicos e socioculturais decorrentes da implementação dos Programas Federais ID e Projovem Urbano, no período de 2012 a 2020 no município de Belém, a partir da percepção dos jovens participantes. Sendo os objetivos específicos conforme abaixo:

- 1) Analisar-se as ações objetivadas pelos programas chegaram efetivamente aos jovens atendidos, bem como quais foram as reais ações alcançadas, e/ou os entraves que impediram sua realização.
- 2) Verificação dos decretos, leis, relacionados à implantação dos referidos programas para a juventude e sua implementação no âmbito da gestão municipal;

1.1 Metodologia

Para melhor compressão deste estudo, primeiramente procurou-se por meio da revisão da literatura pertinente entender acerca dos conceitos do tema juvenil, o que permitiu conhecer, de maneira mais precisa, significados, índices sociais, representação, avanços e desafios.

Como metodologia, realizou-se um levantamento de dados sobre o tema juvenil a partir de pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas com gestores destas práticas e participantes dos Programas ID Jovem e ProJovem Urbano. Assim, o método científico é um conjunto de procedimentos técnicos utilizados para atingir o conhecimento. Contudo, para que seja considerado conhecimento científico, é

⁵ Município de Belém da Região Metropolitana.

necessária a identificação dos passos, etapas ou fases para a sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar ao conhecimento (Gil, 2002).

A presente pesquisa apresenta como proposta uma abordagem qualitativa, pois esta toma como base a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, uma correlação entre o sujeito e o objeto, um encadeamento entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (Chizzotti, 2003). Assim, o trabalho de pesquisa realizado apoiou-se na abordagem qualitativa, que reúne aspectos essenciais para poder desenvolver e analisar os impactos e trajetórias da juventude participante dos programas ID e Projovem Urbano, desenvolvidos no município de Belém. De maneira geral esses aspectos teóricos são:

- Delimitação e formulação do problema. A delimitação do problema e sua identificação pressupõe uma imersão do pesquisador na vida e no contexto, nas circunstâncias presentes que condicionam o problema;
- O pesquisador tem características atuantes, compreensão global do fato e experiência com os investigados o tempo e o espaço;
- Pesquisados-são todos os sujeitos que norteiam a pesquisa com suas práticas e saberes;
- Os dados são analisados indutivamente; as técnicas de pesquisa ou instrumentos de coleta de dados qualitativos⁶ privilegiam histórias de vida, análise de conteúdo, observação-participante, entrevista não-diretiva (Chizzotti, 2003, p. 81 - 85).

Para a obtenção dos dados, este trabalho seguiu as orientações metodológicas referentes à coleta de dados qualitativos, baseadas em Chizzotti (2003) que indica como procedimento, que os dados são colhidos interativamente, ou seja, num processo de ida e volta em suas etapas diversas da pesquisa e na interação com seus sujeitos⁷.

Assim, num estudo qualitativo, o investigador pode ter diversos caminhos na busca de dados e informações, seu objetivo de constituir uma base de dados nos leva a utilizar instrumentos como grupos em foco, observação, entrevistas, análise documental e questionários. A pesquisa documental, conforme Gil (2002), é uma fonte de materiais e documentos originais que precisam serem trabalhados analiticamente, ou seja, dados brutos. Porém, para atender os objetos da pesquisa, podem ser tratados.

6 Segundo Chizzotti (2003), outros instrumentos de coleta de dados qualitativos são: entrevistas individuais e coletivas, o teatro da espontaneidade, o jogo dos papeis, entre outros.

7 Na pesquisa qualitativa os participantes são assumidos como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir no problema que identificam (Chizzotti, 2003).

Na pesquisa documental as fontes são mais diversificadas e dispersas, nesta categoria os documentos encontram-se conservados nos arquivos de órgãos públicos e instituições privadas (Gil, 2002, p. 46).

A técnica de pesquisa qualitativa, denominada entrevista não-diretiva, foi a técnica utilizada neste trabalho como método de desenvolvimento da pesquisa e da análise das respostas às questões subjetivas. Tais questões estiveram relacionadas à sua visão de vida, prospecção e expectativas, que diz respeito a uma forma de coletar informações baseado num discurso livre do indivíduo entrevistado, isto é o método da entrevista não-diretiva⁸. Assim, esse tipo de técnica de pesquisa exprime características em que pressupõe que haja obrigatoriamente um(s) entrevistado(s) capaz(es) de externalizar(em) sua(s) experiências, e comunicar as suas próprias representações, impressões, conclusões e análises de forma fidedigna, bem como manifestar em seus atos “discursivos” a singularidade quanto historicidade dos atos, ideias e concepções acerca de um determinado tema, que neste caso foi sobre sua participação nos Projetos citados (Chizzotti, 2003).

Para se obter essas respostas, os instrumentos de coletas de pesquisa que foram utilizados na realização da entrevista não diretiva, pessoal e dialogada (Apêndice A) que foi realizada junto aos indivíduos participantes dos dois Programas (Apêndice B e C), que foram desenvolvidos pela própria pesquisadora, direcionados para se responder os objetivos propostos, da pesquisa.

Conforme Chizzotti (2003), deve se ter cuidados para que as informações obtidas junto aos sujeitos da pesquisa nas entrevistas com o uso de um roteiro de entrevista sejam significativas, ou seja, tenham relevância para serem considerados dados relevantes a serem analisados e processados como resultados da pesquisa. O entrevistador, geralmente o pesquisador, deve se manter na escuta ativa e com atenção receptiva às informações prestadas, intervindo discretamente com interrogações de conteúdo ou sugestões circunstanciadas de questões que interessem à pesquisa. Um aspecto essencial envolve elementos como: uma atitude disponível à comunicação, confiança manifesta nas formas e escolha de diálogos descontraídos são ingredientes para o entrevistado se sentir inteiramente livre para

⁸ A entrevista não-diretiva, ou abordagem clínica, é uma forma de colher informações baseadas no discurso livre do entrevistado [...] pressupõe que o informante é competente para exprimir-se com clareza sobre questões da sua experiência e comunicar representações e análises suas, prestar informações fidedignas, manifestar em seus atos o significado que tem no contexto em que eles se realizam, revelando tanto a singularidade quanto a historicidade dos atos, concepções e ideias (Chizzotti, 2003, p. 92-93).

se expressar, sem receios, falar sem constrangimentos sobre os seus atos e atitudes e o contexto em que ocorreram (Chizzotti, 2003). Para auxiliar a expressão livre, Chizzotti (2003) recomenda que o entrevistador esteja atento às comunicações verbais e atitudes (olhar, gestos etc.) do entrevistado, sem qualificar os atos ou discordar das suas interpretações, nem ferir questões íntimas do mesmo, logo, a técnica exige do entrevistador outras habilidades, como estimular adequadamente e orientar o discurso.

[...] A entrevista *não-diretiva* tem vantagens e limites que devem ser ponderados pelo pesquisador antes de definir-se pelo seu uso, tais como a profusão informe de dados que devem ser reduzidos, as interferências emocionais, a tendencia do entrevistado em posicionar-se a cavaleiro de todas as situações narradas. A vantagem do contato imediato com questões relevantes pode aprofundar a significação dos fenômenos estudados (Chizzotti, 2003, p. 93).

Assim, o pesquisador nas interações verbais e não verbais, e no entendimento e compreensão do contexto das ações do entrevistado, vai recolhendo os dados e informações que o conduziram à progressiva explicação do problema quanto da confirmação das hipóteses. A seguir um resumo do quadro metodológico para a realização da presente proposta de pesquisa (Quadro 1).

Quadro 1- Metodologia do trabalho de pesquisa desenvolvido

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODO	VARIÁVEL
1. Caracterizar os programas ID Jovem, ProJovem Urbano e seus impactos socioeconômicos e culturais ocorrida na vida dos jovens.	1. Pesquisa documental a) Análise bibliográfica junto a órgãos públicos/ IBGE/IPEA/ secretarias de governo; b) entrevistas e questionários abertos com os gestores públicos dos diversos níveis de Estado (municipal, estadual e federal).	1. Índices socioeconômicos 1.1. Trabalha ou não; 1.2. Grau de escolaridade; 1.3. Domicílio; 1.4. Acesso à cultura; 1.5. Quantidade de eventos
2. Descrever os decretos e leis, relacionados aos dois programas para juventude e sua implementação no âmbito da gestão municipal.	2. Pesquisa documental a) Fontes de órgãos oficiais; b) Levantamento de relatórios dos PPA's; c) Entrevistas com gestores públicos dos diversos níveis de Estado (municipal, estadual e federal)	2. Documentos legais disponíveis 2.1. Nº de projetos de Lei
3. Analisar se as informações dos programas e ações chegaram efetivamente aos jovens atendidos e/ou possíveis entraves. Período de 2012 -2020	3. Coleta de Dados Qualitativos , por meio das entrevistas individualizadas não-diretiva e entrevistas coletivas com os jovens dos distritos de Belém que participaram dos Projetos a) Aplicação de questionários abertos e semiestruturados aos jovens entrevistados dos Projetos.	1. Acessibilidade 2. Qual meio de comunicação 3. Existência dificuldades de informações.

Fonte: Elaboração da Autora (2023).

1.2 Aspectos éticos e legais

O presente projeto de pesquisa foi apresentado/explicado aos potenciais participantes da pesquisa que poderiam optar por participar ou não da pesquisa, de livre e espontânea vontade. Aqueles que optaram por colaborar com a pesquisa serão inseridos na amostragem.

O estudo foi desenvolvido seguindo a resolução 466/2012, e os seus apêndices e resoluções complementares, do Conselho Nacional de Saúde que trata sobre os Aspectos Éticos aos participantes de Pesquisas Científicas envolvendo seres humanos, no que concerne a participação dos sujeitos na pesquisa, assim, foi realizada por meio do aceite e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice D), em que o documento versou sobre o título do trabalho, os objetivos, os riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, os nomes dos pesquisadores envolvidos na elaboração da pesquisa e o endereço onde a pesquisa foi sendo construída.

Este estudo também obedeceu às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde (MS), bem como as recomendações do Estado do Pará (recomendações estaduais e municipais) sobre os cuidados e precauções que devem ser tomados, por se tratar de pesquisa com seres humanos, em um contexto de pandemia do *Covid-19* em que o mundo está convivendo na atualidade.

A pesquisa após aprovada na qualificação foi submetida à Plataforma Brasil e junto ao parecer final do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (UFPA), autorizando a realização da pesquisa por meio da Certificação de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE).

1.2.1 Critérios de inclusão e exclusão

Para esta pesquisa foram selecionados participantes maiores de 18 anos, que tenham trabalhado na organização, implantação e coordenação dos projetos, bem como dos jovens que tenham participado dos mesmos.

Foram excluídos da participação na presente pesquisa, todos os sujeitos que não atenderam aos critérios de inclusão, bem como aqueles que também não

desejaram participar da pesquisa, de livre e espontânea vontade, mesmo atendendo aos critérios de inclusão.

1.2.2 Riscos e benefícios

Os participantes poderão se sentir constrangidos em participar das entrevistas ou em responder as perguntas que serão de caráter pessoal, e talvez fiquem desconfortáveis podendo apresentar reações diversas e imprevisíveis. De forma a evitar esse tipo de constrangimento, todos os procedimentos ocorreram de forma reservada e individual, na qual estiveram presentes somente o informante e o pesquisador.

Este estudo trará benefícios, pois os participantes ajudarão a acrescentar à literatura científica, dados sobre o tema pesquisado, visto que este ainda foi pouco investigado. Podendo assim trazer informações muito relevantes, inclusive para a criação e implantação de novos projetos sociais para a juventude.

A dissertação está dividida em 5 (cinco) capítulos: Inicialmente, se faz a apresentação geral da pesquisa; já no segundo capítulo se faz uma abordagem teórica a partir de distintos autores sobre a categoria Juventude, as teorias críticas, a cultura e subcultura juvenil entre outros; no terceiro capítulo, são discutidos os aspectos básicos dos principais conceitos sobre o Estado e o seu agir definindo e implementando as públicas direcionadas para o segmento juvenil; no capítulo quatro, trata-se os Programas e as Políticas Públicas, nele se analisa dois programas federais implementados em Belém, o programa ID Jovem que garante aos jovens de baixa renda, benefícios ao direito à cultura, ao território e à mobilidade e o programa ProJovem Urbano que foca para o jovem ampliação escolar e qualificação profissional, ambos com ações e resultados em favor da política nacional de juventude. E por fim, no quinto e último capítulo, apresenta-se as conclusões, ressaltando que os referidos programas em Belém, são políticas necessárias e significativas à juventude da cidade.

2 JUVENTUDE: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

No decorrer do século XX, a juventude passou a ser mais debatida e constituíram-se teorias e categorias em que para estudos rigorosos os fatores sociais e culturais passaram a ser incluídos nas análises. Logo, a tradicional teoria estrutural-funcionalista⁹ além de explicar o funcionamento de uma sociedade a partir de ações sociais de indivíduos, se tornaria hegemônica, sobre a visão de que os grupos juvenis têm a função de socialização secundária. Ou seja, a teoria preocupa-se com a integração do indivíduo dentro de uma estrutura social, reconhecendo o papel da juventude como positivo na transformação social (Groppo,2015).

Para Parsons (1968) “A estrutura é uma série de relações padronizadas das unidades”. Sendo que a unidade do sistema é o ator¹⁰, a estrutura social é um sistema de relações sociais dos atores na sua capacidade de desempenharem papéis, uns com relação aos outros. Logo, o papel é um elemento de padronização geral de ação de seus elementos individuais a partir do sistema social. O aspecto essencial da estrutura social descansa em um sistema de expectativas padronizadas, definindo comportamento adequados das pessoas desempenhando certos papéis, reforçados ambos pelos motivos positivo do incumbente (ator) para a conformidade, e pelas sanções dos outros (Parsons,1968).

Contudo, Parsons (1968) denomina a tais sistemas de padrões, vistas na perspectiva de seus lugares num sistema total, de instituições. Por outro lado, a interpretação de instituição era como sistemas de expectativas de comportamento padronizado, em relação ao sistema total. Já, as relações sociais em termos de atores, executores de papéis, permite considerar estas relações sociais não isoladamente, mas em termos de um contexto maior. Assim, a ligação existente entre a relação social, e o sistema e a estrutura total, tem sido chamado de função. Logo, o Estruturalismo ampliou o estudo e a análise das interações dos grupos sociais iniciado pela teoria das relações humanas, para os das interações das organizações sociais.

9 As categorias de análise da teoria estrutural-funcionalista eram a estrutura, o sistema e a função sociais. Essa análise busca descrever a normatividade dos sistemas culturais (Alves, 2014).

10 Uma característica importante dos sistemas de ação social que, na maioria das relações, o ator não participa com uma entidade total, mas somente em virtude de um 'setor' diferenciado de sua ação total. Tal setor, que é a unidade de um sistema de relações sociais, tem sido predominantemente chamado de “papel”.

Da mesma forma como interagem os grupos sociais, também interagem as organizações (Etzioni, 1980).

Segundo Coleman (1990), a totalidade dos comportamentos dos indivíduos — o sistema social — é uma abstração. Assim, três são os elementos básicos que constroem os sistemas sociais: os atores e seus interesses, os recursos necessários para satisfazer esses interesses e o controle sobre os recursos. Logo, uma teoria social deve apresentar três momentos: 1) Momento inteiramente situado no nível micro, onde se dá a compreensão das ações sociais praticadas por indivíduos; 2) Momento de transição do nível micro para o nível macro, onde se expõe como eventos individuais podem resultar em mudanças sociais e 3) Momento de transição do nível macro para o nível micro, ou seja, a influência de aspectos da sociedade sobre os indivíduos.

[...] analisar a evolução do fenômeno e como ganha existência, é preciso descer do nível macro-social para o nível dos atores, abandonando, pois, o paradigma da análise funcional por um paradigma que [...] contenha atores e uma teoria da ação (Coleman, 1990, p. 260).

Segundo Coleman (1990), os eventos que acontecem em nível micro, as ações sociais praticadas por indivíduos, constituem os fluxos causais que conectam os fenômenos do nível macro uns aos outros. Assim, para acontecer a passagem de um dos três momentos para outro, é necessário a existência de uma teoria da ação social que explique o comportamento dos indivíduos.

A microanálise segundo o autor, permite a compreensão do sistema social, em que por meio de uma “observação interna do sistema de comportamento” se possa explanar e conhecer tal comportamento. Para isso, considera necessário conhecer o comportamento dos indivíduos elementos que compõem o sistema. A teoria social continua a tratar do funcionamento de sistemas sociais de comportamento, mas as pesquisas empíricas frequentemente preocupam-se em explicar o contexto individual.

O individualismo metodológico caminho adotado por Coleman (1990) na sua teoria, admite que nem sempre é satisfatória uma explicação da análise no nível micro (ação individual), mas considera que fenômenos de nível macro (sistema social), como as normas sociais, exercem um grau de poder coercitivo sobre os indivíduos.

É importante localizar o conceito de norma [...] no contexto dos três componentes que se propus como necessários para a teoria social: a transição macro-para-micro, a ação racional no nível micro e a transição

micro-para-macro. As normas são construtos situados no nível macro, que tem como base ações racionais no nível micro, mas criadas sob certas condições através de uma transição micro-para-macro (Coleman, 1990, p. 74).

O processo de transição da ação individual (micro) para o sistema social (macro), ocorre ao se examinar tipos de relações que existem entre os indivíduos, e como tal apresentam seis formas e interdependências, entre os indivíduos produtores desses fenômenos sociais: 1) Da ação independente de um ator que impõe externalidades sobre outros e, muda a estrutura de incentivos com a qual eles se confrontam; 2) Das trocas bilaterais, como numa negociação entre sindicato e empresas; 3) Da extensão de trocas bilaterais para uma estrutura de mercado competitiva; 4) Das decisões coletivas ou escolha social, na qual o resultado sistêmico é produto dos votos ou de outras formas de expressão das preferências individuais, combinadas por meio de uma regra de decisão explícita e resultando na seleção de uma única alternativa; 5) Da estrutura de ações interdependentes que constituem uma organização formal produzindo um produto. A estrutura da organização refere-se a um conjunto de regras e incentivos, os quais criam interdependências assimétricas que não poderiam resultar de simples trocas entre duas partes; 6) Do estabelecimento de um direito coletivo de exercer controle social sobre certas ações de certos atores, via normas reforçadas por sanções (Coleman, 1990).

Assim, um aspecto da teoria da escolha racional de Coleman (1990), é de que os atores sociais agem racionalmente para atingir seus fins, via maximização da utilidade, ou seja, os indivíduos procuram obter o máximo de informações para tomar decisões que vão ao encontro dos seus objetivos. Para uma teoria social estabelecida com três componentes — um componente macro-para-micro, um componente de ação individual e um componente de micro-para-macro — é especialmente importante que o componente da ação individual permaneça simples (Coleman, 1990).

Portanto, nesta teoria a racionalidade limita-se à escolha dos meios, gerando todo um espaço na seleção dos fins a serem perseguidos pelos atores racionais. Por exemplo, para uma pessoa apaixonada por futebol pode ser racional fazer “qualquer coisa” para assistir ao jogo do seu time; a mínima perspectiva de benefício vale a pena justificar o alto custo de uma ação. Outro aspecto que precisa ser ressaltado, é que atores que fazem uso da razão ajam de acordo com o que seria objetivamente a ação mais racional, para alcançar determinada finalidade.

Assim, o ator faz um cálculo de até que ponto vale a pena continuar buscando informações para uma boa decisão e, que de acordo a certo nível de informação alcançada, devido aos altos custos de se obter informações suplementares, o ator considera que o possível resultado de sua ação será significativo, então age. Assim, trata-se de um comportamento menos perfeccionista (com relação aos fins) do que o baseado em considerações de mínimo de custo e máximo de benefício. Os custos dos meios entram no cálculo racional (Coleman, 1990).

As sociedades humanas tornaram-se complexas e contribuir para o entendimento de sua dinâmica social, é cada vez mais uma necessidade, dada a insuficiência da teoria estruturalista em explicar a realidade social e a crítica ao funcionalismo por tonar as normas sem problematizar sua origem e manutenção.

Ao se pensar a definição de juventude tem-se que são segmentos etários homogêneos das sociedades, e cumprem uma função destinada a contribuir para a integração social do tipo “universalista”. Esta experiência geracional fundamental é uma construção social histórica, propiciado por dada configuração das sociedades em que os grupos etários homogêneos, são importantes (Eisenstadt, 1976).

Groppo (2000), descreve a juventude como uma categoria social, que detém uma representação simbólica, criada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos chamados de jovens, para expressar e dar sentido a fatos, comportamentos e atitudes atribuídos a eles.

2.1 As teorias críticas

Na segunda metade do século XX iriam se desenvolver de modo mais característico as teorias e concepções de juventude, levando mais em consideração os fatores sociais e culturais. Estas primeiras teorias, em suas variantes geracional e clássica combinaram, em diferentes ênfases, a noção de geração¹¹, moratória social e subculturas juvenis, e trouxeram novos temas, entre eles conflitos de gerações, movimentos juvenis, cultura e lazer. O traço crítico destas teorias ressignifica as concepções de juventude, e corroboraram o seu papel e o sentido positivo destas na transformação social.

11 Momento histórico em que cada indivíduo se socializa. Cada geração incorpora novos códigos e sentidos ao capital cultural da sociedade em que está inserida.

2.1.1 Teoria da geração

Esta teoria de grande relevância na construção social do tempo, além de contribuir como categoria no debate teórico social, também tem sido influente nas questões sobre juventude. As fronteiras que apartam as gerações não são claramente determinadas, não podem deixar de ser imprecisos e atravessadas e, sequer podem ser ignoradas (Bauman, 2007).

Para Ortega y Gasset¹² (1923) afirma que o fenômeno primário na história é a *sensação radical perante a vida*, ou seja, a *sensibilidade vital* é que a variação desta tem consequências históricas decisivas quando se produz, não num indivíduo, ou numa multidão difusa de indivíduos e sim numa *geração*. A noção de *geração* conforme o autor, serve para entender a diversidade e o grau de como se sucedem as épocas históricas na Espanha, e de forma geral na Europa do século XX, indicando para o encadeamento entre as várias gerações que determina que cada uma delas receba as ideias, valorações, instituições e, o que foi vivido pela anterior e ao qual juntará o que resultar da sua própria espontaneidade.

Ainda em Ortega y Gasset (1923), o processo de vida de todas as gerações se dá em duas dimensões, sendo o *recebido* o primeiro e o *próprio* o segundo, estes por sua vez se alternam em épocas *cumulativas* e épocas *eliminatórias*. Nas *épocas cumulativas*, os jovens acabam por se submeter aos anciãos, seja na política, nas artes, na ciência, ou em qualquer outro domínio, pelo que Ortega y Gasset (1923), as designa também por *épocas de senectude* ou “*tiempos de viejos*”; nas *épocas eliminatórias*, os mais novos não são dóceis à autoridade do passado, alimentam beligerância construtiva com tudo o que não consideram pensado e sentido por si, dominando-os um espírito combativo que, em vez de conservar e acumular, quer substituir, construir novamente – a este comportamento peculiar Ortega y Gasset (1923), menciona-as como *épocas de juventude*, denominando-as também como “*tiempos de jóvenes*”. Assim, se cada geração tem uma certa sensibilidade, então ela consiste num conjunto peculiar de tendências íntimas, se afirmando que uma geração tem a sua própria vocação e uma missão histórica.

12 Para Bauman (2007), sobre as gerações de José Ortega y Gasset, a principal contribuição deste filósofo espanhol não se constituiu na ideia de “sucessão” entre gerações (uma ideia muito presente no pensamento e no senso comum da época e, na verdade, de todos os tempos), mas de “coincidência” e “sobreposição”, isto é, de coexistência parcial entre gerações.

De acordo com Feixa e Leccardi (2010), a noção de geração foi desenvolvida em três momentos históricos, o primeiro durante os anos 1920 - são formuladas as bases filosóficas em torno da noção de “revezamento geracional”. Nos anos 1960, uma teoria em torno da noção de “problema geracional” é fundamentada sobre a teoria do conflito. Em meados de 1990, surge uma nova teoria em torno da noção de “sobreposição geracional”. Isto corresponde à situação de jovens com mais habilidades em relação as gerações anteriores em um centro de inovação para a sociedade: a tecnologia digital (Tapscott, 1998; Chisholm, 2005).

Comte (1998), em relação a sucessão das gerações propôs, uma lei geral sobre o ritmo da história. Leis biológicas, relacionadas com a duração média da vida é a base da “objetividade” do ritmo. Logo, o progresso e sucessão das gerações, dependem do ritmo e da medição do tempo médio necessário para que uma geração seja substituída – na vida pública – por uma nova (30 anos).

O Progresso, é o resultado do entrelaçamento equilibrado entre as mudanças produzidas pela nova geração e a estabilidade mantida pelas gerações mais velhas. Assim, as novas gerações ditam o progresso, não se desvaloriza o passado representado pelas gerações mais velhas, o tempo social é “biologizado”, ou seja, o organismo social é sujeito ao desgaste. Porém, as “partes” podem ser substituídas: as novas gerações tomarão o lugar das antigas. O conflito entre geração poderá ocorrer, quando da duração longa da vida humana, frustrando expectativas de espaço de expressão de si das novas gerações no seu “instinto inovador”.

Dilthey (1989) argumentou que a questão das gerações exigiu a análise do tempo da experiência medido exclusivamente em termos qualitativos. E a sucessão das gerações não é importante, sua contribuição acerca das gerações define-se em termos de relações de contemporaneidade, e consistem num conjunto de pessoas sujeitas em seus anos de maleabilidade máxima a influências históricas comuns (intelectuais, sociais e políticas), ou seja, pessoas que partilham o mesmo conjunto de experiências, o mesmo “tempo qualitativo”. As gerações se formam dentro de uma temporalidade concreta, formada de acontecimentos e experiências compartilhadas. Logo, a vida humana é uma temporalidade, a conexão do tempo humano e o tempo histórico provém da capacidade de moldar, uniformizar o tempo pessoal e interpretá-lo num todo significativo.

A análise teórica da geração¹³ no pensamento sociológico de Mannheim (1982, p. 35) diz respeito ao fato de que certos indivíduos em idades semelhantes viveram na sua juventude “uma situação comum no processo histórico e social” Essa situação social, que define a geração, cria um conjunto restrito de experiências sociais em comum àqueles indivíduos e direciona-os para uma determinada ação social. Jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos, pode-se dizer, fazem parte da mesma geração. Por outro lado, a classe social define-se pela situação em comum de determinados indivíduos no interior das estruturas econômicas de uma sociedade (Mannheim, 1982).

Deste modo, a sociologia da juventude insere-se no que se denominou de “corrente geracional” dos estudos sociológicos acerca dos jovens, junto ao estrutural-funcionalismo¹⁴. Ambas as teorias, voltam-se ao tema das continuidades e descontinuidades intergeracionais, orientando-se para uma concepção de fundo “naturalista”¹⁵ de juventude. Porém, Mannheim (1982)¹⁶ diferencia-se do estrutural-funcionalismo por sua observação no potencial transformador da juventude, identificando-o como positivo, e não como desvio, disfunção ou perigo.

No entanto, incluir as gerações na pesquisa sobre as bases sociais e existenciais do conhecimento em relação ao processo histórico-social é um dos destaques na obra de Mannheim (1982). Nesse contexto, as gerações como dimensão analítica tornam-se proveitosa para o estudo da dinâmica das mudanças sociais, de “estilos de pensamento” de uma época e da ação. Estes, foram produtos específicos – capazes de produzir mudanças sociais – da colisão entre o tempo biográfico e o tempo histórico.

Contudo, as gerações podem ser consideradas o resultado de descontinuidades históricas e, portanto, de mudanças. Ou seja, o que forma uma geração não é um registro de nascimento comum; a “demarcação geracional” é algo “apenas potencial, mas é a parte do processo histórico que jovens da mesma idade-classe de fato compartilham (a geração atual).

Há dois elementos centrais nesta partilha do qual surge o “laço geracional”: por um lado, a presença de eventos que quebram a continuidade histórica e demarcam o

13 A Geração é um tipo de situação ou posição social como uma classe social não é um grupo social concreto, como é a família, tribo ou seita.

14 “teoria da socialização”.

15 (Biopsicológico).

16 Via nos jovens os recursos latentes de que as sociedades dispõem para sua revitalização.

“antes” e o “depois” na vida coletiva; de outro, é o fato que estas descontinuidades são vivenciadas pelos membros de um grupo etário em uma conexão constitutiva particular, quando o processo de socialização não foi concluído, pelo menos no seu período crucial, e os esquemas utilizados para interpretar a realidade não são ainda totalmente rígidos, essas experiências históricas são as “primeiras impressões” ou “experiências juvenis” (Mannheim, 1982, p. 77).

Assim, por meio do conceito de geração, os longos tempos da história são fixados em relação aos tempos da existência humana e entrelaçados com a mudança social. Porém, na “unidade geracional”, por seu turno, elaboram-se vínculos de diferentes maneiras e formas de acordo com os grupos concretos aos quais seus membros pertencem.

De acordo com Abrams (1982), identidade é a consciência do entrelaçamento da história individual e da história social. Assim, a relação entre estas duas dimensões da história surgem quando da referência ao tempo social, é dentro deste último, de fato, que a sociedade é a identidade gerada reciprocamente. Mas como é realizada esta conexão entre identidade e geração? Para Abrams (1982), uma geração é o período durante o qual a identidade é construída a partir de recursos e significados, que estão socialmente e historicamente disponíveis. Logo, diferentes gerações criam identidades e possibilidades novas para as ações.

Segundo Abrams (1982), a noção histórico social de geração se expandiu ao relacioná-la à identidade¹⁷. A relação entre o tempo individual e o tempo social, enfatiza sua filiação com registros históricos. O ponto de análise é de que a individualidade e a sociedade são construções históricas, portanto, necessário para analisar suas interconexões e, simultaneamente, suas mudanças ao longo do tempo.

Para Weisheimer (2008), a abordagem das gerações pela sua extensão dialética, reporta à juventude como elemento de conexão entre o passado e o futuro e nesse processo a sociedade tem o seu renovo permanente. No entanto, o motor dessa transição ininterrupta das gerações se estabelece pelos movimentos de interações constantes entre jovens e adultos, e por conta disso os mais velhos tornam-se receptivos às influências dos novos, o que como o autor denota um resultado da dialética entre gerações ocorrendo na própria dinâmica da sociedade.

17 Abrams definiu-a como consciência do entrelaçamento da história individual e da história social.

Sucedendo-se no tempo, as gerações se apresentam como a não simultaneidade do simultâneo, cada ponto do tempo é um espaço de tempo que não se reduz a uma única e homogênea relação com o tempo histórico. Indivíduos de gerações diferentes experienciam de modos diferentes os processos históricos simultâneos (Weisheimer, 2008, p. 61).

Desta forma, o início de uma geração é marcado por descontinuidades importantes, até então dominantes em determinada época histórica e institucional. O tempo histórico-social e seus ritmos, é visto como central para a definição das novas gerações e identidades sociais, é o processo de mudança que produz o anterior e o posterior. Assim, gerações é o lugar em que dois tempos diferentes – o do curso da vida, e o da experiência histórica – são sincronizados. A geração social nasce e transformam-se quando o tempo biográfico e o tempo histórico fundem-se.

As características principais para a situação geracional em Mannheim (1982), identifica cinco aspectos que reconhecem uma sociedade marcada por mudanças geracionais, em semelhança como as sociedades na qual vivemos, de uma sociedade utópica e imaginária. Contudo. Os responsáveis de processos dinâmicos e interativos das gerações na teoria mannheimiana são os elementos a seguir: “1) a constante irrupção de novos portadores de cultura; 2) a saída constante dos antigos portadores de cultura; 3) a limitação temporal da participação de uma conexão geracional no processo histórico; 4) a necessidade de transmissão constante dos bens culturais acumulados; 5) o caráter contínuo das mudanças geracionais” (Schäffer, 2003, p. 60).

2.1.2 Teoria da moratória social

Segundo Abramo (1992), a definição de juventude pode ser desenvolvida por uma série de pontos de partida: como uma faixa etária, um período de vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração. No entanto, todas essas definições se relacionam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade.

[...] para um exercício futuro de cidadania, dada pela condição de adulto, quando as pessoas podem e devem assumir integralmente as funções, inclusive as produtivas e reprodutivas, com todos os deveres e direitos implicados na participação social (Abramo, 2008, p. 227).

Conforme Dayrell (2010), a juventude é vista como uma condição de transitoriedade¹⁸, em que o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente. Desse modo, a noção de geração remete à ideia de similaridade de experiências e questões dos indivíduos nascidos num mesmo momento histórico, e que fazem suas narrativas de experiências, sob os mesmos condicionantes das conjunturas históricas. É esta singularidade que pode também fazer com que a juventude se torne visível e produza interferências como uma categoria social.

Outras definições também podem ser citadas sobre juventude, em que esta não é um “dom” que se perde com o tempo, e sim uma condição social com qualidades específicas que se manifesta de diferentes maneiras, segundo as características históricas sociais de cada indivíduo (Brito, 1996). Sendo assim, um jovem da zona rural não tem a mesma significação etária que um jovem da cidade, nem tão pouco os jovens de setores marginalizados e as classes de altos ingressos econômicos não possuem.

La juventud se encuentra delimitada por dos procesos: uno biológico y otro social. El biológico sirve para establecer su diferenciación con el niño, y el social, su diferenciación con el adulto (Allerbeck; Rosenmayr, 1979, p. 35).

De acordo com Reguillo (2000), a definição da categoria juventude pode ser articulada em função de dois conceitos: o juvenil e o cotidiano. O juvenil remete ao processo psicossocial de construção da identidade e o cotidiano, ao contexto de relações e práticas sociais nas quais o mencionado processo se realiza, com fundamentos em fatores ecológicos, culturais e socioeconômicos. A potência desta ótica reside, substancialmente, em ampliar a visão sobre o ator, incorporando a variável sociocultural à demográfica, psicológica ou a categorizações estruturais que correspondem às que tradicionalmente têm-se utilizado para sua definição. Então o que inclui é a variável vida cotidiana que define a vivência e experiência do período juvenil. Assim, para não cair na armadilha das análises em juventude que nos deixam, de um lado, com sujeitos sem estrutura e, de outro, com estruturas sem sujeito (Reguillo, 2000).

18 Para Dayrell (2003) a fase de transitoriedade é uma negação do presente vivido pelo jovem, isto como espaço-tempo de formação, na qual ele vivencia todo tipo de aspectos mais amplos que unicamente a do trânsito à vida adulta. Nesse sentido, o autor salvaguarda que o período da juventude para a constituição de sujeitos envolva um processo mais extenso.

La juventud que hoy la conocemos es como una 'invención' de la posguerra, en el sentido del surgimiento de una nueva orden internacional que integraba una geografía política en la que vencedores accedían a inéditos estándares de vida e imponían sus estilos y valores. La sociedad reivindicó la existencia de los niños y los jóvenes, como sujetos de derecho y, en el caso de los jóvenes, como sujetos de consumo (Reguillo, 2000, p. 23).

A juventude, assim como os jovens com mais de 18 anos, ficaram por muito tempo fora do escopo da tematização social; até meados dos anos 1990, quando uma nova emergência do tema se produz, principalmente centrada na preocupação social com os problemas vividos ou representados pelos jovens, basicamente relacionados às dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura marcada pela extensão dos fenômenos de exclusão decorrentes da crise do trabalho, e do aumento da violência, resultando em profundas dificuldades de estruturar projetos de vida.

Por outro lado, as discussões sobre a definição de moratória social¹⁹ como referência exclusiva para mensurar as possibilidades do aspecto juvenil. Nos leva a compreender, que quando tratamos de moratória, a oferta de postergação das responsabilidades sociais não se dá fora das instituições. Ou seja, de maneira geral, a moratória social colabora na mobilização de significativas instituições (cultura, lazer, saúde, de qualificação laboral etc.), que têm como epicentro a escola. É o ingresso e a estadia na escola, o “passe” que abre a possibilidade de acesso às demais instituições que garantem a experimentação e o uso da condição juvenil.

Nesta direção, a escola é, para o exercício da moratória social, a instituição de referência, não só porque a partir dela estabelecem-se as redes, mais ou menos formais, mas também porque a escola acaba fornecendo o modelo a partir do qual o tratamento dos jovens se desenha. Segundo Bourdieu (1983), estar na escola era estar numa instituição que inegavelmente socializa, que inegavelmente educa para a sociedade. Mas ela realiza essa educação *in vitro*. Quer dizer: realiza o processo de educação para a sociedade, de “fora”, educa socialmente “simulando” as relações sociais.

De acordo com Kruskopf (2004), a moratória social escondia, sob a desculpa do cuidado e espaço de criatividade, a negação do exercício pelos jovens de verdadeiros papéis como sujeitos sociais, por que aí eram considerados como

19 A moratória social período da vida em que se permite postergar diversas exigências **sociais** – entre eles o trabalho, matrimônio, ter filhos e formar o próprio lar. Logo, existe uma especial tolerância para com o comportamento juvenil. Além do que favorece suas experiências, formação educacional e aquisição de treinamento o que pressupõe ajuda do Estado na garantia de acesso ao sistema educacional público (Groppo, 2015).

“imatuross”. Assim, tendenciava-se a provocar a invisibilidade das ações dos jovens ou, quando estas ações se tornavam visíveis, o rotulavam como “perturbação da ordem”. Contudo, a moratória seria menos uma “sabedoria social” e mais uma “postergação das possibilidades de participação” dos jovens por conta da estrutura rígida ocupacional e educacional que vigorava (Kruskopf, 2004).

A moratória social, diz respeito a um “tempo doado” pela sociedade para os jovens vivenciarem sua condição adulta, e com certa autonomia. Assim, este tempo varia de acordo com condição social dos sujeitos, variando do alongamento indefinido à recusa. O referido “tempo doado” pode ser uma “postergação sustentada pela sociedade e por suas instituições” quanto das responsabilidades características de um adulto. Portanto, a moratória social, como significado de postergação, afasta os jovens dos “jogos sociais de poder” e adia sua autonomia plena, e o processo de transição do jovem à posição social de adulto fica no controle das gerações mais velhas (Peregrino, 2011).

Conforme Mannheim (1968), esboça em relação à moratória social, como pretensa condição da juventude no mundo moderno: separação relativa dos jovens da experiência do mundo adulto e público para o aprendizado de hábitos e valores básicos, que os predisponham a apropriar-se e cumprir papéis sociais demandados pela sociedade quando alcançarem a idade adulta. Por outro lado, é certo que o estrutural-funcionalismo havia esboçado a noção de moratória social, especialmente quando concebeu as funções da separação, no tempo e no espaço, dos jovens em escolas de ensino médio (Parsons, 1968).

2.2 Diferentes paradigmas da categoria juventude

Conforme Abad (2002), a evolução das políticas de juventude na América Latina foi marcada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. Assim, esse autor estabelece periodização em quatro modelos distintos de políticas de juventude: a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

A Literatura Latino-americana sobre o tema das políticas de juventude tem consolidado uma classificação das diferentes concepções sobre a juventude, que fundamentam as ações dirigidas aos jovens; abordagens predominantes em certos períodos da história da maioria dos países do continente (Abad, 2003; Bango, 1997), mas que coexistem e, por vezes, competem entre si nos diferentes campos que compõem a arena múltipla de ações dirigidas à juventude na conjuntura presente (Krauskopf, 2003; CEPAL; OIJ, 2004).

Krauskopf (2003, p.12) sistematiza essas abordagens em quatro tipos:

a) A juventude como período preparatório

Nesta abordagem, a juventude aparece como período de transição entre a infância e a idade adulta, gerando políticas centradas na preparação para o mundo adulto. A política por excelência é a Educação; e apenas como complemento do tempo estruturado pela oferta educativa, programas dirigidos ao uso do tempo livre, de esporte, lazer e voluntariado, para garantir uma formação sadia dos jovens. O serviço militar também pode ser visto nesta perspectiva, como programa preparatório de destrezas específicas para o cumprimento de deveres de responsabilidade e unidade nacional;

b) A juventude como etapa problemática

De acordo com esta perspectiva, o sujeito juvenil aparece a partir dos problemas que ameaçam a ordem social ou desde o *déficit* nas manifestações de seu desenvolvimento. As questões que emergem são aquelas relativas a comportamentos de risco e transgressão. Tal abordagem gera políticas de caráter compensatório, e com foco naqueles setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão (normalmente os grupos visados se encontram na juventude urbana popular). Os setores que mais desenvolveram ações sob tal paradigma são os da saúde e justiça – ou segurança social - (a partir de questões tais como gravidez precoce, drogadição, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), envolvimento com violência, criminalidade e narcotráfico);

c) O jovem como ator estratégico do desenvolvimento

A visão do jovem como ator estratégico do desenvolvimento está orientada à formação de capital humano e social para enfrentar os problemas de exclusão social aguda que ameaçam grandes contingentes de jovens e atualizar as sociedades nacionais para as exigências de desenvolvimento colocadas pelos novos padrões mundiais. A análise parte da ideia do peso populacional dos jovens como um bônus demográfico ainda vigente e como argumento para justificar a inversão no resgate do capital humano juvenil. Nesse sentido, os jovens são vistos como forma de resolver os problemas de desenvolvimento, por exemplo, como os relativos a uma camada crescente de idosos;

d) A juventude cidadã como sujeito de direitos

Nessa visão, a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, por onde os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios. Tal diretriz se desenvolve, em alguns países, depois dos anos 1990, em grande medida inspirada nos paradigmas desenvolvidos no campo das políticas para a infância e para as mulheres. Muda os enfoques anteriores principalmente por superar a visão negativa sobre os jovens e gerar políticas centradas na noção de cidadania, abrindo a possibilidade da consideração dos jovens como sujeitos integrais, para os quais se fazem necessárias políticas articuladas intersetorialmente.

Para Furter (1967), a sociedade que apenas adapta os adolescentes à sociedade adulta é, de fato, uma sociedade que recusa um lugar real e construtivo para os seus adolescentes. É necessário que os adolescentes tenham o sentimento e a certeza de que são também considerados como sujeitos responsáveis da sociedade.

Segundo Groppo (2009), entre 1970 e 1980 revelou-se os anos de maior dispersão e diversificação das rebeldias juvenis, em que, passaram a ser lidas – e efetivamente se tornaram, em parte importante – subculturas de diferenciação. A diversidade passa, desde então, a dar o tom das análises sociais e culturais, que, tanto quanto as identidades juvenis diante da complexidade da vida social, tendem também a se fragmentar quando olhar o seu objeto.

Conforme Mannheim (1972), o papel das juventudes na construção de uma democracia participante é considerado importante como força social a se mobilizar em prol da defesa da democracia. Assim, o modelo da juventude protagonista, é o indutor em prol da renovação das sociedades. Além do que as juventudes teriam papel importante e imediato para a consecução desta reforma, como força social de apoio e implementação das transformações em favor de uma sociedade organizada em torno do Planejamento Democrático.

Não estava este prenúncio no modelo do protagonismo juvenil totalmente “domesticado” e limitado pela tese da juventude como moratória social. Mas o modelo da moratória social acabaria por ganhar hegemonia, ao menos entre os pensadores sociais mais moderados. Um meio termo entre o totalitarismo e o liberalismo. Uma espécie de keynesianismo social, na verdade, um outra estrutura a respaldar, ou seja, o Estado de Bem-Estar Social (Groppo, 2003).

Segundo Camarano (2006), o estudo da transição do jovem para a vida adulta não pode estar limitado apenas à transição escola-trabalho. Entender a passagem para a vida adulta requer uma análise das interações dos novos estilos de vida e das maneiras diferenciadas de entrar na fase adulta, assim, como do processo de formação das novas famílias, mesmo que nas análises do processo de emancipação do jovem se admita a incorporação das perspectivas biográfica e subjetiva.

De acordo com Dayrell (2007), a juventude forma parte de um processo mais amplo no que tange a constituição de sujeitos, porém revela suas especificidades que registram a vida de cada um. Assim, a visão do autor reflete que a juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma. O processo é dinâmico e influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve. Entretanto, a importância e reconhecimento do papel transformador dos jovens na qualidade de agentes ativos e autônomos, o reconhecimento dos seus direitos deve estar garantido para o exercício e promoção de sua autonomia e de uma vida social plena (CONJUVE, 2006).

De acordo com Fiori (1991), engana-se os que pensam que a integração de um grande número possível de jovens na escola auxilia na promoção da libertação, pois a institucionalização da educação foi um dos meios mais eficazes de dominação e adaptação de grupos. Na visão de Freire (2003), a pedagogia da educação encontra-se distante das possibilidades educacionais dos que se situam nas subculturas marginalizadas. Assim o educador no que tange aos conteúdos disciplinares para uma

educação ideal, consiste em fazer “entrega sistematizada de resultados à sociedade” (Freire, 2003, p. 23).

Assim, a importância do reconhecimento do papel dos jovens como agentes ativos e autônomos e o reconhecimento dos seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia (CONJUVE *et al.*, 2006).

2.3 Juventude, identidade, cultura, subcultura juvenil e tribos.

A juventude é um processo de construção social, em que as sociedades constroem ideias dessa transição, definindo e implementando noções, papéis funcionais à sua juventude. Esta categoria social envolve relações, em que os próprios sujeitos jovens ao se perceberem dentro dessa conexão cultural e histórica expressam sua condição juvenil de forma variada.

O surgimento da modernidade, decorrente do desenvolvimento do modo de produção capitalista, acabou gerando novas transformações econômicas, sociais e culturais. Além do que, criou derivações como a especialização social, a ideia de racionalização e burocratização. Porém, dessas características inter-relacionadas entre juventude e modernidade, surgem novos e frequentes adjetivos atribuídos aos jovens, como modernos, diferentes, inovadores ou rebeldes.

Segundo Ariès (1981), a categoria juventude emerge com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas novas relações sociais decorrentes desse processo, o referido autor chama atenção às noções de infância e juventude construídas social e historicamente e aponta que a juventude emerge na modernidade sustentado em dois processos distintos, simultâneos e inter-relacionados.

O primeiro processo diz respeito as mudanças ocorridas no século XII sobre as formas de organização familiar. Essa mudança de orientação no âmbito doméstico reflete a família voltar-se para si mesma, se organizando em torno da criança. Ou seja, processou-se uma transformação na forma de organização do grupo parental da família extensa ou ampla para à família nuclear, que consistia no casal e seus filhos. Assim, a juventude adquiriu um papel social diferenciado no interior de uma família nuclear, em que as responsabilidades dos pais são fundamentais pela preparação das condições de existência e sobrevivência dos filhos (Ariès, 1981).

Por outro lado, a evolução econômica capitalista contribuiu ao segundo processo para o surgimento da juventude como fenômeno social moderno e especificamente entre os setores da burguesia e da aristocracia. Ou seja, essas classes sociais, devido à sua tenência econômica, podiam manter seus filhos longe da vida produtiva e social, mas preparando-os para funções futuras, em centros, escolas e liceus. Contudo, a noção de juventude decorre de processos iniciados com o desenvolvimento da modernidade capitalista e que implicam numa crescente racionalização e individualização das práticas sociais (Ariès,1981).

O progresso nas sociedades contemporâneas, gerou profundas alterações na estrutura produtiva e no sistema escolar, impactando no prolongamento da condição juvenil²⁰ e, conseqüentemente, uma maior dilatação dos tempos e dos modos de vida dos jovens. Corroborando com isto, para uma das razões fundamentais da ampliação da própria definição demográfica de juventude (Conde,1990).

Da ascensão do capitalismo na modernidade ocidental implicou-se na crescente institucionalização das fases da vida humana tudo direcionado na perspectiva dos interesses da classe burguesa e do aparelhamento e controle da direção do Estado, quanto da escolarização e a industrialização capitalista. Logo a juventude que se diferencia dos demais grupos etários no âmbito das elites entre os séculos XVII e XVIII, se expandirá como fenômeno social por meio da nuclearização das famílias e a universalização do ensino para todas as classes sociais (Weisheimer *et al.*, 2013).

Conforme Piaget (1977), as características do processo juvenil envolvem uma fase da vida localizada entre a infância e a vida adulta e tem como marco inicial a conclusão do desenvolvimento cognitivo da criança. Assim, esse desenvolvimento corresponde à capacidade de realizar atividades formais concluindo o seu processo de estruturação por volta dos 15 anos de idade, dotando ao indivíduo uma nova capacidade, a de utilizar o seu pensamento abstrato e hipotético-dedutivo para operações mentais próprias. Segundo o autor, o modelo de equilíbrio é dado pelo desenvolvimento cognitivo do ser humano marcado por um processo de passagem da gênese à estrutura. Isto, origina estados de equilíbrio sucessivos e descontínuos.

De acordo com Weisheimer (2008), juventude é uma categoria social fundada em representações sociais ao qual se atribui sentido ao pertencimento de uma faixa

20 Posição na hierarquia social.

etária, dispondo os sujeitos na estrutura social. Além do que, pela complexidade da categoria juventude, é importante defini-la não apenas em função de um único aspecto ou característica, mas sistematizá-la por meio de conceitos gerais e legítimos para as múltiplas realidades, nessa direção as diversas categorias de análise sobre os fenômenos juvenis tornam-se significativas.

Conforme o referido autor, o início juvenil é caracterizado pela puberdade. E registra mudanças tanto para um novo porte físico, quanto para um novo disciplinamento dos corpos. Essas mudanças biológicas incorporam e acentuam novos papéis sociais, como as distinções entre os sexos. Assim, a fase juvenil da vida está determinada por múltiplos critérios que expressam as transformações vividas pelos indivíduos no aspecto biológico, psicológico, cognitivo, cultural e social.

Desta forma, pode-se compreender o processo juvenil como uma mudança em diferentes momentos da existência humana. As fronteiras que designam o início e o término do ciclo de vida da categoria juventude, envolve fenômenos objetivos e subjetivos, sociais e individuais, que tendem a variar de sociedade para sociedade. Assim, para um maior grau analítico à juventude como categoria sociológica será necessário identificar os processos de socialização predominante entre os jovens (Weisheimer, 2008).

Por outro lado, a categoria juventude envolve e movimenta outros dois aspectos básicos e importantes que desempenham um papel significativo e são diferentes como categorias dentro do processo juvenil. A condição juvenil e a situação juvenil. De acordo com Abad (2002) e Sposito (2003), a condição juvenil retrata à maneira como a sociedade estabelece significados às juventudes em determinadas estruturas sociais, históricas e culturais. Ou seja, é uma posição na escala hierárquica social, em que se tratando dos jovens, fica uma posição subordinada aos adultos.

A condição juvenil expressa uma forma pelo qual uma sociedade concede e embasa uma relação de importância a essa construção ou ciclo de vida, incluindo a dimensão histórico – geracional, ou seja, uma ligação entre uma fase e outra, distinguindo-se não mais como um período de preparo para a vida adulta, mas como uma etapa registrada por traços culturais e históricas. Enquanto a situação juvenil, diz respeito ao modo como tal condição é vivenciada desde os diversos recortes às diferenças sociais – classe, gêneros, etnias (Abramo, 2008).

A situação juvenil corresponde aos diversos percursos experimentados pela condição juvenil, ou seja, traduz suas diversas configurações, os variados processos

empíricos, condições conjunturais e particularizadas das múltiplas “juventudes”. Assim, estas definições tornam-se completas quando se incorporam à multiplicidade dessas representações sociais, em termos de juventudes refletem a realidade sociais diversas, construindo experiências e identidades juvenis distintas (Weisheimer, 2005).

De acordo com Durston (1997), as características do processo juvenil são determinadas: 1) no âmbito biológico–fisiológico. Neste processo se inicia as mudanças fisiológicas da puberdade e adquire-se a capacidade reprodutiva; 2) no âmbito psicosssexual. Há o desenvolvimento da aprendizagem, do cortejo e descobrimento sexual; 3) no âmbito cognitivo. O processo de aprendizagem formal e informal chega a seu auge; 4) no âmbito interpessoal. As pessoas definem sua identidade juvenil frente a seus pares de idade; 5) no âmbito social. Aumenta o trabalho produtivo na vida cotidiana. Logo a pessoa desenvolve gradualmente sua subjetividade social como um novo adulto, assumindo uma maior responsabilidade econômica e autoridade de voz na sociedade.

Conforme Weisheimer (2008), os jovens²¹ buscam construir, as traves do ingresso no mercado de trabalho, as possibilidades da conquista de autonomia em relação aos pais, principalmente a questão financeira, mesmo que de modo parcial, isto se torna para o jovem como um reconhecimento social que incorpora nele nova subjetividade, tida como típica dos adultos, como a responsabilidade econômica e o direito a ter opinião e voz na família e na sociedade. Assim, juventude é uma categoria social que se assenta em representações sociais, com sentidos de atribuição ao pertencimento a uma determinada faixa etária, e posicionando os sujeitos na estrutura social (Weisheimer, 2008).

Dick (2003), diz que a juventude é uma construção sociocultural e situa-se entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta, numa fase de mudança e de inquietude em que se realizam as promessas da adolescência, entre a imaturidade sexual e a maturidade, entre a falta e a aquisição de autoridade e poder. É uma época da vida que não pode ser delimitada com clareza, mas é precisamente sua natureza fugidia que se carrega de significados simbólicos, de promessas e ameaças, de potencialidade e fragilidade, nessa construção cultural chamada juventude.

21 São os indivíduos concretos que vivem os processos de socialização específicos. Constituem-se em sujeitos históricos cujas trajetórias originam a transição da condição social de criança à vida adulta (Weisheimer, 2008).

De acordo com Weisheimer (2008), a juventude na contemporaneidade equivale a noções e valores que emergem da modernidade do sistema capitalista em que dois processos fundamentais contribuem para consolidar a categoria e são: o primeiro diz respeito a mudança da orientação do grupo doméstico, que passa a se constituir como família nuclear; a universalização do sistema formal de ensino, instituindo a escolarização como agente de socialização das novas gerações.

Cuche (2002) refere-se às noções de cultura e identidade como diferentes, porém, existe um grande canal de ligação entre essas noções, ao passo que a cultura depende em grande parte dos processos inconscientes, enquanto a segunda remete a normas de vinculação conscientes, ou seja, a identidade somente pode ser entendida num contexto relacional. Contudo, mesmo com a estreita relação entre cultura e identidade, a noção de identidade pode assumir vieses distintos, como vinculação original de um indivíduo aos seus grupos (raízes), como resultado de um patrimônio genético (sua raça) ou como resultado de uma herança cultural (sua cultura).

De acordo com Weeks (1990), identidade significa a disposição de pertencer a um grupo determinado. Em tal sentido, é a identidade que define “o que você tem em comum com algumas pessoas e o que o torna diferente de outras” (weeks, 1990, p. 88). No entanto, é possível a cultura existir sem a consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e, inclusive, transformar uma cultura que passará a ter pouco tempo com o que ela era anteriormente. Portanto, deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais (Cuche, 1999).

Norton (2005) aponta a identidade como a forma “em que a pessoa entende sua relação com o mundo, como essa relação é construída ao longo do tempo e do espaço, e como a pessoa projeta possibilidades para o futuro”. Contudo, de forma específica a identidade social, reflete a forma pela qual os indivíduos se percebem ou se posicionam na sociedade em que vivem e pela qual percebem os outros se posicionando em relação a eles próprios. As identidades sociais provêm das várias relações sociais que as pessoas vivem e nas quais se engajam (Bradley, 1996).

Erikson (1987), expoente da teoria psicossocial, categoriza a identidade como um sentimento subjetivo de um vigor uniforme e contínuo vindo do interior do ser humano e que se transforma ao longo do ciclo da vida, logo mudanças e ocorrências diversas se dão a partir das relações com os outros. Dessa forma, a complexidade da

identidade²² compreende um processo que está sempre mudando e evoluindo, e sua formação envolve um método de reflexão e observação simultâneas. Contudo, é um processo de crescente diferenciação e amplitude maior, que vai se sucedendo na medida em que o indivíduo vai adquirindo.

[...] Maior consciência de um círculo, em constante ampliação, de outros que são significativos para ele – desde a pessoa materna até a “humanidade”. O processo “inicia-se” no primeiro encontro verdadeiro da mãe e do bebê como duas pessoas que podem tocar-se e reconhecer-se mutuamente; e só termina quando se dissipa o poder de afirmação mútua do homem. [...] ao discutir-se identidade [...] não podemos separar o desenvolvimento pessoal e a transformação comunitária, assim como não podemos separar a crise de identidade na vida individual e a crise contemporânea no desenvolvimento histórico, por que ambas se definem uma à outra e estão relacionados entre si (Erikson, 1987, p. 21).

De acordo com Erikson (1987), a formação da personalidade, está ligada à construção do processo de identidade e está se exprime significativamente na fase adolescente, é aqui que a estrutura ideológica do meio se torna essencial para o ego²³, além do que, segundo o autor, sem uma simplificação ideológica do universo, o ego adolescente não pode organizar a experiência de acordo com suas capacidades específicas e o seu envolvimento em expansão.

Erikson (1987) enfatiza que o processo de identidade entre o período da adolescência e a jovem adultos, vai ter um adiamento ou moratória de compromissos e responsabilidades, característicos do indivíduo adulto. No entanto, ocorrendo uma simultânea experimentação intensa de papéis e requisitos preliminares²⁴ iniciada na adolescência, e validos para atravessar a crise de identidade e as situações de autoafirmação. Assim, o desenvolvimento humano não se inicia ou termina com a identidade; a identidade na pessoa madura deve tornar-se relativa. A identidade psicossocial é necessária como base segura da vivência transitória do homem (Erikson, 1987).

22 Erikson (1987) em termos psicológicos, “é um processo que ocorre em todos os níveis do funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam, em comparação com eles próprios e com significantes importantes para eles. Enquanto que Ele julga a forma como eles o julgam, a luz de como se percebe a si próprio em comparação aos demais e com os tipos que se tornaram importantes para ele”. (Erikson, 1987, p. 21).

23 Para Freud, o termo distingue duas situações importantes: o ego de uma pessoa como um todo se distingue das outras pessoas e o outro refere-se a uma parte da psique que realiza atributos e funções específicas. O ego é um eixo da consciência, uma parte da personalidade, um lado racional, lógico, que interpreta e age distinguindo a realidade do mundo exterior (Freud, 2007).

24 Desenvolvimento fisiológico, maturação mental, responsabilidade social

Para Erikson (1987), uma identidade adolescente²⁵ tem como elemento central a constituição do sentimento de pertencimento ao grupo adolescente, logo o relacionamento entre si dos jovens e com a sociedade configura-se num cenário em que se expressa emoções, experiências e reações relacionadas à identidade do grupo. Assim, o convívio em grupo leva o indivíduo a desempenhar uma posição enquanto ser social, com valores e comportamentos que serão aceitos ou não numa sociedade que participa de uma mesma cultura.

Por outro lado, as identidades sociais surgem em manifestações de discurso, pois “embora a identidade possa ser construída de diversas formas, ela é sempre construída no simbólico, ou seja, na linguagem” (Sarup, 1996, p. 47).

Porém, a cultura refere-se a um conjunto diverso de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas de uma sociedade específica ou de um período histórico. Assim, a noção de cultura é inerente à reflexão para pensar a unidade da humanidade na diversidade, além de aproximar e fornecer a resposta mais satisfatória à questão da diferença entre os povos. Logo, a cultura diz respeito à capacidade de o homem adaptar-se ao seu meio, mas também adaptar esse meio ao próprio homem. Portanto, a cultura torna possível a transformação da natureza. Desse modo, “nada é puramente natural no homem”, já que mesmo as diversas funções humanas são informadas pela cultura (Thompson, 2000, p. 20).

Thompson (2000) registra que dentro da concepção simbólica, os fenômenos culturais são entendidos como fenômenos simbólicos, voltados para um interesse com simbolismo, e o estudo da cultura está interessado na interpretação de símbolos e da ação simbólica. Assim, a identidade como categoria remete a uma norma de vinculação, necessariamente inconsciente, baseada em oposições simbólicas (Cuche, 2002). Contudo, torna-se extremamente complexa a análise de sujeitos tão diversos quanto os jovens.

Botelho (2006) descreve que a cultura é mais do que um bem coletivo. Uma produção coletiva, com constante incorporação do novo. Quando do acesso a ela, nos referimos a algo complexo, que envolve o que está mais perto – a produção local, e o que vem de longe – a produção nacional e internacional, no espaço e no tempo, na geografia e na história.

25 Erikson (1987) destacou que a crise de identidade era mais pronunciada na adolescência. Porém a adolescência é uma crise normativa, uma fase normal de conflito ocasionada pela força do ego.

De acordo com Malinowski (2003), a juventude como transição para a vida adulta, parece ocorrer em perspectivas *etnocêntricas* permeadas de variações sociológicas e culturais importantes no processo de produção dos significados concedidos às juventudes e aos meios transitórios, em que se diferenciam a infância da vida adulta.

No entanto, a maneira de se tornar adulto passa por ser construído historicamente, em fundamentos de uma ampla diversidade sociocultural. Por outro lado, a partir de um viés *adultocêntrico*, segundo Mead (1979), a juventude como transição para a vida adulta, reflete uma perspectiva em que a idade adulta se coloca como sendo o momento principal do ciclo de vida humano.

Nesse sentido, as gerações adultas quando mergulham no universo juvenil, carecem de procurar saber pelo presente de sua condição, como seus ritmos, suas características particulares e diversidades de seu universo material e simbólico, deixando desta forma de contribuir com a qualidade de vida e a garantia de direitos dessa fase juvenil. Assim, quando se analisa a juventude em sua fase de transição para a vida adulta, é importante destacar as características históricas que entrelaçam os padrões transitórios e as implicações dessas especificidades quando da constituição dos complexos desafios enfrentados, especificamente, por esta faixa etária (Weisheimer, 2013).

François Dubet (1996) chama a atenção sobre a categoria juventude e a identifica como portadora de uma ambiguidade intrínseca, pois seria um momento no ciclo de vida, experimentando as características socioculturais de uma determinada historicidade e, simultaneamente, um processo de inserção social ou uma experiência delimitada e derivada da estrutura social. Desse modo, a juventude é uma categoria sociológica e com significado relacional.

De acordo com Groppo (2009), a questão da juventude na sociologia funcionalista diz respeito a concepções em que a normalidade na situação juvenil forma parte de uma socialização que se integra a uma estrutura social com um nível baixo de conflitos. No entanto, essas concepções alertam também para muitas contradições dentro da dinâmica desses movimentos juvenis que afloram contestação comportamental e política entre anormalidades, desajustes ou disfunções.

Segundo Matza (1968), estes desvios de normalidade explicam-se pela influência de “tradições ocultas” expressadas em três tipos-ideais de revolta das juventudes. O primeiro diz respeito ao radicalismo, segundo o autor é motivado pelas

doutrinas de extrema-esquerda, propiciando rebeldias puramente de cunho político (atores estudantis tendo nos *campi* universitários sua acolhida). A segunda ideia é a boemia derivada da libertinagem e amoralismo, influenciando e incentivando na juventude revoltas de traço cultural e comportamental (exemplo a boemia parisiense do século XIX) e finalmente o movimento *hippie* no século XX, como a mais acabada expressão da boemia. E por último a delinquência que era a *terceira* forma de rebeldia assumida pelos desviantes juvenis sob influências e tendências advindas da criminalidade.

Abramo (1992), na temática delinquência, discute as gangues juvenis, nestes estudos culturais e sociais, ressalta a ideia de identidades juvenis para estes grupos e são tidos como desviantes. No entanto, estes grupos juvenis desenvolvem, no seu interior, mecanismos organizacionais de socialização, controle e valoração, diferentes aos da sociedade e seus regulamentos legítimos, tornando-se assim um vetor de anormalidade e desvio social.

A principal forma de rebeldia, a delinquência, era a mais frequente das formas assumidas pelos jovens de classes populares até meados do século XX, embora esta forma de rebeldia mais reprovável, incompreensível, irracional, fazia e faz de os jovens “em problemas com a lei” serem temidos pela sociedade que em momentos de insegurança social teimam e requerem a punição severa para estes jovens (Groppo, 2009).

Contudo, as formas culturais assumidas pelos grupos juvenis britânicos, de 1950, foram colhidas conforme analistas da época como exemplo de cultura juvenil universal, irrompedora de barreiras de classe social, já que *teddy boys* dos subúrbios londrinos, depois *skinheads*, *mods* e *rockers*, faziam uso da música dita internacional da juventude, o *rock'n'roll*, e artigos de consumo típicos das classes médias para montar seus estilos espetaculares. No entanto, o Centro Inglês de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, vai se posicionar e contrapor à tese da cultura juvenil universal (Abramo, 1994).

Segundo Parsons (1968), o desenvolvimento de uma cultura juvenil como decorrência do processo de expansão do sistema educacional a toda a população infanto-juvenil norte-americana é necessariamente ambíguo, por conta de que na escola, emergem os grupos de pares como meio de proteção contra a aculturação para os jovens das classes baixas, preservando seus vínculos identitários de origem familiar e étnica. Assim, o autor identifica nesse comportamento uma postura anti-

intelectualista, enquanto no ensino médio os pares de idade exerceriam outra função, ficando vinculados à diversificação dos papéis sociais.

De acordo Weisheimer (2013), a juventude como produtora de cultura é principal agente desse processo, e não apenas um produto da cultura²⁶. Os jovens são sujeitos ativos participativos e que contribuem tanto quanto os adultos na construção do mundo social. Assim, Geertz (2001), define cultura como um sistema simbólico, operando com um conjunto de elementos de controle, em que trafegam diversos símbolos importantes como palavras, gestos, desenhos, sons e qualquer outro elemento que participe no significado à experiência.

Desse modo, a ambiguidade reside no duplo caráter da cultura juvenil, que pode ter funções progressivas quanto regressivas, concernentes à incorporação dos valores da sociedade envolvente via processos de socialização no ambiente escolar. (Weisheimer, 2008).

Magnani (2005), em relação as culturas juvenis, descreve que são formas em que as experiências juvenis se manifestam de forma coletiva, mediante estilos de vida diversos, aliados principalmente ao tempo livre. Nesse sentido, a cultura juvenil emerge associada à cultura de massas²⁷, em que a mídia joga um papel significativo como construtor de imagem relacionada à juventude.

Entretanto, as culturas juvenis, com suas características de linguagem, gostos musicais, vestimentas, práticas esportivas e de lazer tornam-se como um produto da abundância, interligadas à sociedade de consumo, e com isto,

jovens passam a ser o foco potencial para criação de produtos [...] promovidos pelo mercado consumidor e a indústria cultural, e a juventude torna-se um produto cultural, a própria cultura torna-se jovem, pois as características e os problemas dessa faixa etária passam a ser considerados dentro de um conjunto de valores que transcende uma fase da vida apenas (Weisheimer, 2013, p.110).

Freire (1995) destaca que a juventude expressa uma produção de sentidos diferenciados tanto na vida individual quanto coletiva, e por conta disso, manifesta-se pela radicalidade da crítica ética e política é, muitas vezes, concebida como rebeldia

26 A corrente teórica-estrutural funcionalista atribui o comportamento juvenil à emergência de uma subcultura subordinada à cultura mais ampla. Significa, que essa subcultura juvenil, tem suas características, traços singulares e normas próprias, em que fazem com que rejeitem os parâmetros e normas sociais vigentes. O modismo é um exemplo dessa expressão cultural juvenil (Weisheimer, 2013).

27 Processo de mercantilização da cultura-que vira produto da indústria para fins comerciais e de lucro.

ou ingenuidade, originado do seu mundo individual em confronto com o entorno social que o cerca.

Todavia, a juventude distingue-se como o período de problematização do que o jovem foi no transcorrer de sua infância e pré-adolescência e do que ele quer ser no presente. Nesse sentido, os jovens constroem o seu mundo baseado nas condições herdadas e aprendidas, na criatividade individual, nas possibilidades que encontram, entre si e junto aos outros grupos que se relacionam. Dessa forma, estilos são produzidos, modos de vida e identidades se misturam à sociedade e influenciam o viver cotidiano das diversas gerações de um mesmo período histórico (Freire, 1995).

Silva e Araújo (2008) nos diz a respeito da cultura juvenil no Brasil, para jovens de faixa etária entre 15 e 29 anos, conforme o estatuto da juventude, e com base em diferentes realidades, deve-se atentar para a construção de diversos olhares e especificidades próprias de cada grupo juvenil. Logo, estabelece que há muitas culturas jovens, da periferia urbana das metrópoles, das cidades grandes, do interior, jovens das áreas indígenas e rurais, de jovens cariocas, paulistas, das favelas etc. Assim, para melhor compreensão sobre as culturas juvenis, devem ser levadas em conta a distinção²⁸ entre jovens que trabalham e os jovens que estudam, os problemas com o processo de socialização²⁹ mais amplo e o consumo³⁰ cultural jovem (Silva; Araujo, 2008).

Conforme Weisheimer (2013), os grupos juvenis, em função da sua situação no mercado de trabalho, de sua inserção no mercado cultural, e da proximidade com amigos e familiares, estes grupos referidos exercem diferentes formas de manifestação da cultura juvenil. Assim, além das diferentes variantes relacionadas às situações dos jovens, como jovens da metrópole, jovens rurais, entre outras denominações é necessário a abordagem sobre culturas juvenis e não em uma única cultura juvenil, precisamente pelas características, diversidade de situações e relações que os jovens se envolvem.

28 Conforme Silva e Araújo (2008) apontam para uma diferencia em termos de responsabilidade assumidas.

29 Mecanismo de integração social e que são as instituições escolares e o mercado de trabalho, quando estes falham na sua transmissão para os jovens, estes passam a estabelecer suas experiências, estilos de vida e sociabilidade com outras pessoas e grupos próximos. Exemplo movimentos sociais, estilos musicais, situação de desemprego entre outros. Logo se constituem elementos de aproximação e identidade dos jovens (Silva; Araujo,2008),

30 Produzidos pelos e para os jovens, como literatura, cinema, teatro, televisão, rádio, com objetivo de identificar as relações sociais estabelecidas nessa produção. O Estado e o Mercado devem promover tais práticas culturais (Silva; Araujo, 2008).

De acordo com Maffesoli (2002), é dos jovens que vêm o risco da “anormalidade” e desvio, em especial a questão da delinquência. Baudrillard (1972) e Maffesoli (2002) distinguem a proposição original das teorias tradicionais – à juventude como transição à vida adulta, por meio da socialização secundária. Assim, o crescimento da instabilidade e fluidez das relações sociais na sociedade contemporânea, acabam gerando as neo-tribos e operam com formas de organização menos rígidas e que estão mais relacionadas à ambiência e estilos de vida (Maffesoli, 2002). Contudo, na sociedade contemporânea, a massificação das formas culturais tem colocado à margem do sistema social as culturas denominadas marginais, e as expressões culturais dominantes, logo a linhagem das subculturas.

Maffesoli (1987), na sua obra “O tempo das tribos”, analisa o comportamento de jovens nos centros urbanos e ressalta a formação destes em pequenos grupos inconstantes e diferentes, com gostos musicais, estéticas e modos de vida próprios, que afirmam suas identidades em trajes e práticas culturais, e assumem sua visibilidade e expressão. Entretanto, Maffesoli (1987) analisava os comportamentos destes jovens sob a luz do nomadismo, a fragmentação e um determinado tipo de consumo. Logo, no avanço e transformações pós-modernas ocorrendo, surge a emergência desses pequenos grupos de jovens e nesse contexto, o ascenso do termo “tribos juvenis”³¹, como um contraponto à homogeneidade e ao individualismo da sociedade de massas, quanto às identidades bem-marcadas da modernidade de então.

No estudo “os circuitos dos jovens urbanos”, propõe para a identificação dos grupos juvenis com base na sua definição como tribos, usar o termo “circuito”. Assim, os grupos juvenis como circuitos, possibilitam entender esses grupos e seus caminhos, tal como suas relações de troca. Para o entendimento das diferentes culturas juvenis, é importante os fatores que simbolizam e caracterizam os tais grupos, dois elementos devem estar presentes: seus processos de sociabilidade e suas permanências e regularidades (Magnani, 2005).

No entanto ressalta-se a importância do estrutural-funcionalismo parsoniano que consolidou a noção de juventude no século XX, e a juventude passou a ser pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis de adulto ou, ainda como período de transição da infância à fase

31 Segundo Weissheimer (2008) é uma expressão que vem sendo utilizada, para descrever grupos que compartilham estilos e práticas culturais em comum.

adulta com um processo de socialização intenso e marcado pela incorporação de normas e valores sociais necessários à integração do jovem à sociedade (Abramo, 1994).

Em 1964, a Unesco promoveu a primeira conferência mundial da juventude em Grenoble França significou a apresentação de um relatório sobre a situação econômica da juventude e à época informava as tendências mais recentes da situação juvenil na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA), a relevância desse trabalho descansa no significado de apresentar a definição de juventude e por conta disso pesquisadores desde então destacaram o processo de universalização da identidade juvenil como impacto da expansão de meios de comunicação de massa, de generalização da educação compulsória e do surgimento de um mercado de consumo juvenil (Weisheimer, 2008).

Para Weissheimer (2008), o papel contestador e a crítica à ordem social ocorrida pelas novas manifestações culturais e políticas da juventude e todas as suas formas de comportamento desviante na década de 1960 e 1970 eram consideradas e atribuídas à categoria juventude como agente da possibilidade de transformação social. Porém, no contexto dessas transformações sociais e culturais e de modernização produtiva acelerada, a juventude reflete uma categoria portadora de possibilidades de transformações sociais em diferentes graus e propósitos.

Conforme Martin (2004), as subculturas não mais podem ser observadas como 'entidades' definidas e integradas, mas como formas de representação simbólica das atuações dos sujeitos, parece apropriada a demanda por uma abordagem às subculturas que não seja rígida ou arbitrária.

Segundo Groppo (2015) O termo "subculturas juvenis" reflete maneiras de elaboração e respostas culturais dos jovens que fazem parte de determinada classe, portanto, integram-se à cultura de sua classe e às condições vividas por esta classe. Entretanto, como diferencial do modo como a cultura de classe é vivida pelos adultos, a subcultura juvenil carrega uma resposta peculiar destes jovens, dada sua posição etária e geracional.

A exemplo dos jovens operários ingleses, por um lado, as subculturas têm a ver com as condições mais gerais do operariado, trata-se da resposta às transformações vividas pela classe operária no pós-guerra, que segmentaram e fragmentaram mais esta classe (opondo trabalhadores qualificados a menos

qualificados, bem como nacionais e imigrantes) e diminuíram a solidariedade e identidade de classe (com as transformações dos bairros operários (Groppo, 2015).

De acordo com a (SNJ, 2014), é no período juvenil que os indivíduos iniciam e processam suas inserções nas diversas dimensões na idade adulta (na constituição de famílias, no mundo de trabalho e nos espaços de cidadania). Logo, na etapa de juventude se definem possibilidades e impossibilidades de inserção na vida produtiva e social, de desenvolvimento de projetos pessoais e sociais. Entretanto, o período juvenil não pode ser entendido como uma simples transição, mas como um período de desenvolvimento com a mesma importância que as demais etapas do ciclo vital juvenil (Krauskopf, 2003).

No século XXI, a desterritorialização dos processos produtivos, a flexibilização das relações de trabalho e a diluição de mecanismos de ascensão social resultam em dificuldades crescentes da emancipação dos jovens e, por causa disso, provocam uma dissintonia dos eventos que marcam a passagem para a vida adulta. No momento de transição entre velhos e novos padrões de passagem para a vida adulta, as trajetórias juvenis se fazem em sequências múltiplas e não lineares de eventos entre eles: entrada e saída na escola; início da vida sexual; casamento; nascimento de filhos (Brasil, 2014).

Para a juventude moderna, por exemplo, o tempo de lazer constitui-se não apenas como o tempo liberado dos “labores” tradicionais relacionadas à família, comunidade ou religião, mas também em relação às novas obrigações estabelecidas pela modernidade em prol de influenciar a juventude, como as escolas e os grupos juvenis organizados por adultos. O tempo liberado, em relação à juventude significativamente, é aquele conquistado após o cumprimento das obrigações sociais atribuídas à juventude ou, no caso dos grupos juvenis “desviantes”, rebeldes ou marginais, na fuga das obrigações institucionais ou, ainda, mesmo nos casos das juventudes mais integradas, nos interstícios dos espaços e tempos institucionais. É a própria constituição das juventudes modernas que podemos observar com a atuação neste tempo e espaço liberado ou retirado das instituições oficiais que reúnem e cerceiam os jovens indivíduos (Groppo, 2002).

No atual processo histórico, a juventude, com sua diversidade não pode ser vista apenas como elemento de passagem, mas de grande importância de transformação. Em diferentes ritmos e intensidades, tais fenômenos aproximam jovens das economias centrais e periféricas. Em tal sentido, nunca houve tanta conexão

globalizada e simultaneamente, nunca foram tão agudos e profundos os sentimentos de desconexão.

Assim, o período de vida da juventude está relacionado à: (i) obtenção da conduta adulta como uma meta; (ii) a emancipação e a autonomia como trajetória; (iii) a construção de uma identidade própria como questão central; (iv) as relações entre gerações como um marco básico para atingir tais propósitos; (v) as relações entre os jovens para modelar identidades, ou seja, interação entre pares como partes do processo de socialização (UNESCO, 2004).

3 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL

O processo crescente da globalização econômica ou internacionalização do capital, ligado às profundas desigualdades sociais no mundo atual, intensificou o debate das políticas públicas de juventude no Brasil e tornou-se intenso a partir de 2003.

Além do que, é preciso considerar o significativo das ações e iniciativas relativos à política de juventude que já vinha sendo implementada por gestões anteriores no âmbito federal. Porém, é preciso considerar também que, o país esboçou mudanças nas políticas de juventude por iniciativas das gestões de estados e municípios, ajudando com isto, a somar na construção de um novo paradigma nacional que envolva novas percepções e direitos de Juvenis.

3.1 Abordagens sobre o Estado

O Brasil, dentro da concepção de um Estado democrático de direito e por conta de realizar políticas públicas efetivas, e de defesa dos jovens sujeitos de direitos, tem-se empenhado nas últimas décadas para efetivar ações focalizadas nos segmentos juvenis da sociedade brasileira. Entretanto, o Estado como promotor de políticas públicas, tem na sua gênese a primeira forma absolutista, e o rei como soberano absoluto; o Estado-nação surge em finais do século XVIII junto com a revolução francesa e se consolida no século XIX, e tem como soberano o povo. Desta forma, o Estado-nação define um país como uma unidade político territorial soberana, já o Estado moderno é uma instituição - a principal instituição em cada país (Dias; Matos, 2015).

Sobre o Estado, Hunt (1985) descreve que no século XVI, os avanços e progressos técnicos, da construção naval e de navegação, permitiram reduzir os custos de transporte. Logo, a produção e o comércio cresceram no sistema econômico e social da época, que com o aparecimento das novas nações-estados em processo de unificação, consolidam o Estado sob mesmo poder central. A unificação desse Estado permitiu sair de um emaranhado de regras, leis, regulamentos, pesos, medidas e moedas diferentes que era o sistema feudal para um novo processo que consolidou

mercados³²; protege militarmente os empreendimentos comerciais e se autofinancia com fontes de receitas vindas do nascente capitalismo econômico, este era o novo perfil do Estado.

Na teoria política liberal de Adam Smith, o Estado é um agente econômico supra classes, uma unidade como as famílias e as empresas que, ao fazer uso da política econômica de forma neutra, busca alcançar o equilíbrio e o controle da economia, cumprindo desta forma a função de alocar e redistribuir os recursos. Essa análise teórica não consegue explicar cientificamente a origem e a natureza do Estado, limitando-se apenas a conceber as funções do Estado essencialmente o que diz respeito às garantias dos direitos individuais³³ sem interferência nas esferas da vida pública e econômica (Rossey, 1988).

Para Smith (1983) o Estado possui:

Três funções importantes: "A função de proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades, a função de proteger na medida do possível todo membro da sociedade da injustiça e da opressão de qualquer de seus membros [...] a função de fazer e conservar certas obras públicas e de criar e manter certas instituições públicas, cuja criação e manutenção nunca despertariam o interesse de qualquer indivíduo ou de um grupo de indivíduos, por que o lucro nunca cobriria as despesas que teriam estes indivíduos, embora, quase sempre, tais despesas pudessem beneficiar e reembolsar a sociedade como um todo." (Smith 1983, p.151-173).

Na abordagem de Marx (1981) junto à de Engels (1980) exprime o ponto básico de entendimento da dinâmica estatal. Embora Engels não tenha uma teoria acabada do Estado, mostra que a um certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas a divisão da sociedade em classes força o surgimento histórico da categoria do Estado, logo, o Estado surge como consequência dessa divisão ou luta de classes destacando o caráter do Estado da seguinte forma:

para manter a ordem entre os cidadãos foi preciso criar uma força de polícia [...] para sustentar essa força pública, são exigidas contribuições por parte dos cidadãos do Estado: os impostos [...] O Estado emite letras sobre o futuro, contrai empréstimos, contrai dívidas [...] (Engels,1980, p.192-193).

Conforme Dias e Matos (2015), o Estado representa essa força institucional garantidora do sistema de dominação vigente. A sociedade civil, por sua vez é a

32 A mudança do papel do Estado na globalização da economia e da sociedade diz respeito: "à ação do Estado se efetiva através de processos econômicos, reais ou virtuais, como estratégia de manter presença ativa nos mercados além-fronteira" (Castro,2001. p.7).

33 A propriedade privada como direito natural (Locke, 1632-1704).

sociedade organizada que reúne todas as relações sociais que ficaram à margem do Estado. Porém, exercendo influência na sua estrutura. Entre essas organizações da sociedade civil encontram-se movimentos e entidades sociais, organizações públicas não estatais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), federação das indústrias, organizações juvenis, sindicatos e empresas interessados nos problemas públicos entre outros.

Conforme Touraine (1993), na medida que o Estado marca sua presença na política educativa, a infância e juventude são definidos como fases particulares do processo da vida, derivando para além de uma construção cultural, uma categoria administrativa - jurídica e institucional, com marcadas diferenças sociais no seu interior (Touraine, 1993).

Para O'Connor (1977), o Estado tem duas funções básicas a desempenhar: acumulação, quando age como agente econômico e a legitimação, enquanto agente político. No seu entender, os sistemas tributários são formas particulares dos sistemas de classes e refletem as mudanças ocorridas no equilíbrio das forças políticas e classistas.

Entretanto, as tomadas de decisões do Estado relativas ao que, como, quando e onde aplicar ou desenvolver, possuem conteúdos estritamente políticos econômicos e espaciais. Estas decisões constroem e externa relações internas de forças de acordo com o mundo externo (Coelho, 2001).

Segundo Abad (2003), o Estado chega no mais alto nível de política³⁴ institucional com seu poder de autoridade e legitimidade, quando protagoniza o seu papel articulador e toma conta dos aspectos das relações de dominação e unificação presentes no seio da sociedade, por meio da coerção, coação ou repressão, tudo no objetivo de garantir o funcionamento e reprodução da sociedade. Assim, os fins do Estado descansam sobre a noção de bem comum ou interesse público.

34 De acordo com Althusius (1964) A política é a arte de unir os homens entre si, com o propósito de estabelecer vida social comum. Conforme Dias e Matos (2015), a política é um sistema estruturado em um conjunto de interações de diversos atores em função do poder. Por outro lado, a ação de governo visa assegurar a ordem e o atendimento via ações das necessidades do conjunto da sociedade. Nesse sentido, a política é executada por autoridade legitimada que busca realizar uma realocação de recursos escassos da sociedade, e assim, a política em função da especialização ou campo na qual atua, adota nome como política educacional, política de juventude, política de saúde etc. Ações estas de impactos na estrutura do sistema político e social. Outro sentido da política refere-se, quando associada à ação governamental, significa conciliação de interesses diferentes, com participação no poder, proporcional à sua importância para o bem-estar e a sobrevivência de toda comunidade. Assim, a política é uma forma de governar sociedades divididas, sem uso indevido da violência (Dias; matos, 2015, p. 4).

De acordo com Dias; Matos (2015), o Estado é um conjunto de pessoas e instituições organizadas juridicamente dentro de um território. Por sua vez, o governo como grupo dirigente do Estado diz respeito à organização específica das relações do poder na gestão e direção dos negócios do Estado. O governo, portanto, no processo de administração estatal tem a função de realizar o cumprimento das Leis e políticas públicas para sociedade. Logo, para desempenhar suas funções essenciais o Estado necessita de um planejamento das ações e programas, capacidades, critérios de racionalidade, metas e objetivos alcançados com eficiência e otimização de recursos (Dias; Matos, 2015).

Entretanto, outra definição do Estado estabelece uma relação de dominação de homens sobre homens. Ou seja, à autoridade do dominante submete-se o dominado e assim, a existência do Estado, vinculado aos indivíduos configura-se aquela comunidade humana que, com determinado território reclama para si o controle da coação física legítima. Logo, a força e a violência é a natureza do Estado Weberiano e imprescindível à sobrevivência do funcionamento das instituições e do processo político (Bianchi (2014) *apud* Weber (1999)).

O'donnell (1981) refere-se ao Estado como um espaço ativo e complexo, redimensionado pelas suas políticas em setores ou áreas de gestão com diversidade temática e conta com a burocracia, como o seu elemento organizador para enfrentar e se relacionar com a complexidade da sociedade.

Todavia, a concepção subjetiva do Estado diz respeito a relações de vontade de homens que compõem o substrato desse Estado, homens que mandam e homens que obedecem, por sua vez, o Estado dentro desta visão, é como a corporação representada por um povo, com poder de mando originário e assentada em determinado território (Bianchi (2014) *apud* Jellinek (2000, p.190)).

Dias; Matos (2015) abordam a questão do Estado, e indagam que este por sua natureza de atividades pode ser sujeito ou objeto de ação nos seguintes termos:

O Estado é objeto da ação quando partem da sociedade civil iniciativas que objetivam influenciar em quaisquer circunstâncias a ação do Estado. No entanto, o Estado é sujeito por pertencer à esfera política, com atos como o de comandar ou proibir algo, ou o exercício do domínio exclusivo de um determinado território, o legislar com normas validas que se impõe a todos, o de extrair e distribuir recursos de um setor para outro da sociedade (Dias; Matos, 2015, p. 3).

Holfing (2001) ressalta a diferença de Estado e governo no interior do qual estes se movimentam. Assim, considera-se o Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, descreve-se como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil entre outros) propõem para o conjunto da sociedade, sob uma orientação política de governo e por um determinado período exerce as funções do Estado (Holfing, 2001, p. 31).

Conforme Castro (2001), as mudanças de mercados e a reestruturação do sistema produtivo no âmbito global, impulsionaram os Estados Nacionais a uma modernização do seu aparato institucional, visando a desburocratização estatal em obediência à nova lógica da racionalidade, e assim, alcançar um novo padrão de eficiência, essa dinâmica impõe contínuas mudanças no papel do Estado, entre elas é exigido um serviço público mais eficiente, cortes de benefícios sociais, entre outras medidas.

As mudanças urgentes no Estado e em sua reorganização política-administrativa, justificam-se para atender os postulados do processo de globalização econômica, requisito fundamental para a inserção da economia do Brasil, ao processo competitivo dos mercados internacionais e globais. As novas medidas promotoras, para garantir o desenvolvimento do Estado orientado para o mercado, são: a liberalização dos mercados, privatizações e desregulamentação (Pereira, 1993).

Do processo de acumulação em escala mundial, o Estado brasileiro vai se adequar às regras do novo capitalismo global e, com isto, abandona a posição de Estado promotor do desenvolvimento econômico e social e adota a reforma político-administrativa, atendendo às novas exigências do processo de reestruturação³⁵ produtiva global definidos pelos países centrais. Com isto, se procede ao necessário rearranjo do setor empresarial do país no mercado internacional, e com ele o custo do sacrifício progressivo dos entes estatais que dão serviços ao cidadão como o setor da saúde, da educação etc. Assim, evidencia-se um descomprometimento do Estado em relação à sociedade, e o direito adquirido depende agora da vontade política – ou generosidade da autoridade, deste ou daquele governo (Coelho, 2001).

35 Segundo Coelho (2001) o processo de reestruturação produtiva global em curso na Amazonia tem no aspecto espacial sua manifestação seletiva e socialmente excludente. No entanto, nada obstrui para adotar estratégias pelos excluídos no sentido de demandar ao Estado, políticas públicas que os contemple.

De acordo com D'Incao (2001), o Estado e, num determinado momento de crises dos princípios de organização social em nível nacional e internacional, abandona suas funções de regulação social e submete-se em condições de dependência, às exigências do mercado internacional, dando continuidade à sua histórica relação simbiose/ com os setores dominantes da sociedade. Trata-se de um Estado mínimo³⁶.

O Estado brasileiro, num contexto de crescente globalização da economia e da sociedade deve-se ater cada vez mais a cumprir suas funções como agente econômico estimulador do empresariado nacional e internacional, que para ser extremamente competitivo, incorpora novas práticas de gestão empresarial e que para se manter internamente seguro, adota novos comportamentos que o aproximem da gestão pública, compartilhada com os movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), e sociedade civil (Coelho, 2021).

3.2 Abordagens sobre políticas públicas

Segundo o Ministério da Educação do Brasil (MEC) e a UNESCO (2007), a produção da categoria “juventude” na trilha das políticas públicas no Brasil, tem adquirido uma significativa atenção em nível federal. Logo, na década de 1990, uma das formas de agir do Estado em favor do segmento juvenil consolidou-se, inicialmente, pela adoção de apoio aos projetos sociais em determinados locais e populações, focando com tudo na questão da pobreza e situações de vulnerabilidade, tais como os jovens de baixa situação socioeconômica das grandes cidades do país. Desta forma, as Políticas Públicas de Juventude, ao diagnosticarem as vulnerabilidades da condição juvenil contemporânea, acabam se exprimindo nas demandas e conquistas sociais (Novaes, 2008).

Mas, o que é uma política pública? De acordo com Spósito; Carrano (2003), as políticas públicas estão associadas a diversas ações e decisões articuladas envolvendo recursos financeiros e humanos, alcançando uma dimensão temporal (duração) com capacidade de impacto. Assim, ela agrupa projetos e programas de natureza ético-política e está alinhado com diversos níveis de relações entre o Estado

36 Diz respeito a reforma neoliberal e defende a coordenação das Políticas Públicas orientada para o mercado, enquanto a reforma social liberal defende a orientação para o mercado objetivando à manutenção de um Estado forte e competitivo (Pereira,1993).

e a sociedade civil, na sua constituição. Situa-se, também, no campo de conflitos e interesses entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação.

Logo, o desenho das políticas públicas também é elaborado pelos órgãos legislativos e judiciários. Contudo, o que caracteriza a definição de uma política pública é a presença do aparelho público-estatal, tocando uma agenda de acompanhamento e avaliação que corroboram o seu caráter público (Sposito; Carrano, 2003).

No entanto, definições de políticas públicas, levam ao entendimento de que esta é o campo em que os debates e embates se desenvolvem em torno de interesses, preferências e ideias, isto é, as políticas públicas assumem, de maneira geral, uma visão integral dos fenômenos, um horizonte em que o todo é muito mais importante do que a soma das partes e que pessoas, instituições, interações, ideologia e interesses contam, além das diferenças existentes e relativas entre esses fatores. (Souza, 2006).

Assim, o Estado tem como responsabilidade a implementação e manutenção das políticas públicas, dentro de um processo de tomada de decisões envolvendo órgãos públicos, diversas instituições e agentes da sociedade em geral comprometidos com a política implementada. Em tal sentido, as políticas públicas são o Estado agindo por meio de projetos de governo, ações e programas direcionados a segmentos específicos da sociedade (Holfing, 2001).

Rua (1998) denota a política pública como um conjunto de decisões envolvendo ações direcionadas para resolver “problemas políticos”. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Contudo, visam assegurar determinado direito cidadão de vários grupos da sociedade ou segmento social, cultural, econômico etc. Todavia toda política pública é:

Uma área do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças desejadas no mundo real (Souza, 2006, p. 26).

Mead (1995) estabelece que uma política pública, é como um campo imerso no estudo da política e analisa o governo, sobre o prisma das significativas questões públicas. Conforme Jenkins (1991), a política pública forma parte de um conjunto de decisões inter-relacionadas, por um ator ou grupo de atores políticos, e que se instrumentalizam com a seleção de objetivos e de meios necessários para alcançá-los, logo tem uma finalidade específica, na qual o alvo das decisões está ao alcance desses atores (Jenkins, 1991).

Entretanto, as análises sobre as políticas públicas, dizem respeito também ao espaço que cabe ao governo no sentido de definir e implementar a referida política, uma vez que, as mesmas elaboradas e formuladas, se constituem em planos, ações e programas, bases de dados, projetos, sistemas de informação e pesquisa, submetidas a sistemas de acompanhamento, avaliação e análise (Souza, 2006, p.14).

Segundo Holfing (2001), a definição de políticas públicas como processo para uma sociedade, retrata os conflitos de interesses e os arranjos feitos nos círculos de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade em seu conjunto. Assim, “um dos elementos base, incorporado na análise das políticas públicas refere-se, aos fatores culturais, são estes que vão construindo processos diferenciados de representações, de aceitação, de rejeição, de incorporação das conquistas sociais por parte de determinada sociedade” (Holfing, 2001, p. 38).

Desta forma, as políticas públicas elaboram-se num contexto de relações de poder e ao refletir como um Estado-Nação se posiciona ou se subordina em relação ao conjunto de outros Estados-Nações, tomando em conta, seu nível de dependência econômica e política. Assim, não há como entendê-las de fora do espaço da economia – mundo (Coelho, 2001).

De acordo com Peters (1986), política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de delegação, e que influenciam a vida cotidiana das pessoas. Vale ressaltar que na formulação das políticas públicas, outros segmentos também se envolvem em tais construções, como movimentos sociais, associações de entidades, órgãos multilaterais entre outros.

Segundo Castro (2001), em face ao processo da globalização econômica, o Estado nacional é levado a ceder uma parte do seu controle político territorial às potências econômicas. Isso impõe a necessidade de repensar o Estado e seu papel de definir e implementar políticas públicas. Bem como, a análise dessas políticas em relação às mudanças exigidas no próprio aparelho do Estado. Por outro lado, essas

transformações não são promovidas pela dinâmica interna da sociedade nacional, mas pelas regulações da dinâmica global e interesses de grupos fortes e grandes potências mundiais. Em tal sentido, “as políticas públicas exigem continuamente uma avaliação da conjuntura mundial e da possibilidade de o Estado nacional jogar com as forças internas-atores econômicos e sociais - na condução do desenvolvimento nacional” (Castro, 2000, p.15).

As variadas definições e modelos teóricos sobre políticas públicas³⁷, sintetiza seus principais elementos da seguinte maneira:

- A política pública possibilita distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, fez;
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, os informais também são importantes;
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo (Souza, 2006, p. 36).

As Políticas públicas de juventude, podem ser entendidas a partir de um conjunto de ações, programas e projetos realizadas pelo Estado com o objetivo de resolver problemas e demandas reprimidas do segmento social juventudes. De acordo com Souza (2006, p. 69): “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados e mudanças no mundo real”.

No entanto, a constituição das políticas públicas de juventude no Brasil, tem-se ampliado desde o final de 1990, e em 2004 a UNESCO apresentou uma publicação, em que se apresentava uma formulação sobre as políticas públicas “De, Para e Com” as juventudes, estas orientações nortearam o debate sobre as políticas públicas de juventude no Brasil, assim, este relatório versa ações integradas e transversais tendo como protagonistas os jovens, que além de estar como público alvo devem ser incorporados também como agentes estratégicos no sentido, de participação e representação dessas políticas, garantindo desse modo a inclusão do jovem no processo decisório da referida política. Conforme Weisheimer (2013), a proposta das

³⁷ Educação, Saúde entende-se como política pública de cunho social e sobre a responsabilidade do Estado. No entanto, construído com instituições e setores da sociedade civil e não apenas pelos organismos estatais.

políticas da Unesco De/Para/Com juventudes, considera constituir um novo paradigma para a integração de agentes, instituições e ações com a finalidade de incorporar a diversidade das juventudes, conforme raça, gênero, e classe social na sua formatação; políticas para os jovens com o papel do Estado como garantidor do Bem estar na alocação de recursos; e políticas com juventudes para articular jovens, adultos e instituições na sua formulação, incentivando os jovens a se integrar à política. No Quadro 2. As referidas concepções para políticas de juventude da Unesco.

Conforme relatório da Unesco, a juventude possui distintos significados, é heterogênea, reflete multiplicidade de juventudes, nesse sentido, a ideia de condição juvenil³⁸ é adotada em termos de ideias-objetivos, norteadora das ações políticas, são elas: “1) a obtenção da condição adulta, como uma meta; 2) a emancipação e a autonomia, como trajetória; 3) a construção de uma identidade própria, como questão central; 4) as relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; 5) as relações entre jovens para modelar identidades, interações como processo de socialização” (UNESCO, 2004, p. 26). Outro aspecto relevante conforme proposição do relatório da Unesco diz respeito à política de juventude superar a perspectiva do enfoque setorial, pontual e fragmentado, aspectos dominantes até então, por uma visão geracional-juvenil aos programas e ações a implementar. Conforme Weisheimer (2013), o enfoque geracional-juvenil tem sido pautado e ganhado relevância no marco institucional de promoção das políticas públicas de juventude nas instituições governamentais brasileiras.

Quadro 2- Concepção de uma política integrada de/para/com juventudes-Unesco.

DE	PARA	COM
Juventudes e Juventudes;	Lugar do Estado	Articulação entre agência lugar dos adultos, lugar dos jovens;
Sujeitos de direitos e atores do desenvolvimento;		Ações imediatas, considerando princípios integradores;
Construção da autonomia e formação de capital cultural		Investimento em processos;
		Vontade política para mudar a forma de fazer política.

Fonte: Sociologia da Juventude (2013).

38 O Enfoque geracional-juvenil às ações de Políticas Públicas de Juventude (PPJ) tem pautado atualmente o marco de institucionalização das referidas políticas no Brasil (Weisheimer, 2013).

3.3 A juventude nas cidades metrópoles do Brasil³⁹

A juventude no Brasil contemporâneo, precisa de espaço e oportunidades para desenvolver suas capacidades no processo socioeconômico da sociedade. Enquanto isso não acontece, a maior visibilidade do jovem nas cidades metrópoles do país, acontece por meio de situações em que envolvem casos graves de violência, entre outros problemas. Esses fatos alertam para compreensão sobre como está desenhado o universo do jovem na atualidade, suas práticas e sua realidade social, na impotência de um Estado limitado para atender suas demandas.

A questão da vulnerabilidade social como conceito, ganha relevância para entender a configuração e o movimento do processo juvenil. Nesse sentido, Sposati (2009) o relaciona aos riscos sociais, a momentos de fragilidade e às condições de sua ocorrência. Nessa direção, quanto maior a vulnerabilidade social, maior a chance de se estar sujeito a riscos sociais, aos agravos e outras situações.

Contudo, as observações sobre os fenômenos e a realidade da juventude entre 15 a 29 anos, nas cidades metrópoles brasileiras, é caracterizado num trabalho publicado em 2017 pela Secretaria de Governo da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em cooperação com a Unesco, e aborda num relatório sobre o índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ).

Nesse documento, revela-se índices inquietantes e dados relacionados aos jovens⁴⁰ brasileiros, em destaque a juventude negra, em que esta população, está mais exposta a violências e são as maiores vítimas de homicídios que acontecem, sobretudo aos jovens das periferias. Assim, IVJ⁴¹ é um indicador importante que agrega dados relativos às dimensões que influenciam na determinação da vulnerabilidade dos jovens à violência e trabalha a taxa de frequência escolar, inserção no mercado de trabalho e taxa de mortalidade por homicídios trânsito.

39 De acordo com Lei Federal nº 13.089/2015, que institui o Estatuto da Metrópole diz que no Art. 2º, § 2º, item V define metrópole: como um espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, em acordo com os critérios adotados pelo IBGE.

40 A faixa etária de 12 a 29 anos de idade, foi alterada para estudos sobre a Juventude por órgãos oficiais de pesquisa a partir de 2013, por conta da aprovação do Estatuto da Juventude (Lei nº12.852/2013), esta população foi definida como todos os indivíduos entre 15 a 29 anos.

41 Para a análise do indicador- IVJ – Violência e Desigualdade Racial, deve-se considerar que os valores podem ir de 0,0 até 1,0, sendo que quanto maior o valor, maior o contexto de vulnerabilidade dos jovens daquele território (Brasil, 2017, p. 25).

No Quadro 3 registra-se a escala de vulnerabilidade dos Estados brasileiros, seis estados apresentam baixa vulnerabilidade com IVJ – Violência e Desigualdade Racial no intervalo de 0,209 a 0,248 (coluna nº2), sendo que da região sudeste dois estados refletem os seguintes IVJ à violência (São Paulo 0,209 e Minas Gerais 0,209), da região Centro-Oeste tem-se (Distrito Federal 0,225 e Mato Grosso do Sul 0,236), e da região Sul dois estados (Rio grande do Sul 0,216 e Santa Catarina com 0,209). Todavia verificasse que Santa Catarina e São Paulo registram na escala de baixa Vulnerabilidade o mesmo IVJ à violência com 0,209. Contudo a região Norte e Nordeste não aparece na faixa de menor vulnerabilidade.

Entretanto, ainda no referido quadro tem-se o detalhamento dos indicadores e suas respectivas medições como elementos componentes do IVJ-Violência e desigualdade Racial. Assim, o Estado do Paraná da região sul do país, e mais oito estados estão classificados na escala de média vulnerabilidade (cor amarela no quadro 3), entre eles três estados da região Norte (Acre, Rondônia e Tocantins), na sequência, dois estados são da região Centro Oeste (Goiás e Mato Grosso), dois estados da região sudeste (Espírito Santo e Rio de Janeiro) e um estado da região Nordeste (Rio Grande do Norte). Entre os estados de media vulnerabilidade, e com baixo IVJ à violência aponta para o Estado do Paraná com 0,275, já o Estado com índice mais alto IVJ à violência reflete para o Estado do Mato Grosso com 0,399.

Em relação a escala de alta vulnerabilidade (cor vermelha), doze estados compõem o quadro: oito estados são do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí e Sergipe), quatro do Norte (Amapá, Amazonas, Pará e Roraima), logo a amplitude IVJ à violência na escala dos estados, oscila no intervalo do mais alto IVJ à violência 0,489 pertencente ao estado de Alagoas a pior situação, para um baixo IVJ à violência de 0,209 nos Estados de Santa Catarina e São Paulo.

Enquanto aos Estados com baixo IVJ à violência (cor verde no quadro 3), todos apresentam sobre representação da mortalidade de jovens negros em relação a jovens brancos. Assim, na coluna 2, o Distrito federal é a quarta colocada na escala com baixo IVJ à violência (0,225), e o risco relativo de homicídio entre negros e brancos (coluna 8) assinala para 3,37, mesmo que a vulnerabilidade juvenil à violência, seja baixa para os jovens do Distrito federal, a violência reflete seletivamente nos jovens negros.

No Quadro 3, registrasse no Pará, que o jovem negro entre 15 e 29 anos, tem 4,2 vezes mais chances de ser assassinado do que um jovem branco da mesma

idade. Assim, o Estado paraense ocupa a nona posição entre os Estados brasileiros no indicador risco relativo de homicídio entre jovens brancos e jovens negros.

Quadro 3- IVJ-Violência e Desigualdade Racial 2017 e seus Componentes- Ano 2015

(1) Estados da Federação	(2) IVJ – Violência e Desigualdade Racial	(3) Indicador de mortalidade por homicídio	(4) Indicador de frequência. à escola e situação emprego	(5) Indicador de pobreza	(6) Indica dor Desigual dade	(7) Escala de Vulnerabilid	(8) Risco relativo ⁴² . de homicídio Entre negros e brancos
Alagoas	0,489	0,795	0,643	0,687	0,192	Alta vulnerabilid	12,68
Ceará	0,487	0,532	0,778	0,610	0,196	Alta vulnerabilid	4,46
Pará	0,471	0,445	0,657	0,602	0,536	Alta vulnerabilid	4,21
Pernambuco	0,455	0,452	0,772	0,548	0,416	Alta vulnerabilid	3,85
Roraima	0,454	0,438	0,541	0,399	0,276	Alta vulnerabilid	.
Maranhão	0,450	0,294	0,787	0,710	0,192	Alta vulnerabilid	2,02
Amapá	0,448	0,512	0,634	0,481	0,626	Alta vulnerabilid	11,94
Paraíba	0,442	0,497	0,749	0,567	0,238	Alta vulnerabilid	8,87
Sergipe	0,440	0,660	0,601	0,626	0,178	Alta vulnerabilid	5,85
Amazonas	0,435	0,369	0,686	0,529	0,479	Alta vulnerabilid	4,40
Piauí	0,427	0,153	0,663	0,659	0,188	Alta vulnerabilid	3,33
Bahia	0,400	0,474	0,708	0,552	0,275	Alta vulnerabilid	3,61
Mato Grosso	0,399	0,256	0,628	0,295	0,244	Média vulnerabilid	2,63
Rio Grande do Norte	0,394	0,592	0,712	0,551	0,180	Média vulnerabilid	6,90
Tocantins	0,386	0,231	0,563	0,434	0,182	Média Vulnerabilid	1,08
Rondônia	0,375	0,210	0,695	0,467	0,226	Média Vulnerabilid	1,82
Espirito Santo	0,365	0,450	0,518	0,287	0,389	Média Vulnerabilid	5,48
Acre	0,358	0,184	0,655	0,640	0,295	Média Vulnerabilid	2,44
Goiás	0,328	0,449	0,431	0,285	0,206	Média Vulnerabilid	2,04
Rio de Janeiro	0,308	0,325	0,403	0,146	0,647	Média Vulnerabilid	2,44
Paraná	0,275	0,179	0,427	0,242	0,303	Média Vulnerabilid	0,76
Minas Gerais	0,248	0,159	0,481	0,368	0,224	Baixa Vulnerabilid	2,12
Mato Grosso do Sul	0,236	0,111	0,484	0,310	0,229	Baixa Vulnerabilid	2,09
Distrito Federal	0,225	0,198	0,181	0,119	0,632	Baixa Vulnerabilid	3,37
Rio Grande do Sul	0,216	0,188	0,397	0,230	0,290	Baixa Vulnerabilid	1,34
São Paulo	0,209	0,029	0,427	0,154	0,467	Baixa Vulnerabilid	1,65
Santa Catarina	0,209	0,028	0,277	0,156	0,278	Baixa Vulnerabilid	1,78

Fonte: Brasil, Índices de vulnerabilidade juvenil à violência (2017) Ano base 2015.

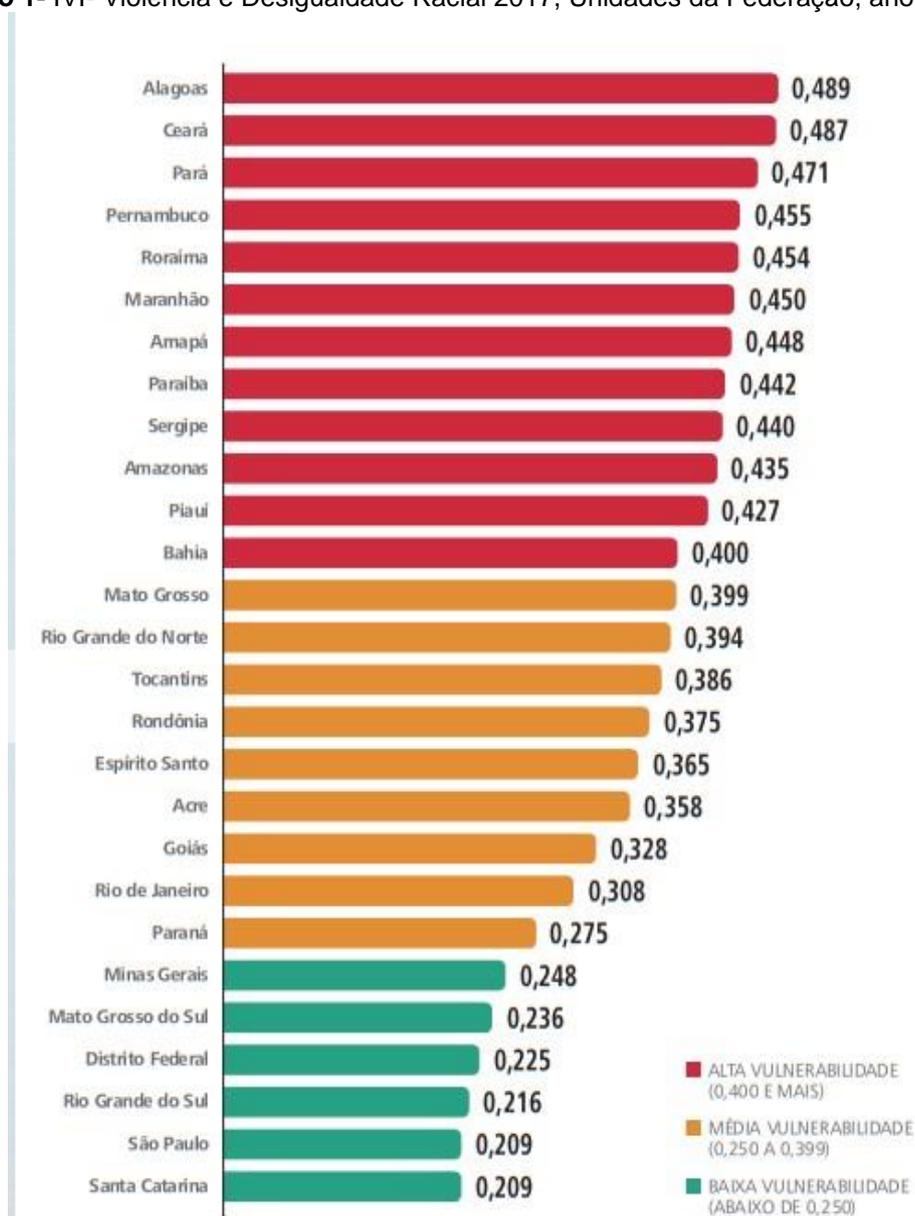
Ainda no quadro 3, o IVJ à violência aponta o Pará na terceira pior situação com 0,471 (coluna 2), em relação ao indicador desigualdade registra índice 0,536 (coluna 6), revelando a quarta pior colocação e desempenho. Por outro lado, o indicador frequência à escola e situação de emprego, registrou 0,657 ou a decima pior

42 O indicador Risco Relativo, é a razão entre a taxa de mortalidade por homicídio de jovens negros e jovens brancos. Valores mais próximos a 1 indicam maior proximidade na prevalência dessa mortalidade entre esses dois segmentos. Quanto maior o risco relativo, maior a proporção de jovens negros mortos em relação a jovens brancos daquela Unidade da Federação (Brasil, 2017, p. 25).

colocação. Por fim, o indicador pobreza (coluna 5) situa o Pará entre os sete piores com 0,602 e o Estado do Maranhão liderando a pior situação com 0,710.

Todavia, no indicador mortalidade por homicídio (coluna 3), o Estado de Santa Catarina a nível de todos os outros estados, apresenta o melhor resultado com índice de 0,028, é o menor do país, seguido pelo Estado de São Paulo que registrou 0,029. Contudo, os Estados com alta vulnerabilidade no indicador IVJ – Violência e Desigualdade Racial, conforme Gráfico 1 são: Alagoas, Ceara e o Pará.

Gráfico 1- IVI- Violência e Desigualdade Racial 2017, Unidades da Federação, ano base 2015

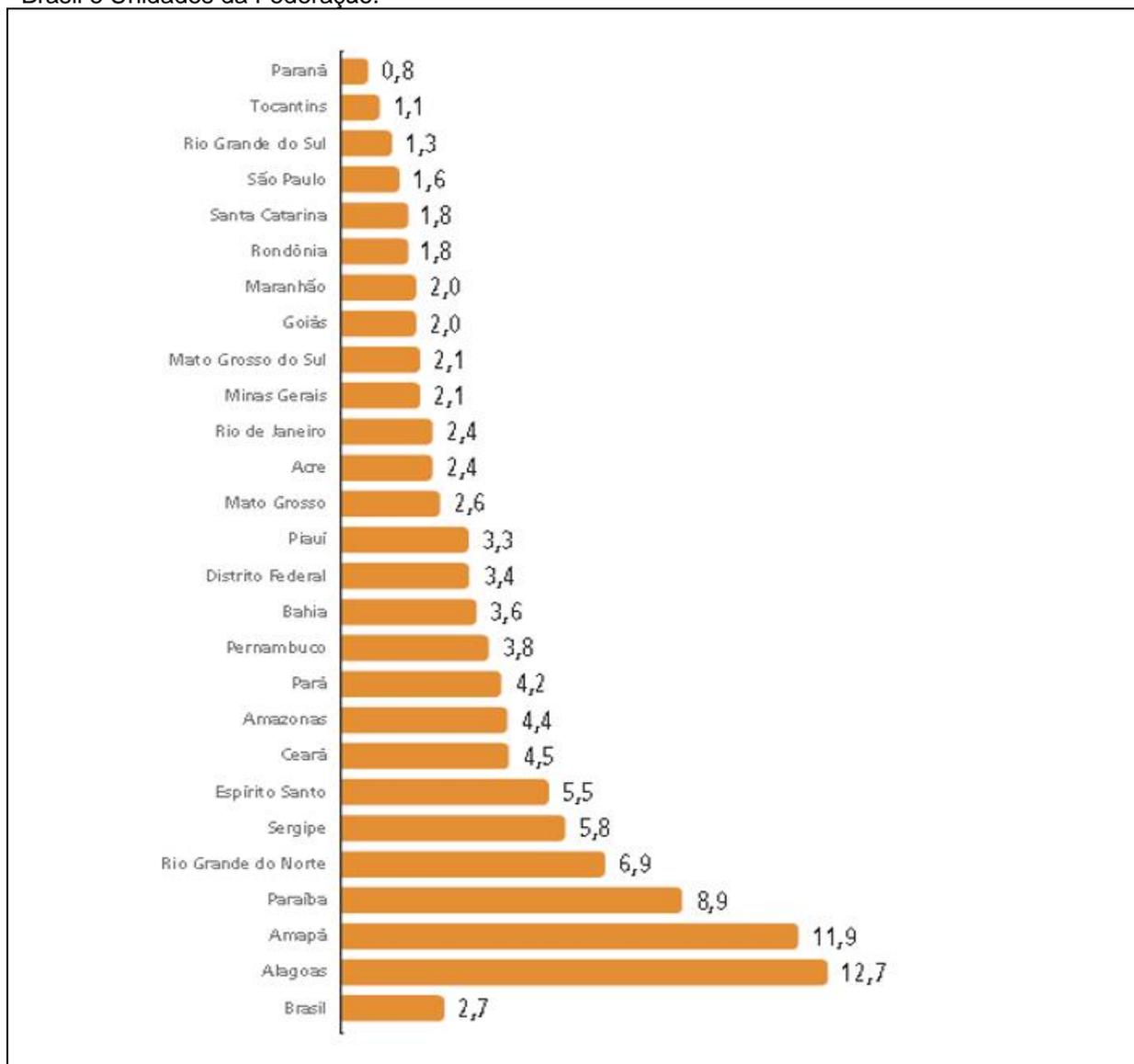


Fonte: Brasil, Índices de vulnerabilidade juvenil. (2017). Ano base 2015.

No Gráfico 2, tem-se a média nacional das 24 unidades federativas do Brasil, e os jovens negros têm 2,7 mais chances de morrerem por homicídios do que jovens

brancos. Por outro lado, tanto o Estado de Alagoas da região Nordeste quanto o Estado do Amapá da região Norte ambos apresentam um índice de alta vulnerabilidade, nesta situação, o jovem negro tem 12,7 vezes em Alagoas e 11,9 vezes no Amapá, mais chances de morrer assassinado do que um jovem branco. Entretanto, os Estados de menor vulnerabilidade são Paraná (0,8) e Tocantins (1,1).

Gráfico 2- Risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio em relação a um jovem branco, Brasil e Unidades da Federação.



Fonte: Brasil, Índices de vulnerabilidade juvenil. (2017). Ano base 2015.

O Quadro 4 mostra os estados da região Nordeste, num comparativo da taxa de homicídios entre jovens brancos e negros, as maiores taxas de mortalidade se concentram nesta região, além de maiores riscos relativos. Ou seja, jovens negros são vítimas de homicídio em maior proporção. Ainda no quadro, o Estado do Piauí apresenta uma das menores taxas de homicídios de jovens negros na região

Nordeste. Porém, um jovem negro tem 3,3 vezes mais chances de morrer assassinado que um jovem branco.

Quadro 4- Comparativo da taxa de homicídios entre jovens brancos e jovens negros, Estados Norte/Nordeste– 2015.

Estados do Nordeste	Jovens Brancos	Jovens Negros	Jovens Negros/ brancos
Alagoas	13,3	168,2	12,6
Bahia	29,6	106,7	3,6
Ceará	34,3	135,1	4,4
Maranhão	38,3	77,3	2,0
Paraíba	14,2	126,3	8,8
Pernambuco	32,5	124,9	3,8
Piauí	14,4	48,0	3,3
Rio Grande do Norte	23,6	162,9	6,9
Sergipe	25,8	151,2	5,8
Estados do Norte	Jovens Brancos	Jovens Negros	Jovens Negros/ brancos
Acre	22,3	54,5	2,4
Amapá	8,3	99,1	11,9
Amazonas	20,4	89,8	4,4
Pará	25,3	106,4	4,2
Rondônia	36,5	66,6	1,8
Roraima	*43	68,0	
Tocantins	61,3	66,0	1,1

Fonte: Elaboração própria com informações do relatório Brasil (2017).

Por outro lado, em relação aos estados da região Norte estes apresentam taxas de homicídio de jovens negros mais altas do que de jovens brancos. O Estado de Amapá apresenta a relação taxa de homicídios entre jovens brancos e jovens negros de 11,9 a mais alta entre os estados da região, apenas Tocantins tem uma relação de menos disparidade com taxa de 1,1.

Segundo o IPEA (2017), a vulnerabilidade juvenil do jovem brasileiro, quando da taxa de homicídios nacional no período 2015 foi de 28,9 por 100 mil habitantes, o que significa dizer que o Brasil está entre as nações mais violentas do mundo. Contudo, as abordagens acerca da juventude têm revelado o quanto é complexo este período da vida juvenil. A diversidade e suas múltiplas manifestações sociais e culturais, as experiências de vulnerabilidades sociais e as exposições aos riscos sociais frequentemente direcionam para uma nova agenda nacional de políticas públicas de juventude, é importante que se estabeleçam compromissos sólidos em favor dos direitos e do exercício pleno destes. Não há uma juventude apenas, mas

43 Conforme relatório Brasil (2017) houve impossibilidade de calcular a taxa de homicídios entre jovens brancos devido a que não houve assassinatos em 2015 de jovens brancos.

várias, definidas e caracterizadas em diferentes situações, vivências e identidades sociais (Abramovay; Castro, 2006).

Logo, a desigualdade no país expresso nos índices de vulnerabilidade juvenil (2015), tornou relevante a violência, esta, tem ocupado espaço, coagindo continuamente o direito mais sagrado, o de viver, além de alimentar a segregação de grupos considerados minoritários. Assim, a juventude negra tem sido o sujeito principal destes acometimentos, o alto índice de letalidade na juventude de forma geral e a negra de forma específica como analisado, mostra um quadro de jovens negros sendo ceifados, não pela sua condição de pobreza ou de sua situação de vulnerabilidade e sim por uma circunstância enviesada pela raça/cor, isto, acaba intensificando o processo do racismo (Gomes; Laborne, 2018).

De acordo com Almeida (2019) o racismo é estrutural, forma parte da estrutura política e econômica da sociedade, ele provê o sentido, a lógica capaz de acirrar continuamente a desigualdade e a violência, suas expressões no cotidiano manifestam uma normalidade no convívio social. Nesse sentido, o autor o distingue como não sendo um fenômeno patológico ou que represente anormalidade, mais sim, a inquietante força silenciosa estabelecida no seio das relações políticas, socioeconômica e institucionais da sociedade e que seu movimento perdura.

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. O racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. A discriminação racial, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados (Almeida, 2019, p. 22 - 23).

Desse modo, todavia em Almeida (2019) a raça tem sido um determinante da desigualdade socioeconômica, e que direitos sociais e políticas universais de combate a miséria, à pobreza e distribuição de renda ao não contemplar o fator raça/cor serão pouco efetivas. Logo, não existe justificativas para o tratamento desigual entre os seres humanos, e quando isto ocorre, a noção de raça demonstra-se um fator político utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários (Almeida, 2019).

Conforme o Grupo de trabalho sobre juventude da Plataforma de *Colaboraci3n Regional para Am3rica Latina y el Caribe* das Nações Unidas-ONU (2021), na agenda

2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), três são os eixos que orientam desafios e oportunidades relacionados com as juventudes latino-americanas e caribenhas, a seguir: i) A inclusão, ii) A mudança climática e a proteção do meio ambiente e iii) a governabilidade.

Neste documento, se assumem compromissos como os direitos da juventude e o seu exercício pleno. O bem-estar dos jovens vincula-se diretamente com a erradicação da pobreza e a desnutrição, diminuição da desigualdade, a construção de sistemas de proteção social universais, a igualdade de gênero, o acesso à saúde, à educação, a promoção de economias sustentáveis e de um meio ambiente protegido e cuidado, acesso ao trabalho decente e construção de sociedades mais pacíficas e transparentes.

A estratégia das Nações Unidas (2021), para a Agenda Juventude 2030, tem por objetivo adotar medidas amplas em nível mundial, regional e nacional, visando o atendimento de demandas das pessoas jovens na sua diversidade, fomentando sua capacidade de ação, promoção dos seus direitos, e garantindo que participem na implementação e monitoramento da Agenda 2030 marcos mundiais pertinentes. Outro dos objetivos da Agenda 2030 da ONU, é revisar o estado de um grupo de metas e ODS em relação à população jovem da América Latina e o Caribe, para definir linhas de ação futura.

4 PROGRAMAS⁴⁴ E POLITICAS PUBLICAS DE JUVENTUDE

As Políticas Públicas de Juventude têm sido um processo recente na sociedade na sociedade brasileira e movido a pressões da sociedade civil. Porém, já na década de 1990, o país ganhava o ECA, um símbolo de luta pela defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Chillán (2006), ex-Secretário Geral da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), define uma política pública de juventude como um sistema público que aborda as preocupações sociais relativas aos jovens de um país ou de uma região: um sistema que integra organicamente um discurso ou representação social do sujeito, em que se definem a cobertura social e geográfica, os problemas e as necessidades, assim como as demandas sociais que o Estado assume.

Assim, as Políticas Públicas do segmento juvenil viriam em 2003, por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC-138)⁴⁵ que elucidava entre outros pontos, aspectos relevantes sobre formação profissional e cultura, acesso ao mercado de trabalho, ao lazer e segurança social estendendo desta forma, alguns direitos constitucionais em favor do jovem.

Logo em 2010, o Senado da República cria a Emenda Constitucional nº65, que altera a denominação do capítulo VII do título VIII da constituição federal e passa denominar-se “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso” e modifica o seu art. 227, que dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, logo abre passo ao Estatuto da juventude, com prerrogativas para que o estado brasileiro a cada decênio defina um plano nacional de juventude, garantido com isto acesso a direitos humanos fundamentais (Secretaria Nacional de Juventude, 2015).

Desta forma, a modificação do artigo 227 contextualiza o processo de reconhecimento pelo poder público quanto ao jovem sujeito de direitos e consolida uma política pública de Estado para a juventude brasileira, inclusive a paraense.

44 **Programa** é um conjunto de projetos coordenados entre si e de forma articulada e dinâmica buscam os mesmos objetivos. Assim, todo programa determina suas prioridades de intervenção. Organiza os projetos e aloca recursos. Em geral, são públicas as organizações responsáveis pelos programas. Por outro lado, existem também instituições privadas e da sociedade civil que operam alinhados às diretrizes de políticas governamentais (De Avila, 1999)

45 Art. 1º É acrescentado à Constituição Federal o art. 230- A, com a seguinte redação:

“Art. 230-A. O Estado protegerá os direitos econômicos, sociais e culturais dos jovens, mediante políticas específicas, visando a assegurar-lhes: a) formação profissional e o desenvolvimento da cultura b) acesso ao primeiro emprego e à habitação; c) lazer; d) segurança social.

Assim, para avançar nos interesses da juventude, é promulgada em julho de 2010, a Emenda Constitucional nº 65 do senado federal com a seguinte redação:

Art. 227. É dever da família da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao Lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem [...] § 3º III – garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola; VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins. § 8º A lei estabelecerá: I – o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens (Brasília. Senado Federal, 2010).

No Brasil, até agora se nota a falta de estudos que representem as formas como foram geradas as ações públicas determinadas aos jovens no século XX, ainda que, de modo geral, sejam conhecidas algumas orientações latino-americanas. Para Abad (2003), a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi marcada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e pelos desafios de como facilitar-lhes a fase de transição e integração ao mundo adulto. Abad (2003) resume as contribuições de vários autores e determina quatro distintos modelos de políticas de juventude: 1) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); 2) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); 3) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e 4) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

4.1 O estatuto da juventude

No Brasil, a base dos direitos da juventude encontra-se nas Leis orgânicas municipais, nas Constituições dos Estados, no Pará de 1989, Art. 18 inciso IX e XV que tratam respectivamente, á promoção da cultura e a proteção da juventude; e na Constituição Federal de 1988, no Art.193, em que se dedicou títulos eminentes à ordem social, baseado no trabalho, o bem-estar e a justiça sociais. Desta forma, a referência ao jovem nos tempos atuais, alinha-se à complexa realidade dessa ordem social. Os Jovens e seus direitos⁴⁶, dentro dessa dinâmica, sustenta-se na

46 Direito a uma vida digna, direitos civis e políticos, direitos econômicos e sociais.

particularidade da sua condição juvenil, ou seja, nas múltiplas dimensões, no interior do qual o jovem constrói sua experiência, sua personalidade, projeta seu futuro.

Todavia os fundamentos dos direitos da juventude estão concatenados em relações sociais que instituem as pessoas na sociedade, é deste movimento que se originam os direitos e deveres inclusive a dos jovens. Neste sentido, o jovem tem por exemplo, o dever de respeitar às leis do país, entre eles, o princípio da dignidade humana, o dever de amparar o idoso, entre outros deveres. Assim, o Estatuto da Juventude torna-se um instrumento Legal específico que envolve direitos e deveres, um canal em que os Jovens tem para reivindicar, escolher, discutir, formular, executar e avaliar as políticas públicas de juventude (Parra, 2004).

Desta forma, toda política torna-se efetiva, na medida da sua utilização como instrumentos de planejamento, análises de dados, produção de indicadores para orientar a ação dos gestores tanto públicos como privados. Logo, as políticas de Juventude no Brasil, são marcos legais que devem legitimar os progressos e os avanços alcançados na execução do Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/2013.

Segundo Novaes (1997), o Estatuto da juventude assegura a diversidade e matizes da juventude brasileira e suas significativas diferenças regionais, urbano, rural, religiosas, políticas, orientações sexuais entre outras como da pessoa indígena, negra, branca. Em tal sentido, a juventude brasileira mostra o quanto ela é diversa, corroborando com isto o termo juventudes.

Entretanto para consolidar as políticas estatais voltados para os jovens, que ajudem a garantir seus direitos, viabilizem os princípios e diretrizes das referidas políticas públicas, o governo criou por decreto federal 9.306/2018, o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), uma importante instância governamental cuja função é regulamentar o Estatuto da Juventude.

O SINAJUVE define atribuições dos Municípios, Estados e União relacionados à Política Nacional de Juventude. Além de promover a criação do fundo nacional de juventude. Logo, é um dever do Estado assegurar esses direitos para as pessoas jovens brasileiros de faixa etária entre 15 e 29 anos, independente de governos (Estatuto da Juventude, 2013).

No Pará, o processo das políticas públicas de juventude teve o seu início em 2006, por meio do Conselho de Juventude do Estado do Pará (COJUEPA), e foi criado por Lei estadual nº 6.936/2006, a função do referido conselho é servir de interlocução para os assuntos da juventude do Pará. Nesse sentido, o movimento do conselho é

dialogar com os municípios, sociedade civil organizada almejando a institucionalização das políticas necessárias à juventude do Para, quanto a consolidação da pauta juventude como política de Estado (FAPESPA, 2018).

Todavia, destaca-se a importância do decreto federal nº 8.537/2015 que no artigo 2, inciso V, regulamenta o Estatuto da Juventude, que garante aos jovens de baixa renda de todo o país, acesso aos benefícios relacionados ao direito à cultura, ao território e à mobilidade. Contudo, as atividades de implementação desta política pública, está centralizada no ID ou ID JOVEM sobre a coordenação da SNJ, e será analisada na próxima sessão.

4.2 O Programa Identidade Jovem (ID)

O Programa Identidade Jovem, ou ID Jovem, é o documento virtual gratuito emitido pela Secretaria Nacional da Juventude que possibilita aos jovens, de 15 a 29 anos, com renda familiar de até 2 salários mínimos, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), o acesso a benefícios garantidos pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), direitos esses que foram regulamentados no Decreto nº 8.537/2015. Este programa de maneira específica, deu um grande aporte no sentido de institucionalizar as políticas públicas para juventude, operacionalizando e garantindo os direitos de acesso à cultura, ao esporte, ao lazer, conforme o Estatuto (sessão VI) e ao direito à mobilidade (sessão IX) beneficiando aproximadamente 16 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Assim, no Artigo nº 21 da sessão VI, ao jovem é resguardado o direito à cultura, incluindo “a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e à participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social”.

Por outro lado, o Artigo 31 da Seção IX, descreve sobre o Direito ao Território e à Mobilidade, garante que o “jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade”. Isto, encaminha para o entendimento de que jovem no exercício da cultura e da mobilidade territorial como direitos garantidos devem ser incentivados e valorizados e o Estatuto por meio do programa ID Jovem dá esse acesso aos mais variados eventos culturais e esportivos no país, por meio do pagamento do valor de meia-entrada, quando assegura duas vagas gratuitas no sistema de transporte

interestadual, além de outras duas vagas por veículos, vendidos com desconto de 50% do valor total entre outros benefícios.

4.2.1 Programa Identidade Jovem (ID) x Vulnerabilidade Juvenil no Estado do Pará.

O Estado do Pará, conforme o IBGE (2010) registrou um número de habitantes de 7.581.051 milhões de pessoas, os jovens entre 15 a 29 anos são uma população de 2.243.181, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD/Contínua do IBGE (2010), do total de jovens domiciliados no Pará, 1.771,754 pessoas (74,3%) residem em locais urbanos. Além do que 613.911 jovens (25,75%) residem em locais rurais.

O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do Pará, registrou um valor médio de 0,646, já no Rendimento nominal mensal domiciliar per capita registrou uma renda média de R\$ 708. No entanto, quando se verifica as informações da população juvenil paraense sobre o grau de vulnerabilidade em sua forma geral, um relatório do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP)⁴⁷ (2013), mostra que a situação de vulnerabilidade está ligada à ausência do acesso a direitos constitucionais, e que os problemas vividos pelos jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, derivam conseqüentemente da carência de estrutura socioeconômica da família.

De acordo com Castel (1998), a vulnerabilidade social traz consigo um conjunto de situações que envolve a precariedade do trabalho e, simultaneamente a fragilidade dos suportes de proximidade, dos suportes sociais, criadores de confiança. Assim, a fragilidade refere-se ao indivíduo instável, e encontrasse isolado em função que vivencia situações de adversidade em seu cotidiano, ou seja, a vulnerabilidade social pode estar associada a fatores de risco que afetam negativamente as pessoas.

Desta forma, a violência e a criminalidade entre os jovens é um dos principais fatores de vulnerabilidade. Assim, a vulnerabilidade é provocada por situações múltiplas, não é exclusiva da classe de baixa renda, mais também envolve jovens de diversas classes sociais. De acordo com o relatório IDESP (2013), três fatores estão para explicar a vulnerabilidade juvenil no Estado do Pará, conforme a seguir:

47 Conforme a Lei Estadual no 8.096/2015, Art. 2º, I, "i", o IDESP, foi extinto, e suas atribuições transferidas por Lei Complementar nº98, de 1º de janeiro de 2015 para a FAPESPA.

Quadro 5 - Fator 1. Municípios com menores e maiores índices de vulnerabilidade juvenil-incremento populacional, população jovem (15 a 29 anos) e Evasão escolar, 2010-PARÁ.

07 menores vulneráveis		07 maiores vulneráveis	
Município	Indicador	Município	Indicador ⁴⁸
Aveiro	0,01	Parauapebas	1,00
Belterra	0,05	São Felix do Xingu	0,97
Faro	0,07	Tailandia	0,94
Pau D'arco	0,07	Ulianopolis	0,92
Magalhães Barata	0,07	Ipixuna do Pará	0,85
Monte Alegre	0,09	Bagre	0,83
Conceição de Araguaia	0,09	Anapu	0,75

Fonte: Relatório IDESP (2013).

O Fator 1. Constitui a “Dimensão de Vulnerabilidade juvenil – Incremento populacional, população jovem (15 a 29 anos) e evasão escolar”. No Quadro⁴⁹ 5 registra-se os sete menores e sete maiores municípios com índices de vulnerabilidade juvenil. Segundo o relatório IDESP (2013), os municípios de Aveiro e Belterra, apresentaram números de (0,01) e (0,05) respectivamente, indicadores de menor vulnerabilidade. Indicando com isto, baixo crescimento populacional, razoável percentual de jovens e médios índices de evasão escolar. Por outro lado, os municípios de Parauapebas, São Félix do Xingu e Tailândia são os de mais alta vulnerabilidade, pelas altas taxas de crescimento populacional e percentuais de jovens e índices de evasão escolar de médios para alto (IDESP, 2013).

O Fator 2. Constitui a “Dimensão de Vulnerabilidade juvenil – Homicídio e Fecundidade”, e está explicado por duas variáveis: taxas de homicídio (jovens de 15 a 19 anos) e o percentual de nascidos vivos de mães de até 17 anos. Conforme visto no Quadro 6, os municípios de Santa Bárbara e Santa Maria das Barreiras apresentam menor vulnerabilidade nessa dimensão, com baixas taxas de Homicídios e/ou índices de maternidade precoce, enquanto que, resultado contrário registra se no Jacundá e Goianésia do Pará que os seus indicadores estão em nível 1 e no limite do máximo de vulnerabilidade (IDESP, 2013).

O Fator 3. Constitui a “Dimensão de Vulnerabilidade juvenil – a renda, o analfabetismo funcional e trabalho infantil”. No Quadro 7, os municípios de Belém e Ananindeua apresentaram as menores taxas de vulnerabilidades nessa dimensão,

⁴⁸ Indicador quanto mais próximo de 1 mais vulnerável, indicador distante de 1 menos vulnerável

⁴⁹ Relatório do IDESP, 2013- Mapa da Dimensão de Vulnerabilidade Juvenil no Pará.

pouco analfabetismo funcional, e um número de crianças trabalhando em relação ao total na mesma faixa etária. Entretanto, os maiores índices de vulnerabilidade verificam-se em Oeiras do Pará, Garrafão do Norte, Porto de Moz, Jacareacanga e Melgaço, estes municípios apresentaram as menores rendas per capita, e os maiores resultados nas taxas de analfabetismo funcional e trabalho infantil (IDESP, 2013).

Quadro 6 - Fator 2. Municípios com menor e maior dimensão de Vulnerabilidade Juvenil – Homicídio e Fecundidade, 2010-Pará.

07 menores vulneráveis		07 maiores vulneráveis	
Município	Indicador	Município	Indicador
Santa Barbara do Pará	0,00	Jacundá	1,00
Santa Maria das Barreiras	0,01	Goianésia do Pará	0,99
Cachoeira do Arari	0,02	Jacareacanga	0,97
Ipixuna do Pará	0,04	Marabá	0,89
Ponta de Pedras	0,08	São Geraldo do Araguaia	0,89
Curuçá	0,08	Eldorado dos Carajás	0,87
Aveiro	0,09	Rio Maria	0,86

Fonte: Relatório IDESP (2013).

Quadro 7 - Fator 3. Municípios com menor e maior dimensão de Vulnerabilidade Juvenil – Renda, o analfabetismo funcional e trabalho infantil, 2010-Pará

07 menores vulneráveis		07 maiores vulneráveis	
Município	Indicador	Município	Indicador
Belém	0,01	Oeiras do Pará	1,00
Ananindeua	0,13	Garrafão do Norte	0,95
Parauapebas	0,16	Porto de Moz	0,93
Benevides	0,17	Jacareacanga	0,93
Santa Cruz do Arari	0,18	Melgaço	0,92
Ulianópolis	0,18	Igarapé-Miri	0,91
Castanhal	0,20	Bagre	0,82

Fonte: Relatório IDESP (2013).

Todavia, no cenário que envolve as políticas da Juventude, destaca-se a lenta evolução da situação econômica do País, que influenciada fortemente pela crise econômica nacional, soma-se a este, o evento da crise sanitária mundial do covid-19, e assim, acaba gerando incertezas e poucas oportunidades para os jovens e a sociedade em geral. Contudo, no Pará, não é diferente e sofre a influência desta instabilidade global, além dos desafios e dificuldades que repercute na situação

econômica do Estado, alia-se a demanda da juventude paraense por mais empregos e oportunidades que satisfaçam suas expectativas históricas.

Entretanto, um estudo da FAPESPA (2017) mostra o movimento do emprego formal nas 12 regiões de integração no Pará e aponta no Quadro 8, os saldos do emprego por faixa etária, os resultados positivos, com 881 novos empregos correspondem a trabalhadores até 17 anos (com influência da Lei da Aprendizagem) e de 3.755 novas vagas na faixa etária de jovens entre 18 a 24 anos, um saldo significativo dos quais 1926 gerados na Região de Integração (RI) do Guajará. Os jovens da faixa entre 25 a 29 anos sofreram perda de postos de trabalho de - 2.148 (Quadro 8), gerando com isto, saldos negativos generalizados.

Quadro 8- Saldo de Emprego Formal por faixa etária e Região de Integração (RI) no Pará, 1º Semestre de 2017⁵⁰

RI	Até 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 64 anos	65 anos ou mais
Pará	881	3.755	-2.148	-5.150	-3.565	-2.922	-375
Araguaia	80	211	-8	4	-43	-99	-12
Baixo Amazonas	120	331	-149	-375	-376	-346	-23
Carajás	121	96	-939	-1.470	-715	-413	-24
Guajará	189	1.926	34	-1.341	-1.266	-1.070	-216
Guamá	221	239	-210	-368	-204	-133	-13
Lago de Tucuruí	25	-11	-110	-159	-111	-91	-11
Marajó	3	5	-47	-105	-48	-58	-7
Rio Caeté	42	172	-38	-50	-78	-63	-5
Rio Capim	77	726	51	171	12	-72	-5
Tapajós	16	210	138	107	41	-19	-5
Tocantins	5	360	-170	-258	-132	-133	-17
Xingu	-18	-510	-700	-1.306	-645	-425	-37

Fonte: FAPESPA (2017).

Segundo levantamento do Ministério do Trabalho (2018) no Pará em 2017, foram geradas oportunidades para 7.000 jovens na condição de menor aprendiz, quando segundo o órgão as vagas eram para ter sido gerados o dobro, isto devido a que muitas empresas não cumpriram a Lei do menor aprendiz em 2017, conforme o relatório do referido ministério, dos 5.000 empreendimentos em condições de contratar jovens sobre a modalidade de menor aprendiz no Estado, apenas mil empreendimentos o fizeram. Ou seja, cerca de quatro mil empresas burlaram a Lei do menor aprendiz quando se isentam de contratar conforme a Lei.

⁵⁰ O Estado do Pará está constituído de 12 Regiões de Integração (RI) administrativa.

Contudo, aliado a esta situação a baixa fiscalização das autoridades do ministério que alegam falta de recursos humanos para operacionalizar a devida fiscalização, são entraves estruturais que acabam corroborando para uma fragilidade no controle da aplicação da Lei e o seu cumprimento por parte das empresas, e desfavorecendo em mais essa vez ao segmento juvenil do Pará.

Descritos os Fatores limitantes, que o relatório do IDESP (2013) identificou para a vulnerabilidade juvenil dos municípios paraense, agrega-se a difícil situação econômica do estado, refletido na carência de infraestrutura na área do transporte, cultura e lazer. Segundo relatório do ministério da cultura (2005), o estado paraense tem 16 teatros, dentre eles o teatro da Paz (Belém), 39 museus- como o Museu Emilio Goeldi (Belém), o estádio Mangueirão (Belém) para assim, realizarem atividades significativas culturais e esportivas. Por outro lado, quando se trata da frota de transporte, para mobilidade territorial dentro e fora do Estado do Pará, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Pará conta com uma mobilidade de transporte urbano que registrou 17.493 Ônibus entre urbanos, intermunicipais e interestaduais (IBGE, 2016).

4.2.2 Resultados e discussão do programa Identidade Jovem (ID)

Com um panorama de dificuldades, refletido no âmbito dos estados sobre as políticas públicas de Juventude, o Programa ID da SNJ, implementou suas ações em todo o Brasil, inclusive no Pará e desde março de 2016, a ID já beneficiou mais de 3,6 milhões de usuários jovens entre 15 a 29 anos no país. Logo, o referido documento é um instrumento que comprova a condição social do jovem, permitindo-lhe usufruir esses direitos previstos no Estatuto da Juventude, em conformidade com o Decreto Lei nº 8.537/2015.

Desta forma, a referida política implementada se traduz para o jovem numa oportunidade de acesso a meia entrada em eventos artísticos, culturais e esportivos, além do que, a carteira ID Jovem é aceita em cinemas, clubes, teatros e espetáculos musicais, com isto, o governo federal via secretaria de governo e secretaria da juventude colocou em marcha ações para minimizar o nível de problemas e desafios que interferem no desenvolvimento social dos jovens nos Municípios e nos Estados do país. No Pará em 2016-2017, conforme dados da Secretaria de juventude registrou-se várias ações de mobilização e disseminação das

políticas de juventude por meio do ID JOVEM, em vários municípios paraenses, inclusive Belém.

Em tal sentido, no Quadro 9, apresenta-se a cidade de Belém junto a outros municípios do Pará, em que a SNJ em parceria com a Unesco desenvolveu em meados 2017, ações de mapeamento, implementação e consolidação do programa ID Jovem. Na referida tabela, cada município tem seus dados básicos estatísticos conforme o IBGE, sobre número de sua população total, renda per capita do município, população jovem entre 15 a 29 anos e o número de inscrições disponibilizados pelo programa, para emissão da carteira ID Jovem em cada município.

Quadro 9- Municípios do Pará no mapeamento, implementação e consolidação do Programa Identidade Jovem-2017.

Municípios do Pará	Nº População no município	Renda per capita (R\$ 1,00)	Nº de Jovens entre 15 a 29 anos	Nº inscrições(carteiras) ⁵¹ disponíveis do programa ID Jovem / município (Meta)
Abaetetuba	141.100	7.108	44.886	27.488
Ananindeua	471.980	11.560	140.362	41.714
Acara	53.569	10.696	15.719	9.641
Belém	1.393.399	20.034	398.781	90.556
Barcarena	99.859	34.455	28.869	15.121
Bragança	113.227	7.616	34.271	15.309
Castanhal	173.149	14.511	53.331	19.871
Cametá	120.896	6.519	35.572	23.771
Capitão Poço	51.893	7.251	8.666	8.809
Marabá	233.669	24.580	53.080	17.555
Parauapebas	153.908	84.910	48.537	11.007
Ponta de Pedras	25.999	5.778	7.762	5.644
Santa Isabel	59.466	8.485	18.903	6.766
São Miguel do Guamá	51.567	9.977	15.290	8.863
Tome Açú	56.518	8.642	16.865	10.353
Total Meta Geral				312.468

Fonte: Relatório ID Jovem Secretaria Nacional de Juventude (2017).

51- Volume total de jovens enquadrados nos critérios da ID Jovem, e cadastrados na base do CadÚnico.

Desta forma, os municípios com maior oferta de número de inscrições disponível para carteiras foram: Abaetetuba (27.488); Ananindeua (41.714); Belém (90.556); Castanhal (19.871); Cametá (23.771); Marabá (17.555); Barcarena (15.121) e Bragança (15.309). Cabe ressaltar, que o número de inscrições que cada município dispõe significa sua meta que deve alcançar no decorrer do Programa ID Jovem.

Por outro lado, no Quadro 10, se apresenta o número de inscrições(carteiras) que o programa realizou no segundo semestre de 2017. Belém registrou em primeiro de maio 797 inscrições, seguido por 1.726 em primeiro de novembro de 2017 e por fim de 297 inscrições em 31 de dezembro respectivamente. Logo, tem-se o maior volume de inscrições ocorridos no intervalo de primeiro de maio a primeiro de novembro do período, um crescimento de 116%, com diferença positiva de 929 novas inscrições, ao final de 2017, Belém registrou 2.8204⁵² inscrições, de 90.556 disponíveis como meta a alcançar.

Assim, no período outros municípios, como Ananindeua registraram 1.492 inscrições(carteiras) para uma meta a alcançar de 41.714, Castanhal 1.106 inscrições no final de 2017 para uma de meta de 19.871, Marabá 734 para uma meta de 17.555 inscrições. De acordo, com a Secretaria Nacional de Juventude (2022), Belém, tem alcançado emitir inscrições(carteiras) ID Jovem num total de 24.764 unidades, a meta disponibilizada pelo programa é de 90.556, como visto ainda não se chegou a 50% das emissões, isto demonstra que nos últimos cinco anos, os governos anteriores não tiveram compromisso com as políticas de juventude, travaram e sucatearam as ações e o desenvolvimento do programa.

De acordo com a (SNJ, 2022), o Pará tem direito a 1.188.169 unidades de inscrições (ID) Jovem, todavia quando o programa começou em 2016 no Pará, apenas 388 emissões de ID Jovem foram realizadas, já no ano seguinte as emissões deram uma evolução para 16.251 (Quadro 11).

Ainda no Quadro 11, registrou-se informações relacionado a evolução de inscrições (carteiras) emitidas, em quanto nos primeiros seis meses do ano 2017 se tem 4.457 carteiras emitidas, já no segundo semestre aponta 11.794 emissões. Uma evolução de 164% no segundo semestre em relação ao primeiro. Destaca-se que as emissões significativas de 2017 ocorreram no mês de outubro com 2.314 emissões e novembro com 2.529.

52 Soma dos valores da Quadro 10 para cidade de Belém=797+1726+297=2820 inscrições (Id) Jovem

Quadro 10- Municípios do Pará com Nº Beneficiários⁵³ Elegíveis e Nº de Inscrições (carteiras) Emitidas no Programa (Id) Jovem

Municípios do Pará	Nº de Jovens entre 15 a 29 anos	Nº Beneficiários Elegíveis/município (Meta)	Nº Inscrições(carteiras) emitidas do (ID) Jovem por município-2017 ⁵⁴		
			01/05/2017	01/11/2017	31/12/2017
Abaetetuba	44.886	27.488	121	111	130
Acara	15.719	9.641	52	52	2
Ananindeua	140.362	41.714	694	661	137
Barcarena	28.869	15.121	72	69	25
Belém	398.781	90.556	797	1.726	297
Bragança	34.271	15.309	114	110	5
Cametá	36.572	23.771	112	108	7
Capitão Poço	15.419	8.809	34	34	7
Castanhal	53.331	19.871	534	525	47
Marabá	73.080	17.555	332	328	74
Parauapebas	52.381	11.007	597	592	143
Ponta de Pedras	7.762	5.644	5	5	
Santa Isabel Pará	18.903	6.766	127	127	7
São Miguel Guama	15.270	8.863	34	34	4
Tome Açú	16.865	10.353	26	26	3
Total			3.651	4.508	888

Fonte: Secretaria Nacional de Juventude (2018).

Conforme dados da SNJ, até 31 de dezembro de 2017, o Pará já tinha emitido 16.639 Inscrições(carteiras) de ID, tornando-se o primeiro Estado da Região Norte na emissão da referida carteira e o decimo do Brasil. Isto se deve, a que na época houve uma força tarefa entre o Governo do Pará, a Secretaria de Governo da Presidência da República e SNJ e em parceria com a UNESCO implementaram um trabalho de ampliação das políticas públicas de Juventude-ID Jovem, a nível de todo o país, incluído o Pará, com o objetivo de consolida-las como uma política de Estado.

De acordo com o relatório da SNJ (2017), ocorreram ações com Agendas junto aos órgãos das prefeituras e agentes da sociedade civil local, como organizações não

53 O Programa determina por este nome o quantitativo (meta) de inscrições(carteiras) Id Jovens para emissão a que tem direito cada município e seus jovens beneficiários.

54 Atualização 2023 de inscrições (carteiras) ID Jovem: Abaetetuba (1.517); Acara (307); Ananindeua (10.078); Barcarena (1.199); Belém (24.764); Bragança (1.147); Cametá (823); Capitão Poço (737); Castanhal (3.089); Marabá (5.092); Parauapebas (6.041); Ponta de Pedras (57); Santa Isabel (791); São Miguel Guamá (838); Tome Açú (454)

governamentais na qual envolveram-se para a divulgação e mobilização efetiva do ID Jovem Pará, por meio de programações e eventos próprios em cada município.

Quadro 11- O Pará com Nº de Inscrições (carteiras) Emitidas no Programa Identidade Jovem.2016-2017

Meses	Ano 2016	Ano 2017	Total
Janeiro		357	357
Fevereiro		355	355
Março		400	400
Abril		1.041	1.041
Maio		952	952
Junho		1.352	1.352
Julho		1.615	1.615
Agosto		1.696	1.696
Setembro	05	1.647	1.652
Outubro	25	2.314	2.339
Novembro	40	2.529-	2.569
Dezembro	318	1.993	2.311
Total	388	16.251	16.639

Fonte: Relatório da Secretaria Nacional de Juventude (2017).

Desta forma, verificasse que o aumento das inscrições(carteiras) em 2017, pode significar uma compensação aos esforços conjuntos da UNESCO, Secretaria Nacional de Juventude/Consultoria, Coordenação Estadual, os agentes da sociedade civil e órgãos públicos em cada município que contribuíram no período para esses avanços na política de Juventude, oportunizando desta forma, o acesso ao benefício pelo jovem brasileiro em cada município do Estado.

Conforme dados do programa ID Jovem (2023), atualmente o Pará está com 129.383 Inscrições(carteiras) geradas, comparando com a meta disponibilizado pelo programa para o Estado de 1.188.169 (um milhão e cento e oitenta e oito mil e cento sessenta e nove) inscrições (carteiras) disponíveis para os jovens paraenses, verificou-se, que o programa desacelerou estes últimos anos, em virtude de apenas ter realizado um pouco mais de 10% da meta estabelecida pelo referido programa, com estes números, significa dizer que um volume alto da juventude paraense, seja no interior, na cidade urbana, o jovem quilombola, o jovem indígena não está sendo alcançado pelo programa na atualidade.

4.2.2.1 Caracterização socioeconômica, demográfica, impactos e percepções de participantes do Programa Identidade Jovem (ID)- Belém-Pará.

A pesquisa de campo foi realizada no período de 2022/23, e utilizou-se das técnicas de entrevista não diretiva, este método é chamado de abordagem clínica, o entrevistador mantém-se atento e receptivo a toda e quaisquer informação que sejam elas, de interesse ou não da pesquisa, intervém com discretas interrogações de conteúdo, estimula circunstanciadamente perguntas que sirvam à pesquisa, e tudo isto é a forma de colher as informações do entrevistado e baseados num dialogo descontraído, em que a pessoa fique inteiramente livre para exprimir sua entrevista ou discurso (Chizzotti, 2003).

Logo, estabeleceu-se um roteiro para realizar a caracterização do perfil socioeconômico e demográfico de vinte e nove (29) pessoas que participaram do programa ID Jovem na cidade de Belém. Dessa forma, apresenta-se no Quadro 12, os distritos e bairros das quais os referidos entrevistados são moradores: no Distrito da Sacramento (DASAC), estão conformados pelos bairros da Sacramento, Pedreira, Barreiro e Telégrafo; no Distrito de Belém (DABEL) está o bairro do Umarizal; no Distrito de Icoaraci (DAICO) temos os bairros Icoaraci e Tenoné; no Distrito de Bengui (DABEN) apenas o bairro de Tapanã, logo, tem-se a participação de 29 jovens nos diversos Distritos administrativos. Desta forma, o Distrito da Sacramento contribui com 22 (75,8%) jovens de 04 bairros (Quadro 12) para executar as entrevistas, os restantes foram 07 pessoas de outros bairros conforme mostra-se na tabela em referência.

Quadro 12- Entrevistados do Programa ID Jovem- Belém-Distritos e Bairros

Distrito	Bairros	Nº Entrevistados	%
1-Distrito Adm. da Sacramento (DASAC)	Sacramento	08	27,50
	Pedreira	05	17,24
	Barreiro	06	20,68
	Telégrafo	03	10,34
2-Distrito Adm.de Belém (DABEL)	Umarizal	02	6,89
	Cidade Velha	X	
3-Distrito Adm.de Icoaraci (DAICO)	Icoaraci	02	6,89
	Maracacueira	X	
	Tenoné	01	3,44
	Tapanã	02	6,89
TOTAL	07	29	100

Fonte: Elaboração da Autora (2023).

Desse modo, realizou-se a pesquisa para compreender-se as percepções dos entrevistados em relação a participação no Programa ID Jovem. Para isto, aplicou-se um roteiro de entrevistas elaborados para este objetivo. Cabe destacar, que a seleção da amostra foi realizada através da busca ativa nos bairros, indo por exemplo as Escolas Polos: EMEIF Prof Ruy da Silveira Britto; EMEF Liceu Mestre Raimundo Cardoso, EMEF Professor Paulo Freire; EMEF Donatila Santana Lopes (Quilombola), além de nossa participação em eventos da Fundação PARAPAZ (emissão de ID Jovens). Organizamos na EEFM Graziela Moura- DASAC, um evento mobilizando e atraindo a comunidade escolar e demais jovens. Assim, se cumpriu os protocolos de anonimato dos entrevistados, em conformidade com os padrões éticos de pesquisa explicitados no TCLE, do NAEA, da UFPA.

Entretanto, destaca-se, que para maior legitimidade da análise de dados e sua transcrição, os aspectos metodológicos propostos foram cumpridos a rigor. A pesquisa, realizou se dentro de um ambiente motivado pela crise pandêmica global do novo Coronavírus (*Covid-19*), tornando-se um grande entrave; e entre temores e dificuldades, o trabalho de campo foi praticado preservando todos os protocolos sanitários estabelecidos pelas autoridades públicas.

Dessa maneira, sobre as informações obtidas nas entrevistas com os participantes do ID jovem, quanto do material extraídos de órgãos governamentais (Municipal, Estadual e Federal) respectivamente: Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Belém, Secretaria Estadual de Juventude (SEJ), SNJ, dentre outras, foram importantes para organizar metodologicamente a análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977), consiste em utilizar:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 42).

No Quadro 13, observa-se as informações relativas a faixa etária dos participantes da entrevista em 2022/23 e que emitiram a carteira (ID) Jovem pelo programa. Entretanto, verificou-se por outro lado, a informação respeito à naturalidade dos entrevistados, sendo que 15 (51,7%) jovens são nascidos em Belém e os 14 (48,3%) restantes de outras cidades do interior do estado como Viseu (01), Magalhães Barata (01), Cametá (01), Ponta de Pedras (01), Ananindeua (09), Coari- Estado do -

Amazonas (01). Desse modo, no Quadro 14, se analisou o perfil socio econômico e demográfico dos entrevistados e conforme o mapeamento, verificou-se que dos 29 participantes na distribuição por gênero, 16 (55,20%) eram predominantemente do sexo feminino e 13 (44,82%) masculino.

Quadro 13- Idade do Participante na entrevista do Programa ID JOVEM-Belém-2012-2020

Idade do entrevistado 2022/23	Feminino		Masculino		Total
	Quantidade	Sub total	Quantidade	Sub total	
15 anos	01	01	01	01	02
17 anos	02	02	01	01	03
18 anos	02	02	01	01	03
19 anos	02	02	03	03	05
20 anos	02	02	02	02	04
21 anos	x	x	01	01	01
22 anos	03	03	01	01	04
23 anos	02	02	01	01	03
25 anos	02	02	x	x	02
29 anos	x	x	02	02	02
Total		16		13	29

Fonte: Elaboração própria da Autora (2023).

Dessa forma, a faixa etária dos entrevistados variou 15 a 29 anos, com a média do intervalo em 18,15 anos. Assim, na amostra registra-se significativamente a prevalência da faixa etária de 20 a 29 anos entre ambos os sexos, com 17 pessoas (58,6%), seguido da faixa etária entre 15 a 19 anos com 12 pessoas (41,4%) (Quadro 14). Ressalta-se que todas estas pessoas realizaram a emissão do documento ID Jovem, nos eventos acima mencionados, que garante direito a gratuidade em eventos culturais e mobilidade no transporte interestadual em Belém.

Entretanto, na avaliação da Cor/raça⁵⁵ 20 (68,9%) da amostra se declararam pardos ou negros, 04 (13,7%) pessoas declararam-se brancos e 05 (17,2%) amarela. Em quanto à composição familiar dos entrevistados, verificou-se no (Quadro 14), que 09 (31%) pessoas são casados (as)/vivem juntos, destes, 03 (10,3%) pessoas se declararam com um filho abaixo de 18 anos, 06 (20,6%) pessoas manifestaram não ter filhos. Já dos solteiros 19 (65,5%), declararam não ter filhos e 01(3,4%) pessoa com um filho abaixo de 18 anos. Como visto, as pessoas solteiras, na análise do quadro da composição familiar, são representativas com 20 (68,95%) pessoas.

⁵⁵ Segundo o IBGE (2010), no Pará, o percentual superior a 76% de negros é bem maior que a média nacional, e representa quase 5,9 milhões de pessoas numa população superior a 7,5 milhões

Quadro 14- Perfil socioeconômico e demográfico dos entrevistados do Programa ID Jovem -Belém - 2012-2022.

Variáveis		frequência (n=29)	%
Sexo dos entrevistados			
Masculino		13	44,8
Feminino		16	55,2
Faixa etária dos entrevistados			
15 – 19		12	41,4
20 - 29		17	58,6
Estado Civil dos entrevistados			
Casado (a) /vive junto		09	31,01
Solteiro(a)		20	68,09
Composição familiar dos entrevistados			
Casado (a) /vive junto	Com 01 filho (a) abaixo 18 anos	03	10,34
	Sem filhos	06	20,68
Solteiro(a)	Sem filhos	19	65,51
	Com 01 filho (a) abaixo 18anos	01	3,44
Escolaridade dos entrevistados			
Ensino fundamental completo		02	6,89
Ensino médio completo		14	48,27
Ensino médio incompleto		06	20,68
Superior incompleto		07	24,13
Ocupação/Trabalho dos Entrevistados			
Dona de Casa		02	6,89
Serviço Domestico		01	3,44
Desempregado		14	48,27
Construção civil		04	13,79
Comercio/empreendedor		08	27,58
Faixa de Renda dos Entrevistados			
Até meio salário mínimo		04	13,79
De Meio até 1 salário mínimo		05	17,24
De 1 a 2 salários mínimos		05	17,24
> 2 salários mínimos		01	3,44
Sem renda		14	48,27
Situação de Moradia dos Entrevistados			
Moradia do entrevistado		02	6,89
Do cônjuge		03	10,34
Do Pai/Mae/parente		24	82,75

Fonte: Elaboração própria da Autora (2023).

Outras informações analisadas e relativo à escolaridade, o ensino médio é representativo nos entrevistados com 20 (68,95%) pessoas (Quadro 14), sendo que 14(48,27%) concluíram o ensino médio e 06 (20,68%) pessoas com ensino médio incompleto, já 07 (24,13%) pessoas declararam estarem cursando o ensino superior e por fim 02 (6,89%) pessoas declararam ter ensino fundamental completo.

Em relação a ocupação/trabalho, observa-se na (Quadro 14) que, 14 (48,27%) pessoas estão sem uma função de ocupação/trabalho (desempregados), 08 (27,58%) dos entrevistados relatam que se desempenham como empreendedores (posto de venda na casa, na feira, comercio, serviços, etc.), 04 (13,79%) pessoas tem como funções exercidas no setor da construção civil, (01) desempenham funções de servente de obra, (02) pessoas função de pedreiro realizando serviços alvenaria reboco, concretagem de pisos, (01) pessoa trabalha como pintor, 01(3,44%) pessoa realiza serviços domésticos e finalmente 02(6,89%) assumem funções no Lar. Esse é o quadro das ocupações dos entrevistados, e refletem uma taxa significativa de pessoas trabalhando na área do empreendedorismo 27,5%, seguido pela construção civil 13,7%. Porém, nota-se uma alta taxa de desempregados em quase metade dos jovens entrevistados 48,2%.

Analisando a faixa de renda (Quadro 14), verificou-se que 5(17,24%) pessoas ganhavam entre um e dois salários mínimos mensais, destes, duas estavam registrados em carteira assinada no setor comercial, os restantes na área do setor serviços ainda no processo de estagio curricular acadêmico, Já 5(17,2%) pessoas recebem entre meio a um salário mínimo, sendo que uma trabalha com registro em carteira na área de serviços terceirizados, os restantes geram renda como empreendedores em pequenos negócios e na construção civil; uma pessoa tem carteira assinada com dois salários mínimos na área de hotelaria e 04(13,7%) pessoas recebem até meio salário mínimo e 14 (48,2%) pessoas estão desempregados.

Outro ponto analisado no (Quadro 14) diz respeito à situação de moradia do entrevistado, o quadro apresenta 24 (82,7%) pessoas têm como proprietário pai/mãe, sendo um número representativo em toda a amostra; já 03 (10,3%) pessoas declararam que a propriedade em que moram é do cônjuge e 02 (6,8%) entrevistados relataram ser os proprietários da moradia.

Enquanto a divulgação do Programa, 21 (72,41%) dos participantes declararam que obtiveram informações através de sua instituição de ensino, em suas mídias sociais, o que lhes facilitou o acesso, seguido de 03 (10,34%) que acessaram as informações na internet. Destaca se que a promoção do Programa por meio de eventos patrocinados pelo Governo Estadual e em parceria com igrejas e escolas públicas, serviu para que os jovens realizassem sua inscrição no ID Jovem.

Dessa forma, percebe-se que o papel dos agentes públicos e privados envolvidos com as políticas públicas de juventude, torna-se fundamental para

promover ações legais que garantam publicidade aos benefícios previstos pela lei nº 12.852. Com este objetivo, divulgar informações sobre os requisitos legais que assegurem o acesso a tais benefícios, esta lei, torna obrigatória a divulgação do direito ao acesso as vagas para jovens de baixa renda e duas vagas com desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, a serem utilizadas depois de esgotadas as vagas gratuitas. A publicidade das informações deverá ser feita por meio de cartazes, em locais visíveis nos terminais rodoviários e nos guichês de venda de passagem interestadual, o que nem sempre acontece segundo os participantes, e sendo um dos entraves:

Fui ao terminal rodoviário, não encontrei nenhuma informação para ajudar no que eu queria da viagem, disseram que voltasse, amanhã, o atendente do guichê me falou. D.R.19 anos.

Os jovens quando questionados em relação ao financiamento e acesso⁵⁶ aos eventos culturais e esportivos, refletiram suas dificuldades financeiras em acessar esses equipamentos⁵⁷ culturais, assim como visto 23 (79,3%) pessoas, relataram esse entrave, alguns eram financiados pelos seus pais, outros relataram que ainda não tiveram acesso aos bens culturais, como, o cinema, o teatro, entre outros, a seguir alguns relatos dos entrevistados:

Tinha dificuldades de ir a qualquer programação artística, pois eu mesmo tinha que custear minha entrada e passagem do ônibus, hoje, tenho meu ID Jovem, já estou preparando uma viagem fora da cidade. (A.Q. 19 anos)
 Eu não ia muito aos espetáculos e shows por que não tinha dinheiro, difícil, nunca participei. Mais com o ID Jovem, entrei no cinema (D.S.21 anos)
 Nunca tive nenhum acesso, pois todo evento era caro pagar a inteira, aí eu não frequentava esses lugares por falta de recursos (D. M.18 anos, informação verbal).

Outra questão abordada na entrevista, foi o relativo à adesão ao Programa, 19 (65,51%) pessoas relataram como oportunidade de viajar, para conhecer novos lugares e participar de eventos, usufruindo os benefícios do Programa, enquanto aguardam a retomada das agendas culturais e artísticas na modalidade presencial.

⁵⁶ Capacidade ou aptidão para conseguir algo relativamente difícil

⁵⁷ São “edificações destinadas à práticas culturais”, com o objetivo de designar organizações culturais das mais variadas tipologias entre eles os teatros, cinemas, bibliotecas, arquivos, galerias, espaços polivalentes, salas de concerto, museus, dentre outros. Também são chamados casa de cultura, espaço cultural, complexo cultural, conjunto cultural, centro de cultura ou ponto de cultura (Coelho,

Segundo a SNJ o Pará possui o direito a emitir 1.188.169 de ID, enquanto que Belém tem direito a 90.556 emissões, porém, conforme dados da Secretaria Nacional de Juventud (2022), apenas 31.446 identidades foram geradas na capital, o que descreve uma baixa adesão ao programa desde seu lançamento em 2016.

Entretanto, quando se verifica do jovem entrevistado, sua relação de acesso ao Programa, estes, revelam-se confiantes, por que eles refletem e dizem que se trata de uma janela para novas oportunidades de vida, tanto social como profissional, com benefícios inéditos em suas trajetórias:

Eu gosto de poder viajar outros estados, acho que o programa me dar essa chance oportunidade, quem sabe ir com amigos. (O.S. 20 anos)

Quando a gente é humilde, ir para a um cinema ou qualquer outra atividade, tudo tem um custo né, ai chega um programa desse, é minha vez, minha oportunidade, agora dá. (E.C. 23 anos, informação verbal)

Tinha grande interesse em conhecer um teatro, para mim era muito difícil pelo preço, agora já paguei meia entrada um dia desse, estou a ir novamente. (D.A. 21 anos, informação verbal).

Gente fiquei muito feliz em poder ter assistido meu primeiro jogo em arquibancada com o ID Jovem. (C.C. 21 anos, informação verbal).

Segundo Thompson (1998), a experiência é um conhecimento adquirido através da prática, nela se articula a cultura dentro de um processo histórico, assim, o autor distinguiu duas formas de experiência: a vivida que se relaciona ao ser social e a percebida que diz respeito à consciência social, ambos articulados possibilitam uma compreensão do sujeito jovem, de sua vivência, sua afirmação, sentidos e significados, que os jovens promovem a cada experiência vivida.

Segundo o relato da entrevistada (I.O.17 anos, informação verbal), diz que o benefício do programa acrescentou bastante experiência na sua vida, pois realizou sua primeira viagem interestadual com destino ao Rio de Janeiro a lazer; entretanto, o que lhe chamou atenção foi a intensidade cultural da cidade, principalmente a sala de cinema, que a inspirou para prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) na área das artes.

Achei ótimo a experiência, um incentivo muito grande, pois não trabalho e dependo dos meus pais, além do que a viagem me ajudou a sonhar com uma profissão (I.O.17 anos, informação verbal).

Contudo, os impactos gerados, as mudanças ocorridas depois da experiência com o programa ID Jovem é outro ponto significativo manifestado pelos jovens entrevistados e assim, 15(51,7%) pessoas relataram ter acionado o documento ID

Jovem para assistir diversas programações no cinema, estabelecimentos com apresentações artísticas e esportivas. “Me realizei, o filme estava muito bom, agora busco ir de novo quando ter um filme legal” (A.N.18 anos, informação verbal).

Entretanto, 5(17,2%) pessoas relataram ter feito pelo menos uma viagem, destes, 3 pessoas relataram ter conseguido utilizar a carteira ID Jovem para visitar parentes em outros estados, os restantes, foram um para o Rio de Janeiro a Lazer, o outro a realizar concurso militar. Alguns jovens, relataram que foram driblados e burocratizados nos guichês das empresas de ônibus que resistem a cumprir a Lei. Mesmo assim, os jovens pretendem, todavia, acionar o referido benefício, outros relatos dão conta, que por falta de tempo e outras agendas ainda não puderam utilizar a carteira ID Jovem.

Viajei ao Estado do Maranhão para participar de vários festivais, devido a que sou bailarino de formação, e solicitei na empresa de ônibus a gratuidade da passagem pelo ID Jovem, me foi negado, teve que pagar minha ida, mas não vou desistir de pedir meu direito (O.K.21 anos, informação verbal).

Como visto, o acesso dos jovens à mobilidade de transporte interestadual conforme Lei Nº 12.852, tem se tornado cada vez mais difícil, haja visto que os empresários dificultam o cumprimento dessa medida legal. De acordo com o Brasil, Senado Federal (2017), a Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (ABRATI), ajuizou no Supremo Tribunal Federal em fevereiro 2017, uma ação de inconstitucionalidade contra o artigo 32 do Estatuto da Juventude, para bloquear o benefício de gratuidade e desconto nos ônibus interestaduais, justificando a falta de subsídio para compensação dos valores das passagens e a contra partida de ressarcimento ao prestador privado de serviço, e com isto, os custos da gratuidade são divididos, onerando os demais usuários.

Todavia, um dos maiores entraves e dificuldades mencionados pelos participantes, diz respeito ao aceso das informações pertinentes ao Programa, 22 (75,8%) pessoas, número significativo da amostra, declararam o ID Jovem, como pouco divulgado nas mídias sociais, com as seguintes expressões: “ não conhecia o programa, estava buscando e de repente apareceu” (M.S 23 anos, informação verbal); “muitos jovens não sabem desse programa, por que o Governo não traz as informações devidas para a população da periferia” (W.R 17 anos, informação verbal);“Uma das maiores desigualdades que percebo na comunidade é a falta de informação, se mais jovens soubessem do programa seria uma boa” (D.G.19 anos,

informação verbal). No Quadro 15, tem-se as informações do programa Identidade (ID) Jovem, conforme relatório (2022), os números de (IDs) inscrições (carteiras) geradas para os jovens do município de Belém no período 2018 a outubro de 2022, foi de 31.446 respectivamente.

Quadro 15- Número de Inscrições Geradas pelo Programa ID JOVEM-Belém-2018-2022

item	2018	2019	2020	2021	2022	Total
	Jan/Dez	Jan/Dez	Jan/Dez	Jan/Dez	Jan/Dez	
Potenciais beneficiários ⁵⁸	25.497	9.167	16.262	3.130	69.760	123.816
IDs Jovem Geradas ⁵⁹	3.971	7.365	4.773	5.826	9.511	31.446
IDs Jovem Ativas⁶⁰	1.124	6.174	7.247	3.767	8.497	4.661
Índice de adesão ao programa ⁶¹	4,41%	67,3%	44,5%	20,3%	12,1%	

Fonte: Elaboração própria da Autora, com dados do relatório do programa ID jovem (2022).

Desta forma, o desafio para as autoridades é tornar possível a democratização da informação, divulgação a respeito de seus programas que executam, tornando-o mais equitativo e minimizando os entraves e dificuldades que os jovens revelaram.

58 Jovens enquadrados nos critérios do programa constantes da base atual do cadúnico.

59 IDs jovem geradas por meio do site e aplicativos.

60 IDs jovem aptas para utilização

61 Relação entre os IDs jovem ativas com o público potencial (IDs jovem ativas/potenciais beneficiários)

4.3 Programa ProJovem Urbano

Este programa foi implantado pela Coordenação da Secretaria Nacional da Juventude e Secretaria Geral da Presidência da República em parceria com os Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Medida Provisória Nº 238, de 01/05/2005, e foi regulamentado pelo Decreto nº 5557, de 05/10/2005 (Brasil, 2008). O ProJovem como grande programa governamental direcionado para a juventude brasileira, inicialmente era destinado à inclusão social de jovens de 18 a 24 anos, objetivando ao aumento da escolaridade (conclusão do ensino fundamental), a qualificação profissional (formação inicial) e a ação comunitária em 12 meses.

Objetivando superar as desigualdades estruturais de escolaridade com o público jovem e com base nos dados do IBGE e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes a 2007, a equipe técnica do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) do ProJovem realizou um levantamento populacional referente à escolaridade, faixa etária e empregabilidade. Verificou-se que o Programa deveria sofrer algumas alterações, e com isso o desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária-ProJovem, que era executada em diferentes ministérios, acusou a necessidade de ampliar e reforçar integradamente ações voltadas para juventude.

Nesse sentido, o ProJovem, atuando nas capitais brasileiras e no Distrito Federal, constitui um grupo de trabalho que promoveu a articulação entre as distintas Secretarias pavimentando caminhos para que a Presidência da República criasse um programa amplo e de maior estrutura, com vistas à inclusão de jovens brasileiros, surgindo assim, a proposta do ProJovem Integrado, abrangendo quatro modalidades: ProJovem adolescente; ProJovem Urbano; ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador. Sendo foco de nossa pesquisa, o ProJovem Urbano, na qual faremos uma descrição dos seus parâmetros, dos seus elementos organizacionais, da modalidade e resultados, e se “constitui uma reformulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária – ProJovem.”⁶² (Brasil, 2008, p. 14).

⁶²Antigo ProJovem se tornou ProJovem Urbano, sua reformulação consiste: ampliação da faixa etária de atendimento até 29 anos; aumento do período do curso de 12 para 18 meses; entrada de jovens com carteira de trabalho assinada; inclusão de jovens que sabem ler e escrever e que não concluíram o ensino fundamental; e ampliação para municípios externos às regiões metropolitanas (Brasil, 2010).

Assim, a execução e gestão do Programa ProJovem Urbano, contou com os esforços conjunto da Secretaria Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, do Trabalho e do Emprego e do Desenvolvimento Social e passa a ter um conselho gestor, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República e composto pelos Secretários-Executivos dos Ministérios referidos. Seu financiamento é realizado pela transferência de recursos financeiros providos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao MEC.

O ProJovem Urbano foi concebido como uma intervenção de caráter emergencial e atende parcelas significativas dos jovens com perfil socioeconômico, que tem necessidade de retornar a vida escolar e prosseguir nos estudos. A proposta curricular inclui conceitos que dão suporte a interlocução entre o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária, tudo isto, num tripé visando a formação integral do jovem.

Desta forma, o programa atende demandas nas áreas socioeducacionais, urbanas, prisionais⁶³ e do campo. Assim, no programa busca-se o reconhecimento de direitos juvenis, tendo em conta as particularidades da condição juvenil⁶⁴, e a precisão de superar as circunstâncias de exclusão que o jovem experimenta. Assim, esse conjunto de noções e movimentos propiciam que o jovem se torne protagonista do seu destino e inclusão social com cidadania (Brasil, 2008).

Desse modo, o Programa ProJovem Urbano estabelece uma série de compromissos, como o atender ao jovem em defasagem educacional, destacando o desenvolvimento humano, aliado ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental básico, qualificação profissional, além do desenvolvimento de vivências e participação cidadã comunitária. Tudo isso, no propósito de promover a inclusão social do jovem brasileiro entre 18 a 29 anos, que mesmo alfabetizado não terminaram o ensino básico, ajudando-o na busca de reinserção na escola e oportunidades no mercado de trabalho (Brasil, 2008).

Conforme Brasil (2008), o Programa foi criado pela Lei nº11.692 de 10/06/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 6.629 de 04/11/2008. Assim, os responsáveis pelo

63 Abrange também, jovens da mesma faixa etária e condições educacionais, cumprindo pena em regime fechado, em penitenciárias estaduais. Incorpora ainda jovens de 15 a 21 anos, internados em instituições socioeducativas (Brasil, 2008 b).

64 Conforme Abramo (2008) é uma etapa do ciclo da vida, uma conexão de uma fase com a outra, envolvendo características históricas e culturais do jovem.

ProJovem Urbano são o Ministério da Educação, quem coordena nacionalmente o Programa e em parceria trabalha articuladamente com prefeituras e governos de estado.

De acordo com o Artigo nº 25 do referido decreto, o Programa ProJovem Urbano (PJU), estabelece como finalidade, garantir aos jovens brasileiros ações que apoiem a elevação e conclusão do ensino fundamental básico, por meio da organização de curso que contemple uma carga horária de 2.000 horas, sendo 1.440 horas presenciais distribuídas em 972 horas Formação Básica, 390 horas de Qualificação profissional, 78 horas participação Cidadã e 560 não presenciais, com duração de 18 meses letivos e consecutivos e que correspondem a 72 semanas.

Todavia, o Decreto nº 6.629, estabelece no caput § 2º que o curso será organizado em três ciclos, sendo que cada ciclo é composto por duas unidades formativas. Caput § 3º Cada unidade formativa tem a duração de três meses. Caput § 4º O processo de certificação far-se-á de acordo com normas da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Cabe mencionar que, na estruturação legal para a elaboração das Diretrizes e Estratégias Curriculares do ProJovem Urbano, bem como para sua proposta de implantação, execução e gestão compartilhada, considerou-se as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, como os princípios norteadores do PJU.

De acordo com o relatório do Conselho Nacional de Educação (2008), o ProJovem Urbano integra a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional, conectando o trabalho como princípio educativo. Logo, a integração e articulação entre ambas, transforma-se numa alternativa de inclusão social de jovens excluídos da escola e do trabalho. Assim, a inclusão social dar-se-á pela elevação da escolaridade desses jovens, pela sua qualificação para o trabalho e da sua participação cidadã que busca incluí-los, social e culturalmente, como cidadãos ativos.

O ProJovem Urbano se orienta pelas seguintes Diretrizes Curriculares:

- A formação básica deverá garantir as aprendizagens que correspondem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e a certificação correspondente, ao mesmo tempo em que fundamenta a formação profissional e a ação comunitária.
- A qualificação profissional inicial para o trabalho deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às vocações dos jovens, quanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais.

- A participação cidadã deverá resultar de um diagnóstico das necessidades locais e regionais, promovendo o engajamento cidadão voluntário e a formação de valores solidários (Relatório do conselho nacional de educação, 2008).

O Art. 26 do decreto nº 6.629, estabelece que o ingresso no ProJovem Urbano, ocorrerá por meio de um processo de matrícula nos Estados, Distrito Federal e Municípios, intermediado pelo Ministério da Educação (ME) que disponibilizara um sistema informatizado para monitoramento e de controle de frequência, entrega de trabalhos e registro de avaliação dos alunos integrantes do sistema de monitoramento e avaliação do ProJovem Urbano. O Art. nº 27, determina que os requisitos para o jovem, que quer se matricular no programa, deve ter faixa etária entre 18 a 29 anos completos, ensino fundamental incompleto e deve saber ler e escrever.

Cabe ressaltar que no Artigo nº 6º Lei nº 11.129, o programa oferece um auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, aos jovens estudantes beneficiários do ProJovem, nas modalidades⁶⁵ previstas nos incisos II, III e IV do caput do Art. nº 2 desta Lei, a partir do exercício de 2008. O recebimento deste auxílio, esteve condicionado à frequência e à entrega de trabalhos didáticos escolares. Por outro lado, o Aluno obriga-se comparecer todo mês mínimo em 75% das atividades presenciais em cada unidade formativa, incluso à ação comunitária programada. Assim, destaca-se que o incentivo de R\$ 100,00 (cem reais), além de ser destinado ao aluno que tem limitações financeiras ou se encontra sem nenhuma fonte de renda, este também se constituiu num atrativo para o retorno aos estudos (Brasil, 2008).

Outro ponto importante a descrever refere-se ao que dispõe a Lei nº 11.692, no artigo nº13 e relacionado as parcerias do programa com o Ministério da Justiça (MJ) e com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República para Efeitos de implantação do Projovem Urbano nas unidades prisionais e nas unidades socioeducativas de privação de liberdade.

No caso das unidades socioeducativas de privação de liberdade, adolescentes que tenham idade mínima de 15 anos (quinze) em cumprimento de medidas socioeducacionais privativas de liberdade podem participar do Projovem Urbano. Contudo, no caput § 3º da Lei acima citada, assegura-se aos jovens que iniciaram o

65 II - ProJovem Urbano-Nesta modalidade no Art. nº 6-§ 1º podem ser pagos até 20 (vinte) auxílios financeiros; III - Projovem Campo - Saberes da Terra; e IV - Projovem Trabalhador.

Projovem Urbano nas unidades do sistema prisional ou nas unidades socioeducativas de privação de liberdade a continuidade do curso nas localidades onde existir o Programa.

Desse modo, um ponto significativo, do Projeto⁶⁶ Pedagógico do ProJovem Urbano, diz respeito ao princípio da inclusão escolar e social, em que os alunos aprendem através de mecanismos eficientes, despertando o interesse e promovendo aprendizagem. Contudo, os educadores têm um papel importante, e devem ser capazes de compreender a realidade social, a comunidade, o mundo do trabalho, a ciência e tecnologia do mundo atual, para alcançar os objetivos gerais do Ensino Fundamental.

Conseqüentemente, os educadores do ProJovem Urbano deverão ter competência para:

- Promover a equidade e ter sempre presente as especificidades do público do ProJovem Urbano: a condição juvenil e a imperativa necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram no que se refere aos direitos à educação e ao trabalho.
- Monitorar, orientar e avaliar o percurso pessoal de estudo e aprendizagem de cada aluno sob sua responsabilidade, considerando todas as dimensões da pessoa, do estudante, do trabalhador, do cidadão.
- Identificar as diferentes ferramentas de estudo de que os alunos necessitam e orientá-los quanto ao seu uso.
- Criar contextos desafiadores para a aprendizagem, estimular a atitude crítica e planejar situações que favoreçam a síntese dos estudos desenvolvidos nos vários componentes curriculares.
- Conceber e utilizar a avaliação como etapa do processo de ensino e aprendizagem, que compreende um momento de diagnóstico inicial, um percurso de acompanhamento formativo e um momento de balanço, concluindo uma etapa e, simultaneamente, dando início à seguinte.
- Favorecer o trabalho cooperativo e a troca de experiências entre os alunos.
- Acompanhar, junto com os outros educadores, o desenvolvimento do Projeto de educação Profissional (POP), do Plano de ação comunitária (PLA) e das sínteses integradoras, fazendo apreciações sobre os progressos feitos e a capacidade dos jovens de incorporar nesses trabalhos os estudos realizados no ProJovem Urbano.
- Relacionar-se adequadamente com a instituição, o diretor e outras pessoas do local onde funciona o núcleo.
- Utilizar novas tecnologias para seu próprio aperfeiçoamento e para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no ProJovem Urbano.
- Administrar a própria formação contínua e aprimorar sua prática profissional (Brasil, 2008b, p.119).

66 Segundo de Avila (1999), Projeto é um empreendimento temporário planejado, que compreende um conjunto de atividades inter-relacionadas com a finalidade de alcançar um resultado específico, dentro de um limite e programação orçamentário, quanto de um período de tempo dado. Assim, o Projeto é uma unidade mais operativa do planejamento, um nível mais específico e delimitado. Outro conceito de Projeto, diz respeito ao esforço pontual empreendido para criar um produto, serviço ou resultado para beneficiários(as) em um tempo definido.

Em relação aos conteúdos ministrados, os profissionais recebem capacitação pedagógica e orientação quanto ao uso adequado do material didático organizado pelo Programa. Assim, as disciplinas básicas do Ensino Fundamental são compostas por: Matemática, Português, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Inglês; A Qualificação Profissional compõe-se – com disciplinas orientadas à formação para o mercado de trabalho; e à Ação comunitária – integra alunos participando e colaborando em projetos de ação social comunitária, tudo no intuito de vivenciar, na prática, informações ministrados a eles por profissionais de áreas de Recursos humanos, Serviço Social entre outros. Logo, as aulas básicas, possibilitam uma troca de conhecimentos entre o professor e alunos, com o objetivo de formar cidadania, além da formação profissional, objetivando promover a reintegração ao processo educacional, à qualificação profissional e ao desenvolvimento humano do segmento juvenil (Brasil, 2008).

Na concepção do ProJovem Urbano, a avaliação do ensino e aprendizagem constitui um processo cumulativo, contínuo, abrangente, sistemático e flexível de informações qualitativas e quantitativas. Tudo isto, para obter subsídios para revisar materiais e da metodologia do curso; planejar a intervenção docente; criar formas que ajudem aos alunos com dificuldades de aprendizagem; verificar se os objetivos estão sendo alcançados.

No entanto, a avaliação e suas funções antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico e cada etapa exige modalidades específicas de avaliação⁶⁷: diagnóstica, formativa ou somativa. Essas modalidades possuem funções diferentes, mas complementares. Assim a avaliação diagnóstica e a avaliação formativa, tomadas de maneira articulada, possibilitam a efetivação de duas importantes características da avaliação: continuidade e ênfase no processo da aprendizagem.

Por tanto, a avaliação no ProJovem Urbano atenta a progressão continuada do aluno e deve ser buscada num trabalho de equipe composto por educadores e jovens, pautando todos os momentos do curso (ensino– aprendizagem – avaliação -

67 A avaliação diagnóstica do programa acontece na fase inicial de um trabalho e obtém informações dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e orienta o caminho a seguir. A avaliação formativa acontece ao longo de todo o processo. Com características de natureza formadora e funções de identificar os avanços de aprendizagem ou os pontos que interferem esses avanços. A avaliação Somativa é a avaliação final ou produto, ela nos dá a dimensão e significância do trabalho realizado. Em geral está associada à ideia de classificação, aprovação ou reprovação (Brasil, 2008b, p.123-124).

atividades de reforço) para promover o desenvolvimento das habilidades básicas previstas no Programa (Brasil, 2008b).

4.3.1 Resultados e discussão do Programa ProJovem Urbano

Conforme a PNAD / IBGE (2003), aponta que, dos 34 milhões de brasileiros entre 15 e 24 anos, 23,4 milhões eram jovens de 18 a 24 anos, o que representava, 13,5% da população total. Esses jovens revelavam indicadores educacionais inquietantes: Apenas 7,9 milhões estavam frequentando a escola, quase 753,4 mil eram analfabetos, pouco mais de 5,4 milhões não havia concluído sequer o Ensino Fundamental, Apenas 547 mil haviam cursado pelo menos um ano de Ensino Superior.

Na questão do trabalho, a situação dos jovens apresentava 14 milhões deles desenvolvendo algum tipo de ocupação, no entanto, 3 milhões deles se declararam desempregados. Por outro lado, nas regiões metropolitanas o desemprego alcançava uma taxa de 24,6% e 17,6% nas áreas urbanas. Conforme o documento esses dados serviram para compreender a dimensão dos jovens excluídos no Brasil, e mostrar o suporte para definir os objetivos e metas do programa ProJovem a implementar em todas as capitais do Brasil (Relatório Projovem, 2005).

De acordo com o Relatório do Programa Nacional de inclusão de Jovens-ProJovem (2009), no período das atividades 2005 a 2008. O programa recebeu a matrícula de 241.235 jovens, divididos em 55 cidades nas regiões metropolitanas do país como apresentado no Quadro 16. Desse total, 146.451 cursaram no programa, e 106.504 concluíram (Quadro 17). A desistência ou perda, daqueles que se inscreveram e nunca frequentaram às aulas, tornou-se um dos maiores desafios para esse programa. Entretanto, o ProJovem informa que a “perda” de matrículas, em nível nacional, é considerado casos isolados, principalmente de municípios que encontraram problemas mais rigorosos na gestão do Programa.

Contudo, as perdas dessas matrículas, está ligada a três principais entraves: 1) Núcleos que nunca chegaram a funcionar, 2) Jovens que nunca foram enturmadados, e 3) Núcleos que não concluíram suas atividades nem tinham previsão de conclusão. A combinação desses elementos gerou quatro subcategorias de perdas a seguir:

- Perda 1: Jovens que foram enturmadados em núcleos que funcionaram, mas não concluíram. Eram apenas 836. Com a entrada de novos dados em janeiro de 2009, esse número caiu para 610.

- Perda 2: Jovens que nunca chegaram a ser enturmados, logo nunca tiveram consumado o direito efetivo de frequentar o ProJovem. É a parcela mais significativa: 8162.
- Perda 3: Jovens enturmados em núcleos que nunca chegaram a funcionar. São 3082.
- Perda 4: Jovens não enturmados em núcleos ainda em funcionamento. São apenas oito. Esses oito casos diluem-se nas subcategorias 1 e 2. (Relatório ProJovem, 2009, p. 45).

Quadro 16- Estados e Cidades Participantes do Programa ProJovem-2005-2008.

UF	Cidades	UF	Cidades
Acre	Rio Branco	Rio Grande do Norte	Natal
Alagoas	Maceió	Rondônia	Porto Velho
Amazonas	Manaus	Roraima	Boa Vista
Amapá	Macapá	Rio Grande do Sul	Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Via Mão
Bahia	Salvador	Santa Catarina	Florianópolis,
Ceara	Caucaia, Fortaleza	Sergipe	Aracaju
Distrito Federal	Distrito Federal	São Paulo	Carapicuíba Diadema Embu das Artes Guarulhos Itaquaquecetuba Mogi das Cruzes Osasco Santo André São Paulo Suzano
Espirito Santo	Serra, Vila Velha e Vitória		
Goiânia	Aparecida de Goiânia, Goiânia		
Maranhão	São Luís		
Minas Gerais	Belo Horizonte, Contagem		
Mato Grosso	Cuiabá		
Pará	Ananindeua e Belém		
Paraíba	João Pessoa		
Pernambuco	Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Recife		
Piauí	Teresina		
Paraná	Curitiba	Tocantins	Palmas
Rio de Janeiro	Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Niterói, Nova Iguaçu, Rio De Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti		

Fonte: Relatório ProJovem-Sistema de Monitoramento e Avaliação (2009).

No Quadro 17, se apresenta o número de matrículas “perdidas” e representa, aproximadamente, 12.080. De todas as cidades contempladas, apenas o Distrito Federal (23%) e São Paulo (31%) tiveram perdas significativas, e motivadas por ingresso tardio do jovem e por falhas de funcionamento inicial do programa. Sem as

intercorrências de Brasília e São Paulo, o percentual de “perdas” do ProJovem nas outras cidades, se reduz de 5,3% para 2%.

Quadro 17- Dados Gerais sobre a Permanência no Programa Projovem-2005-2008

Categorias de Permanência	Total	%
Matricula Total	241.235	100,0
Perda de matricula	12.080	5,0
Desistente	82.704	34,3
Matricula Inicial	146.451	60,7
Evasão	39.879	16,5
Matricula Final (concluente)	106.504	44,2

Fonte: Relatório Projovem (2009).

Entretanto, no Quadro 18, se mostra o conjunto de categorias que envolvem a relação do aluno com o Projovem Urbano, logo, o componente “desistência” registrou uma taxa 34,3%, a evasão apresentou uma taxa de 16,5%, entretanto, os alunos frequentes ou concluintes, que chegaram a terminar o programa apresentaram taxa de 44,2%. As perdas representam 5% respectivamente.

Quadro 18- Categorias da relação do Aluno com o Programa Federal Projovem (2005-2008).

Categorias	Percentual
Perdas	5,0%
Desistências	34,3 %
Evadidos	16,5%
frequentes	44,2%
Total	100,0%

Fonte: Relatório Projovem-Sistema de Monitoramento e Avaliação (2009)

De acordo com o relatório de monitoramento e avaliação (2009) do Provem Urbano a “Desistência”⁶⁸ dos alunos, ocorre pelo desconhecimento do início das aulas, incompatibilidade entre a vida do jovem (trabalho, família, transporte, lugar de moradia) e a frequência às aulas naquele núcleo, a isto associa-se falhas no recrutamento, como o desconhecimento da matrícula. Isso ocorre geralmente quando, alguém da família do jovem realiza todo o processo de matrícula (que é relativamente simples), mas não avisa nem acompanha as decorrências, resultando no “desconhecimento” da matrícula.

No Quadro 19, se tem informações sobre a taxa de “desistência” e “matriculas” totais, ocorridas nas cidades dos diversos estados da Região Norte em que o

⁶⁸O programa o caracteriza quando a matricula foi efetivada pelo Jovem e de fato, teve condições de exercer o pleno direito de frequentar e finalizar o Projovem, porem, por algum motivo desistiu desse direito sem ter estabelecido uma relação estável com o Programa. Ou seja, são jovens que nunca frequentaram ou assistiram poucos dias de atividade, ausência total, não realizaram nenhuma das atividades previstas e ninguém do núcleo conhece ou teve notícia da sua participação.

programa foi implementado. Assim, no período 2005-2008, o Pará apresentou um volume de matrículas totais de 10.741, sendo que em Belém 9.557 e em Ananindeua 1.184, a cidade com menor matrícula foi Palmas do Estado de Tocantins com 1.279. Assim, Belém teve a maior taxa de participação com 32,9% do total (29.016) das matrículas da Região Norte (Quadro 19).

Quadro 19- Taxa de Desistência e Matrículas Totais-cidades da Região Norte - 2005-2008

UF	Coordenação Municipal	Desistência	%	Matrículas	%
Amazonas	Manaus	2.312	34,7	6.662	22,9
Amapá	Macapá	934	38,5	2.427	8,36
Acre	Rio Branco	911	40,4	2.256	7,77
Pará	Belém	3.737	39,1	9.557	32,9
	Ananindeua	727	38,6	1.884	6,49
Rondônia	Porto Velho	1.049	34,7	3.023	10,4
Tocantins	Palmas	542	42,4	1.279	4,40
Roraima	Boa Vista	960	49,8	1.928	6,64
Total		11.172	38,5	29.016	100

Fonte: Elaboração do autor com dados do Relatório ProJovem (2009).

Ainda no Quadro 19, verificasse que a taxa de “desistência” nas cidades da região Norte, oscila no intervalo de 34,7% (Manaus e Porto Velho) a 49,8% (Boa Vista). Entretanto, em Belém⁶⁹ quando analisado a nível regional apresentou uma taxa de “desistência” de 39,1%, uma taxa relativamente menor em relação a outras cidades do país. Conforme Relatório ProJovem (2009), as desistências que refletem taxas bem superiores à taxa nacional de 34,3%, estão nas regiões do sul (Porto Alegre 52,4% e Curitiba 58%), seguido das cidades de Goiânia e Brasília com taxas de desistência de 60% e 45,5% (região centro-oeste), as cidades de Osasco e Guarulhos com taxas de desistência 49,9% e 57,3% (região sudeste). Porém, outras cidades apontaram uma menor taxa de desistência em relação à taxa nacional e são as cidades de Maceió com 19,6%, Recife 19,5%, Aracaju 20,6% da região Nordeste.

No Quadro 20, apresentasse uma comparação entre as regiões e verificasse a participação e o quantitativo de matrículas totais por região no País. Logo, fica evidente que duas regiões tiveram participação significativa no ProJovem, o Nordeste com taxa de 39,06% e o Sudeste com 33,9%, logo, segue a região Norte com 12,02%. Por outro lado, no Quadro 20, verificasse que, em relação à taxa de desistência, duas regiões, o Nordeste e Sudeste tiveram as maiores taxas de desistências entre as

⁶⁹ Comparado em nível nacional, a taxa de desistência em Belém apresentou 1,54% e as matrículas totais 3,96%

regiões, o Centro Oeste e o Sul, apresentaram 4,1% e 3,0% respectivamente, taxas bem menores em relação à taxa nacional.

De acordo com o relatório ProJovem (2009), a “desistência” refere-se a matrículas para as quais foram abertos núcleos, foram providas salas, foram alocados educadores, e foi provida a estrutura necessária ao funcionamento, com todos os custos vinculados. Assim, os múltiplos e diferentes contextos regionais evidenciados em números a cada cidade do país, denotam os desafios que o programa tem em reduzir a “desistência”, um fenômeno generalizado, com distintas intensidades por região, daí talvez o maior problema encontrado no ProJovem do período como visto no Quadro 21.

Quadro 20- Participação e Matrículas Totais do ProJovem Urbano por Regiões - 2005-2008

Comparativo Matrículas Totais e participação no ProJovem por Regiões											
Região Norte	%	Região Nordeste	%	Região Centro Oeste	%	Região Sul	%	Região Sudeste	%	Matricula Total Brasil	%
29.016	12,0	94.246	39,06	22.293	9,2	13.695	5,7	81.985	33,9	241.235	100

Fonte: Elaboração do autor com dados do Relatório ProJovem (2009).

Quadro 21- Taxa de Desistência do Programa ProJovem por Regiões - 2005-2008

Comparativo Taxa de Desistência do ProJovem por Regiões a nível nacional											
Região Norte ⁷⁰	%	Região Nordeste	%	Região Centro Oeste	%	Região Sul	%	Região Sudeste	%	Desistências Brasil	%
11.172	4,6	23.478	9,7	10.125	4,1	7.378	3,0	30.551	12,6	82.704	34,3

Fonte: Elaboração do autor com dados do Relatório ProJovem (2009).

Segundo o Sistema de Monitoramento do Aluno do ProJovem, a Evasão, é uma situação de impedimento conjuntural, em grande parte associado à vida privada e social do jovem. Portanto, não caracteriza uma negação ao Programa. Desta forma, a evasão pode ter fatores que a influenciam como: o desinteresse nas aulas por não se identificar com o conteúdo, a falta de uma metodologia direcionada aos adultos, a falta de uma prática pedagógica motivadora, entre outros. Nesta situação, a contribuição teórica do ProJovem, sua estrutura e materiais didáticos e seu currículo garante o foco das questões sociais relacionadas à juventude. Entretanto, a taxa de evasão anual do ProJovem é considerada alta, girando em torno de 30% a 40%.

⁷⁰A região Norte a nível nacional apresentou uma taxa de desistência de 4,6% uma das menores em relação a outras regiões.

Entretanto, alunos que permaneceram no programa também sofrem contingências semelhantes, mas nem por isso abandonaram o ProJovem. Por outro lado, aqueles que se afastaram do Programa por diversos fatores, 88,1% desses alunos evadidos retornariam, ou pretendem retornar, ao ProJovem. Isso fortalece a hipótese de que as causas da evasão são multifatoriais e necessariamente associadas a questões pessoais, de tolerância, frustração (Relatório ProJovem, 2009. p .61).

Entretanto, no Quadro 22, indica-se as taxas de evasão e conclusão (matricula final), das cidades da região Norte. Assim, as taxas de evasão nas cidades da região, inclusive em Belém indica uma taxa bem menor de 18,4 % (1.758)⁷¹ e em Manaus registrou 15,9%. Conforme relatório Projovem (2009) as menores taxas do Nordeste ficaram para cidade de Maceió 16,7% (1.147) e Paulista 18,7%, no Centro Oeste a cidade de Aparecida de Goiânia apresentou a menor taxa de evasão com 23,9% (165), Gravataí foi a cidade da região Sul de menor taxa 26,7% e no Sudeste as menores taxas de evasão resultaram em quatro cidades: Belford Roxo 14,6%, Niterói 18,2%, Nova Iguaçu 7% (139) e Rio de Janeiro com 10,5%. Contudo, outras cidades registraram taxas maiores como: Florianópolis 43,9%, São Paulo 50,6% (8.973), Guarulhos 41,6%, demonstrando por sua vez taxas bem maiores de evasão em relação à média nacional. Cabe destacar que nas cidades mais desenvolvidas dos estados brasileiros se oferecem mais oportunidades aos jovens, e mesmo assim se registrou as maiores taxas de evasão.

Em relação a cidade de Belém verificou-se que a taxa da matricula final (Quadro 22), foi de 81,5% (7.789)⁷² de matriculados concluintes e Manaus com 84%. De acordo com o relatório Projovem (2009), o Nordeste apontou taxas significativas de matrículas como na cidade de Maceió 82,9% (5.698) e a cidade Paulista com 81,3%, pelo Sudeste, foram as cidades de Belford Roxo 85,3%, Niterói 81,7%, Nova Iguaçu 92,9% (1.850), Rio de Janeiro e São João de Meriti 82,2% tiveram uma significativa taxa de matrículas concluintes.

No Quadro 23, apresentou-se um comparativo das regiões em nível nacional dos valores quantitativos das matrículas finais (concluintes) do Programa Projovem no País. Logo, duas regiões destacam-se, o Nordeste com taxa de 30,36% e o Sudeste com 23,44%, logo, segue a região Norte com 8,56%. Conseqüentemente no Quadro 24, apresenta-se o comparativo das regiões relativo à taxa de evasão, duas regiões,

71 Resultado obtido das matrículas totais Belém 9.557 (Quadro 18) x Quadro 21 - taxas de evasão cidade Belém 18,4%.

72 Matricula Total Belém 9.557 (Quadro 18) x 81,5% matricula final Belém (Quadro 21) = 7.789

o Nordeste com 10,62% e o Sudeste com 10,50 tiveram as maiores taxas de evasão entre as regiões, o Norte registrou 3,56%, a menor taxa foi da região Sul que apresentou 2,13% respectivamente.

Quadro 22- Taxas de Evasão e Matrícula final (concluintes)⁷³- cidades na região Norte-2005-2008

UF- Norte	Coordenação Municipal	Evasão %	Matrícula Final %
Amazonas	Manaus	15,9	84,0
Amapá	Macapá	36,5	63,5
Acre	Rio Branco	22,4	77,6
Pará	Ananindeua	38,3	61,6
	Belém	18,4	81,5
Rondônia	Porto Velho	48,7	51,2
Tocantins	Palmas	34,7	72,3
Roraima	Boa Vista	21,9	78,0
Media Percentual da região		29,6	71,21

Fonte: Elaboração do autor com dados do Relatório ProJovem (2009).

Quadro 23- Participação e Matrícula Final(concluinte) Programa Projovem por Regiões-nível Nacional- 2005-2008

Comparativo Matrícula Final(concluinte) de alunos Programa Projovem por Regiões											
Região Norte ⁷⁴	%	Região Nordeste	%	Região Centro Oeste	%	Região Sul	%	Região Sudeste	%	Matriculas Finais Total	%
20.662	8,56	73.246	30,36	15.703	6,50	8.559	3,54	56.569	23,44	174.739	72,4

Fonte: Elaboração do autor com dados do Relatório ProJovem (2009).

Quadro 24- Taxa de Evasão do Programa Projovem por Regiões-nível Nacional- 2005-2008

Comparativo Taxa de Evasão de alunos Programa Projovem por Regiões											
Região Norte ⁷⁵	%	Região Nordeste	%	Região Centro Oeste	%	Região Sul	%	Região Sudeste	%	Total Evasão Nacional	%
8.589	3,56	25.635	10,62	6.558	2,71	5.149	2,13	25.333	10,50	71.264	30

Fonte: Elaboração do autor com dados do Relatório ProJovem (2009).

Com relação aos resultados das taxas de certificação, conforme o relatório de monitoramento do ProJovem (2009), apresenta-se no Quadro 25 a proporção de alunos aprovados da Região Norte, de acordo com o total de alunos matriculados, os alunos (iniciantes) são aqueles que chegaram a frequentar aulas e os alunos

⁷³ Matrícula final-concluintes refere-se aos alunos que alcançaram finalizar o período do programa mais ainda sem certificação.

⁷⁴ Resultado das matrículas totais Região Norte 29.016 (Quadro 18) x (71,21%) media percentual da região Norte de (concluintes) certificados Projovem (Quadro 21).

⁷⁵ Resultado das matrículas totais Região Norte 29.016 (Quadro 18) x (51,3%) media percentual da região Norte de certificados (concluintes) Projovem (Quadro 24).

concluintes – aqueles realizaram a qualificação profissional, exame de certificação final e o exame de unidade formativa IV.⁷⁶

De acordo com relatório Projovem (2009), da matrícula total, a proporção de alunos que obtiveram a sua certificação final no período foi de 27,1% (65.374), essa baixa está associada à identificação da desistência como uma situação crítica do programa. Já os alunos que chegaram até a etapa final do programa a nível geral foram 51,6% (124.477). Por outro lado, no Quadro 25, Belém apresentou uma taxa de alunos certificados (concluintes) de 54,1% ou aproximadamente (5.170).

Entretanto, conforme o relatório Projovem (2009), verificou-se taxas maiores de certificação de alunos (concluintes) em cidades como: Rio Branco no Acre com 75,4% (Quadro 24) de alunos certificados, seguidos por Porto Alegre 63,6%, Brasília com 61%, a cidade pernambucana de Paulista registrou 67,4%, no Estado do Espírito Santo, a cidade de Vitória alcançou uma certificação de 62,7% e Osasco certificou 66,5%. Por outro lado, outras cidades como Macapá 34,3% e São Paulo com 30,3%, registraram taxa menor de alunos certificados.

Quadro 25– Proporção de Alunos certificados (concluintes) do Programa Projovem da Região Norte-2005-2008.

UF-Norte	Município	Concluintes %
Amazonas	Manaus	57,9
Amapá	Macapá	34,3
Acre	Rio Branco	75,4
Pará	Belém	54,1
	Ananindeua	46,8
Rondônia	Porto Velho	44,7
Roraima	Boa Vista	57,00
Tocantins	Palmas	40,2
Media percentual da Região		51,3

Fonte: Elaboração da autora com dados do Relatório ProJovem (2009).

Todavia, no Quadro 26, tem-se um comparativo das certificações de alunos (concluintes) por regiões em nível nacional, logo, o Nordeste com 19,9% e o Sudeste com 17,16% foram as regiões que registram maiores taxas de certificação. Entretanto. As menores taxas de certificação e conforme verificado, ficou por conta das regiões Sul com taxa de 0,31 e o Centro Oeste com 4,9%, a nível nacional o programa no período alcançou 48,5% de certificação (concluintes) de alunos.

⁷⁶ O Projeto pedagógico de formação do Projovem compõe seis unidades formativas: Unidade Formativa I-Jovem e Cultura; Unidade Formativa II-juventude e cidadania; Unidade formativa III-Juventude e Trabalho; Unidade formativa IV- Juventude e comunicação; Unidade formativa V-Juventude e Tecnologia; Unidade formativa VI-Juventude e Cidadania (Brasil,2008)

Quadro 26- Alunos certificados(concluintes) Programa Projovem Urbano por Regiões nível Nacional-2005-2008

Comparativo Taxa de Certificação(concluintes) alunos por Regiões Programa Projovem											
Região Norte ⁷⁷	%	Região Nordeste	%	Região Centro Oeste	%	Região Sul	%	Região Sudeste	%	Certificação Nacional Total	%
14.885	6,17	48.508	19,94	11.891	4,9	768	0,31	41.402	17,16	117.454	48,5

Fonte: Elaboração do autor com dados do Relatório ProJovem (2009).

4.3.1.1 O programa ProJovem Urbano no contexto municipal de Belém

O Município de Belém⁷⁸ do Pará, conforme estimativa IBGE (2021), conta com 1.506.420 milhões de habitantes aproximadamente, o que representa 60% da população da Região Metropolitana de Belém-RMB. É a segunda cidade mais populosa da região Norte, atingindo uma taxa de urbanização do município de 99,14% (IBGE-Cidades, 2016). Conforme a Secretaria de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão (SEGEP, 2018), aponta que o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM)⁷⁹ de Belém, teve variação positiva de 32,74% no período de 1991-2010, alcançando um IDHM de (0,746)⁸⁰entre os municípios do estado.

Segundo o IBGE (2010), o Município tem uma densidade demográfica de 1.315,26 hab./Km² e possui cursos de água e canais retificados que entrecortam a cidade, integrando-se em 14 bacias Hidrográficas, além dos ambientes naturais constantemente desafiados pelo crescimento urbano desordenado, o município divide-se em 08 distritos administrativos Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS), Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT), Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo de Bangui (DABEN), -Distrito Administrativo do Entroncamento (DAENT), Distrito Administrativo da Sacramenta (DASAC), -Distrito Administrativo de Belém (DABEL), Distrito Administrativo de Guamá (DAGUA), distribuídos em 71 bairros. O acesso ao município é via fluvial, terrestre, aéreo, como capital do Estado tem significativos órgãos públicos e privados para o atendimento administrativo e produtivo da cidade. Dados do IBGE (2010) apontam o setor serviços como de maior relevância, 83% de participação com valor adicionado na economia

77 Resultado das matrículas totais Região Norte 29.016 (Quadro 18) x (51,3%) média percentual de alunos certificados (concluintes) do programa Projovem Urbano Região Norte (Quadro 24).

78 De acordo com o IBGE (2010), a cidade possui uma área de 1.059,466 Km².

79 É uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano denotado pela: Longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a1, significando que quanto mais próximo de 1, existe um maior desenvolvimento humano.

80Conforme IDHM/PNUD, o desenvolvimento é considerado alta quando o índice se localiza entre 0,7 e 0,799

municipal (VA), a indústria em menor escala com 17%. Ainda na economia do município, o PIB *per capita* médio indica R\$ 20.562,10, já o rendimento médio dos trabalhadores formais alcançou 3,5 salários mínimos, outro dado significativo diz respeito a população ocupada de acordo com estimativas do IBGE (2020) são 423.501 pessoas ou 28% e o percentual da população que tem rendimento nominal mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo foi de 39%, como visto índices significativos e estreitos que juntam-se a isto, uma receita municipal oriundas de fontes externas de 58,8% em 2015. Ou seja, os cofres municipais por não possuir fontes de recursos financeiro próprios, estabelece uma situação de dependência, engessando a gestão e perdurando os problemas no município.

Na educação básica, o Instituto de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2021) criou indicador formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelece metas para a melhoria do ensino, e este calcula a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep (prova Brasil). Até 2022, o instituto estabeleceu o objetivo de alcançar média de 6 pontos. No entanto, o ensino fundamental na rede pública do município, alcançou uma avaliação de 4,3 e a nível estadual o ranking da educação do Estado do Pará ficou na penúltima colocação.

Por outro lado, um aspecto importante refere-se ao índice de vulnerabilidade social no município, a ação governamental precisa assegurar esforços e estratégias que possibilitem, uma realização de ações mínimas em direção à população e ao segmento juvenil em especial. No Quadro 27, o Anuário estatístico (2020) com dados da Secretaria de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão (Segep) registrou os dados sobre o índice de vulnerabilidade social em Belém no período 2000-2010, observa-se que na linha de pessoas com 18 anos ou mais, com ensino básico incompleto e em ocupação informal, verificasse índices de 37,46%, para o ano 2000 e 25,76% em 2010, isto demonstra uma redução da vulnerabilidade social, ou seja, mais pessoas finalizaram o ciclo do ensino fundamental, associado a mais ocupação formal.

As perspectivas atuais de Belém, nas próximas décadas impõem às autoridades locais, realizarem programas e ações viáveis logo, há uma demanda reprimida por projetos que estejam ao encontro e minimização da pobreza e suas desigualdades, propostas de geração de emprego e renda, acesso à educação,

saúde, cultura, esporte e lazer, são as expectativas de jovens entre 15 a 29 anos da capital paraense.

Quadro 27- Índice de Vulnerabilidade Social em Belém - Períodos-1991-2000- 2010.

Crianças e Jovens	1991 %	2000 %	2010 %
Crianças de 0 a 5 anos fora da escola		68,44	57
Crianças de 6 a 14 fora da escola	13,5	5,11	3,87
Pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis.		15,2	12,52
Mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,93	3,73	2,97
Família			
Mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	14,52	16,95	12,57
Vulneráveis e dependentes de idosos	2,03	2,44	2,44
Crianças extremamente pobres	12,49	11,96	6,22
Trabalho e Renda			
Vulneráveis à pobreza	51,34	48,56	33,26
Pessoas de 18 anos ou mais, com ensino fundamental incompleto em ocupação informal	-	37,46	25,76
Condição de Moradia			
População em domicílios com banheiro e água encanada	68,29	73,68	86,84

Fonte: Anuário Estatístico (2020). SEGEP.

Dessa Forma, a crise econômica causada pela crise sanitária do *Covid-19* aprofundou as desigualdades sociais e suas consequências. Em Belém, famílias de baixa renda têm cada vez mais dificuldades em conseguir o básico, como alimentação, trabalho e outras oportunidade. De acordo com o IPEA (2021), a capital Belém, ocupa o 5º maior índice de vulnerabilidade social do país. O indicador permite aos governos um detalhamento das condições de vida de todos os estratos sócio econômicas do país, identificando aquelas que se encontram em vulnerabilidade e risco social.

Nesse contexto buscando melhorar o nível de ensino fundamental e a falta de qualificação profissional dos jovens é que o Governo Federal instituiu em 2005 o Programa Nacional de Inclusão de Jovens-ProJovem ou ProJovem Urbano, em todas as capitais, inclusive na cidade de Belém, onde por meio de termos administrativos foram celebrados compromissos a serem assumidos entre a SEMEC e o MEC.

4.3.1.2 Perfil e Percepções dos impactos socioeconômicos e socioculturais de Jovens participantes do Programa ProJovem Urbano- Belém.

De acordo com IBGE (2010), jovens entre 15 e 29 anos no Brasil representam um quarto da população brasileira, isso significa 51,3 milhões de jovens, sendo que 84% deste público se concentram nas cidades e 15% no campo. Em Belém, conforme

o mesmo Instituto esta população jovem são de 398.861(28,6%) do total de pessoas do município. Segundo um estudo de política social sobre o jovem e o trabalho da Fundação Getúlio Vargas (2019) jovens entre 15 e 19 são os que mais perdem renda com a instabilidade econômica do país, e são os mais penalizados, seguido pelo público de 19 a 29 anos. Afinal, postos de trabalho se reduzem, tudo fica mais difícil e aqueles com mais escolaridade e experientes são os preferidos nessa hora, enquanto que preteridos são os jovens com baixa qualificação e instrução, passando a sofrer o momento de maior redução da sua renda.

Contudo, a expectativa do jovem é uma força latente que o acompanha e permanece em sua trajetória de vida, desafiando-o para se incorporar cada vez a um mundo do trabalho intensamente competitivo, onde as oportunidades são escassas e dependem de todo um processo dinâmico das relações sociais de produção entre o capital e o trabalho, ou seja, o sistema capitalista, um modo de produção de bens e serviços que se caracteriza pelo lucro como objetivo principal, assim, em Belém com uma economia orientada para a produção de serviços o segmento juvenil disputa estes espaços de trabalho, em desigualdades de condições educacionais e profissionais, um paralelo que exprime perspectiva de vida destes e de seus familiares.

No entanto, a percepção⁸¹ do jovem é importante neste jogo e soma-se como sujeito envolvido na capacidade de pensar a situação real do ambiente em que vive, além do que é inquietante saber como ele descortina esse movimento dinâmico das relações sociais e econômicas, em constante evolução.

Segundo Abramovay e Esteves (2008), um dos grandes desafios é entender o mundo juvenil na suas indumentárias, costume, anseios, corpo, idade, sexo ,fases, comportamento e principalmente de como ele entende e percebe as situações que vivencia, muitos deles por exemplo com baixa escolaridade e qualificação não tem oportunidade no mercado de trabalho, isto se dá majoritariamente com os jovens de baixa renda devido que sua situação de sobrevivência e familiar obriga estes a trabalharem informalmente, em que muitos abandonam os estudos quando não lhe é possível conciliar estudo-trabalho.

81 Conforme Smith (2014), segundo a concepção comum, a percepção é uma capacidade cognitiva e de modo mais específico uma atividade cognitiva. Ela permite que se adquira crenças e o conhecimento do mundo.

Segundo Davidoff, (1983) um processo de organizar e interpretar dados sensoriais para desenvolver a consciência de si mesmo e do ambiente.

De acordo com Carrano (2007), a constante procura pela entrada ao mercado de trabalho pelos jovens de famílias com baixa renda, torna-se cada vez mais difícil. Assim, cresce e se aprofunda a informalidade e quanto ao jovem com emprego, oscila seu poder de renda e consumo. Por conseguinte, a ausência de uma efetiva implementação da política educacional do ensino básico, no sentido de diminuir a defasagem escolar, não fez mais que agravar a situação do jovem em nosso país.

Neste cenário, desenvolve-se o programa Projovem Urbano no município, para avançar na superação da defasagem do ensino básico fundamental, alinhando-o à oferta do ensino profissionalizante, além de ser uma oportunidade para a juventude como sujeito de direito. Em tal sentido as características e o perfil sócio econômico do jovem, tornam-se estruturas que vão corroborar para compreender a percepção, vivência profissional e suas motivações, habilidades e competências próprias dos entrevistados.

Assim, a percepção dos jovens, passa a ser uma relação construída sobre os vários assuntos de aprendizados e seus possíveis efeitos adquiridos na convivência com o programa, isto configura-se um conjunto de informações intrínsecas do entrevistado, envolve sua perspectiva social, econômica e o meio em que ele se realiza. Nesse sentido, foca-se na percepção dos entrevistados, o significado que ele confere às coisas, sua vida e suas perspectivas. Para isto, os questionários tornam-se um instrumento essencial no processo da informação e percepção social, dando aos jovens um caráter de sujeito coletivo.

4.3.1.3 Caracterização socioeconômica, demográfica, impactos e percepções de participantes do Programa ProJovem Urbano- Belém-Pará.

A pesquisa se realizou no período de 2022/23, e utilizou-se da entrevista não diretiva com roteiro estabelecido. Assim, os entrevistados foram selecionados com dados fornecidos pela SEMEC, e que disponibilizaram informações cadastrais dos ex-alunos, além de indicar algumas escolas participantes do ProJovem Urbano, e que funcionaram como polos das ações, entre eles, a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Prof Ruy da Silveira Britto, Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)-Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professor Paulo Freire e EMEF Donatila Santana Lopes, nestas instituições educacionais foram repassadas informações complementares relativas ao programa. Desse modo, realizou-se, a caracterização do perfil

socioeconômico e demográfico de quarenta e duas (42) pessoas do ProJovem Urbano, e realizado no período 2012-2020 na cidade de Belém.

No Quadro 28, apresenta-se os distritos e bairros das quais os referidos entrevistados são moradores: no Distrito da Sacramenta (DASAC) os bairros Pedreira, Barreiro, Telégrafo; no Distrito de Belém (DABEL) os bairros Cidade Velha, Umarizal; no Distrito de Icoaraci (DAICO) os bairros Icoaraci, Maracacueira, Tenoné ; no Distrito do Guamá-DAGUA os bairros Condor, Canudos, Cremação, Jurunas; no Distrito de Bengui (DABEN) os bairros Cabanagem, Bengui, Tapanã; no Distrito de Mosqueiro (DAMOS) Mosqueiro-Quilombo-Sucurijuquara; no Distrito de Outeiro (DAOUT) Outeiro, logo, observa-se que dos 08 distritos administrativos componentes do município, 07 formam parte da pesquisa. Desta forma, observa-se na referida tabela o predomínio de participantes do bairro do Tenoné com 12 e do Mosqueiro-Quilombo-Sucurijuquara com 4 participantes.

Quadro 28- Participantes Entrevistados ProJovem Urbano -Belém –Distritos e Bairros

Distrito	Bairros	Nº Entrevistados	%
1-Distrito Adm. da Sacramenta (DASAC)	Pedreira	02	4,7
	Barreiro	02	4,7
	Telégrafo	01	2,3
2-Distrito Adm.de Belém (DABEL)	Umarizal	01	2,3
	Cidade Velha	01	2,3
3-Distrito Adm.de Icoaraci (DAICO)	Icoaraci	02	4,7
	Maracacueira	02	4,7
	Tenoné	12	30,0
4-Distrito Adm.do Guamá (DAGUA)	Condor	01	2,3
	Guamá	01	2,3
	Canudos	01	2,3
	Cremação	01	2,3
	Jurunas	03	7,1
5-Distrito Adm. do Bengui (DABEN)	Cabanagem	02	4,7
	Bengui	02	4,7
	Tapanã	02	4,7
6-Distrito Adm.de Mosqueiro (DAMOS)	Mosqueiro-Sucurijuquara	04	9,5
7-Distrito Adm.de Outeiro (DAOUT)	Outeiro	02	4,7
TOTAL		42	100

Fonte: Elaboração da Autora (2023).

Desta forma, a aplicação da metodologia referenciada para coleta de dados, permitiu fazer uma aproximação e assim, compreender as percepções que formaram os alunos após participação no programa, além de outras informações relacionadas com suas motivações, comportamento e atitudes. Cabe destacar que a seleção da amostra foi de busca ativa nos bairros, além de ter sido respeitado o anonimato dos entrevistados, em conformidade com os padrões éticos de pesquisa explicitados no TCLE, do NAEA, da UFPA.

Cabe ressaltar, que para maior confiabilidade⁸² as respostas e sua transcrição para a análise dos dados, tivera rigor os aspectos metodológicos propostos. operacionalização da pesquisa, executou-se num cenário fortemente influenciado pela crise sanitária global, do novo Coronavírus *Covid-19*, e entre temores e dificuldades, o trabalho de campo realizou-se preservando os ritos e protocolos de saúde, determinados pelas autoridades de saúde para crise pandêmica.

Assim, das informações obtidas nas entrevistas com os participantes do Projovem Urbano-Belém e do material de dados secundários extraídos de arquivos de escolas, Secretaria Municipal de Educação de Belém e (ID) JOVEM Nacional, procedeu-se à organização via metodologia de análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (1977), consiste em utiliza

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 42).

De acordo com Chizzotti (1991), na pesquisa qualitativa os dados ao estarem imbuídos de acontecimentos, práticas e costumes com certas representações parciais, mas com relativa coerência construída pelos sujeitos de pesquisa, estes fatos devem ter “a descrição minudente, cuidadosa e atilada que é muito importante; uma vez que deve captar o universo das percepções, das emoções e das interpretações dos informantes em seu contexto” (Chizzotti, 1991, p. 82).

No Quadro 29, observa-se as informações descritas e relativas a idade atual dos entrevistados e as faixas etárias dos mesmos à época do programa. De acordo com o IBGE (2010), em Belém do Pará, os percentuais populacionais entre 20 a 39

82 “Adquire sua relevância enquanto critério de avaliação da pesquisa qualitativa apenas em contraste com uma teoria específica sobre o assunto em estudo e que trate da utilização de métodos” (Flick, 2004, p. 343).

anos registraram um quantitativo significativo de 507.219 (36,4%) pessoas, um volume de mais de 1/3 do total de pessoas (1.393.399) que vivem no município. É na qual estão inseridos os entrevistados do Programa Projovem Urbano.

Quadro 29- Idade do Participante na entrevista e na época do Projovem-2012-2014

Idade do entrevistado 2022	Feminino		Masculino		Total
	Idade das Jovens à época do Programa	Sub total	Idade dos Jovens à época do Programa	Sub total	
26 anos	2 (18 anos)	02	_____	_____	02
27 anos	1(18 anos) 1(19 anos)	02	_____	_____	02
28 anos	1(18 anos) 2(19 anos)	03	1(18 anos) 2(19 anos)	03	06
29 anos	1(19 anos) 1(20a.) 1(22a)	03	_____	_____	03
30 anos	1(20 anos)	01	_____	_____	01
31 anos			1(22 anos)	01	01
32 anos	1(23 anos)	01	1(24 anos)	01	02
33 anos	2(23 anos) 1(24a.) 1(25a)	04	_____	_____	04
34 anos	1(24 anos) 1(25a.) 1(26a)	03	1(24 anos)	01	04
35 anos	1(25 anos)	01	1(25 anos) 2(27anos)	03	04
36 anos	1(26 anos) 1(27a.) 2(28a)	04	_____	_____	04
37 anos	1(27anos)	01	1(26 anos) 1(28anos)	02	03
38 anos	1(28 anos) 2(29anos)	03	01(29anos)	01	04
39 anos	1(28 anos) 1(29anos)	02	_____	_____	02
Total		30		12	42

Fonte: Elaboração da Autora (2023).

Desta forma, no Quadro 30, se estabeleceu o perfil socioeconômico e demográfico dos entrevistados e conforme o mapeamento, verificou-se, que dos 42 participantes, na distribuição por gênero 30 (71,4%) pessoas eram do sexo feminino e 12 (28,6%) masculino.

Todavia, a faixa etária dos entrevistados variou de 26 a 39 anos, com a média do intervalo em 32,6 anos. Assim, na amostra registra-se significativamente a prevalência da faixa etária de 30 a 39 anos entre ambos os sexos, com 29 pessoas (69%), seguido da faixa etária entre 26 a 29 anos com 13 pessoas (31%) Quadro 30. Ressalta-se que estas pessoas cursaram o Projovem Urbano entre 2012 a 2014, e à época as mesmas tinham a idade entre 18 a 29 anos, com quarta série completo do ensino fundamental e sem vínculo empregatício formal.

Por outro lado, na avaliação socioeconômica e demográfica verificou-se que a naturalidade dos entrevistados indicou que 24 (57%) são oriundos da cidade de Belém

e os 18 (43%) restantes de outras cidades do interior do Estado. Assim, na avaliação da Cor/raça⁸³ 97,5% da amostra se declararam pardos ou negros.

Quadro 30- Perfil socioeconômico e demográfico dos entrevistados ProJovem Urbano -Belém 2012-2020

Variáveis		frequência (n=42)	%
Sexo dos entrevistados			
Masculino		12	28,6
Feminino		30	71,4
Faixa etária dos entrevistados			
26 – 29		13	31
30 - 39		29	69
Estado Civil dos entrevistados			
Casado (a) /vive junto		28	67
Solteiro(a)		11	26
Separado(a)		3	7
Composição familiar dos entrevistados			
Casado (a) /vive junto	Com 01 filho (a) abaixo 18 anos	09	21,4
	Com 02 filhos abaixo 18 anos	16	38,3
	Com 03 filhos abaixo 18 anos	03	7,2
	arrimo familiar	20	
Solteiro(a)	Nem Hum filho(a)	01	2,3
	Com 01 filho (a) abaixo 18anos	06	14,2
	Com 02 filhos abaixo 18anos	04	9,5
	Com 03 filhos abaixo 18anos	-	
	Arrimo familiar	07	
Separado(a)	Com 01 filho (a) abaixo 18 anos		
	Com 02 filhos abaixo 18 anos	01	2,38
	Com 03 filhos abaixo 18 anos	01	2,38
	Com 03 filhos acima 18 anos	01	2,38
	Arrimo familiar	02	
Escolaridade dos entrevistados			
Ensino fundamental completo		17	40,4
Ensino fundamental incompleto		4	9,5
Ensino médio completo		12	28,5
Ensino médio incompleto		8	19,0
Superior		1	2,3

Fonte: Elaboração própria da Autora (2023).

Entretanto, quando se analisa a composição familiar dos entrevistados, verificou-se no Quadro 30, que 28 (67%) pessoas do grupo de 42 são casados (as) / vivem juntos, destes, 03 (7,2%) pessoas se declararam com três filhos abaixo de 18 anos, na sequência, tem-se 16 (38,3%) com dois filhos abaixo de dezoito anos e

⁸³ Segundo o IBGE (2010), no Pará, o percentual superior a 76% de negros é bem maior que a média nacional, e representa quase 5,9 milhões de pessoas numa população superior a 7,5 milhões

representam o maior registro do grupo, assim, 09 (21,4 %) pessoas com um filho abaixo de 18 anos.

Contudo, 11(26%) pessoas disseram estar solteiro(a), destes, 6(14,2%) declararam ter um filho abaixo de dezoito anos, sendo assim, constituindo-se a maioria do grupo. Por fim, da representação separado(a), 01(2,38%) pessoa declarou ter dois filhos abaixo de dezoito anos e duas pessoas se declararam com três filhos, sendo que uma com filhos acima de dezoito anos e a outra com filhos abaixo de 18 anos. Ainda com relação ao estado civil, dentro dos casados(as) essa situação para maioria de mulheres, indica obstaculizar a conclusão de seus estudos. Outros arranjos familiares, que aparecem com peso similar é com quem o entrevistado reside, quando questionado a respeito com quem ele mora 31 (73%) afirmam morar com cônjuge e filhos, 09 (22%) com pais e parentes e 02 (4,7%) pessoas se declararam morar sozinhas.

Desse modo, quando se analisa o relativo à escolaridade, o ensino fundamental é representativo na realidade dos entrevistados com 49,9% (Quadro 30), os que concluíram o ensino fundamental apoiado pelo programa alcançaram 17 (40,4%) pessoas, e 4(9,5%) que ainda não conseguiram concluir. Por outro lado, 12 pessoas (28,5%) tinham até o ensino médio e 01(2,3%) pessoa tinha ensino superior.

Ressalta-se que mesmo com os objetivos abrangentes do Projovem Urbano propondo: educação básica a nível fundamental, qualificação profissional inicial e ações de participação cidadã comunitária, os resultados analisados demonstram que apesar dos avanços, as deficiências e mazelas da estrutura do sistema escolar brasileiro, continuam produzindo grandes contingentes de pessoas principalmente negras, com baixo rendimento escolar, caracterizando e materializando as desigualdades educacionais no Brasil. Logo, os entrevistados ao chegarem no Programa, precedem diversas histórias de vida pessoais com relatos de dificuldades quanto a evasão escolar e a baixa escolaridade. Essas trajetórias educacionais inquietas, que incluem reprovações e abandonos cíclicos, muitas das vezes têm origem no convívio familiar, como apontam alguns relatos:

Precisei sair da escola pra trabalhar e ajudar em casa, tinha dificuldades sair no meio do ano [...] quando voltei não lembrava de muita coisa difícil (B.C.32 anos)

Quando encontrei Projovem achava que era minha oportunidade de vida, mas tive que abandonar para cuidar de minha mãe, que ficou doente e precisava de mim (A.M. 33 anos, informação verbal).

Contudo, ainda na temática escolar os entrevistados demonstraram interesse por cursos que oportunize elevar o seu nível de escolaridade e habilidades técnicas, porém, ainda estes convivem com o forte índice de evasão escolar, mediante os desafios e conflitos encontrados durante este percurso.

Entretanto, o acesso ao programa e as expectativas de trabalho dos entrevistados deu-se para reverter o estágio de estagnação da escolarização e os relatos mostram que 25 (60%) pessoas, afirmaram voltar à escola em busca da qualificação profissional, que os coloque para uma oportunidade de trabalho e geração de renda, as outras 17 (40%) manifestaram que suas expectativas no programa foi de terminar o ensino fundamental e ampliar os estudos para o ensino médio e superior.

Dessa forma, os participantes do programa não podem ser visibilizados apenas na condição de estudante, mas principalmente como indivíduos trabalhadores. Em tal sentido, o programa Projovem Urbano Belém, ofertou os cursos profissionalizantes de informática, pintura predial, telemarketing, construção e reparos, serviços pessoais, metal mecânica, saúde entre outros, segundo relato de uma das entrevistadas “foi muito boa a formação, seria uma forma para se conseguir recursos e ajudar à família” (R.M. 39 anos, informação verbal).

Desse modo, no Quadro 30a, verificasse no item outros-ocupação/trabalho, que os entrevistados relatam suas funções exercidas atualmente e algumas são distintos às quais foram qualificados no Programa. Assim, verifica-se que mais de um terço dos entrevistados exercem funções de trabalho em áreas que não foram capacitados pelo Projovem. No entanto, o treinamento técnico profissional do programa contribuiu para conquista de outros nichos de ocupação/trabalho como descrito a seguir, pelos seguintes depoimentos dos participantes:

Estava desempregado, trabalhava fazendo bico, o curso de informática me ajudou na empregabilidade, hoje conto com uma profissão de atendente comercial (S.P.35 anos)

Queria trabalhar e ser independente, o programa abriu uma porta para conseguir um emprego e ajudar a dar uma vida melhor a minha família (E. P. 29 anos, informação verbal).

De acordo com o relatório Panorama da Educação do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2020), do MEC, o Brasil de maneira geral, expõe números inquietantes quanto à educação básica, o indicador atendimento ou

escolaridade da população de 25 a 64 anos, referente ao ensino fundamental completo, teve uma variação de retrocesso no período 2015 com 15% para 14% em 2018.

Quadro 30a- Perfil socioeconômico e demográfico dos entrevistados ProJovem Urbano -Belém - 2012-2020

Variáveis	frequência (n=42)	%
Ocupação/Trabalho dos Entrevistados		
Aposentado	1	2,3
Dona de Casa	1	2,3
Serviço Domestico	7	16,6
Desempregado	7	16,6
Construção e reparos	3	7,1
Comercio/empreendedor	9	21,4
Outros (manicure, eventos, cabeleireiro, telemarketing, informática, chapista, costureira, cuidador idoso, pintura predial, atendimento ao público, estoquista)	14	33,3
Faixa de Renda dos Entrevistados		
Até meio salário mínimo	4	9,5
De Meio até 1 salário mínimo	19	45,2
De 1 a 2 salários mínimos	9	21,4
> 2 salários mínimos	2	4,7
Sem renda	8	19,0
Situação de Moradia dos Entrevistados		
Do entrevistado(a)	8	19,0
Do cônjuge	7	16,6
Do Pai/Mae	15	35,7
Alugado/Cedido	10	23,8
Outra Situação (não informaram)	2	4,7

Fonte: Elaboração própria do Autora (2023).

Com relação ao Ensino médio ou Educação profissional e tecnológica subsequente, de acordo com o referido Instituto, há uma variação positiva de 33% em 2015 para 35% em 2018 e o ensino superior teve um avanço no período de 2015 a 2018 de 14% para 17% respectivamente. Esses números refletem quanto precisa de atenção e força tarefa principalmente o ensino fundamental básico brasileiro, além do que, é uma situação que vai ao encontro do quarto Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 da ONU-UNESCO, na qual enfatiza a importância de se assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da extensão da vida para todos os cidadãos.

Segundo Ministério do Trabalho e Emprego (2010) a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), tem como objetivo resguardar o direito do trabalhador de ter a sua ocupação trabalhista registrada na carteira de trabalho e todos os seus demais

direitos protegidos. Assim, a CBO está composta de 10 grupos de classificação das ocupações: o grupo três agrega técnicos de nível médio; o grupo 4 trabalhadores de serviços administrativos; o grupo 5 trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados; o grupo 7 e 8 agrega trabalhadores da produção de bens e serviços industriais.

No Quadro 30a, se analisou também as ocupações dos entrevistados e suas quantidades, assim, no item ocupação/trabalho, subitem outros (manicure, eventos, cabeleireiro, telemarketing, informática, chapista, pintura predial, construção e reparos, costureira(o), cuidador de idoso, atendimento ao público, estoquista etc.) 14 (33%) pessoas estavam atuando nestas várias ocupações; o item comércio/empreendedor registrou 9(21%)pessoas; Serviço doméstico 7 (16,6%); Construção civil 3 (7,1%); em seguida se tem 01 (2,3%) aposentado, 01 (2,3%) pessoa dona de casa e sete 7 (16,6%) pessoas encontram-se desempregadas. Esse é o quadro das ocupações dos entrevistados, e refletem uma alta taxa de pessoas trabalhando na área dos serviços e gerando renda para sua manutenção.

Por outro lado, analisando a renda⁸⁴ no Quadro 30a, verificou-se que 9(21%) pessoas ganhavam entre um e dois salários mínimos mensais, destes, cinco possuem carteira assinada no setor comércio e serviços, outra trabalha no empreendedorismo na área da costura; Já 8 (19%) estão sem renda, sendo que sete desempregados e uma dona de casa; 02 (4,7%) pessoas são da área da construção e reparos ganhavam acima de dois salários mínimos; 19 (45,2%) pessoas recebiam de meio a um salário mínimo mensal, três com carteira assinada de um salário mínimo cada, o grupo se desempenhavam nas seguintes funções: manicure, eventos, cabeleireiro, telemarketing, informática, chapista, costureira, cuidador idoso, construção e reparos, pintura predial, estoquista, atendimento ao público; 04 (9,5%) pessoas auferem até meio salário mínimo, como diarista.

Outra informação relevante, verificou-se no Quadro 30a item Faixa de Renda, e relaciona os entrevistados com faixa salarial entre meio a um salário mínimo, como sendo os mais significativos em representatividade (45,2%) na geração de renda. Porém, de uma amostra de (42) pessoas participantes da pesquisa, verificou-se que

⁸⁴Segundo a abordagem teórica neoclássica da distribuição, quando se trata de estudar a renda, a unidade de análise é o indivíduo, e a dotação de seus recursos e a produtividade de seus serviços avaliadas no mercado de trabalho se constituem a principal fonte determinante de seus rendimentos (Medeiros, 2008).

(34) pessoas desse total geram renda, que se distribuem em (08) pessoas que possuem carteira assinada, (01) pessoa é aposentada e (25) restante trabalham e geram renda, sem carteira assinada.

De acordo com informações da PNAD contínua do IBGE (2022), do total de 97,5 milhões de pessoas ocupados no país, 65,565 (67,19%) milhões de trabalhadores recebiam até dois salários mínimos (R\$ 2.424) por mês, 30,798 milhões de trabalhadores (31,56%) ganhavam de 1 a 2 salários mínimos, e até 1 salário mínimo (R\$ 1.212) 34.766 (35,63%) milhões de trabalhadores recebiam essa renda em 2022.

Entretanto, quando se verifica os cursos ofertados pelo programa ProJovem Urbano leva-se à reflexão no sentido de uma assertividade quanto a estes cursos profissionalizantes, haja visto que do total dos entrevistados, entre um a duas pessoas por tipo de ocupação tiveram a possibilidade de ser absorvidos nestas funções pelo mercado do trabalho, isso revela que a capacitação não gera empregabilidade devida.

Contudo, outro ponto analisado no Quadro 30a diz respeito à situação de moradia do entrevistado, assim, revela-se que 15 (35,7%) pessoas têm como proprietário pai/mãe; em 08 (19%) situações a propriedade é do entrevistado; em 7 (16,6%) o cônjuge do entrevistado é dono da moradia; 10 (23,8%) pessoas relataram sua situação de moradia como alugado/cedido e 02 (4,7%) pessoas não informaram.

Enquanto a divulgação do programa, 60% dos participantes declararam que foram informados por amigos e familiares a respeito da “oportunidade” de voltar a estudar, seguido de 20% que acessaram as informações nas escolas e mídias sociais. Entretanto a divulgação é uma dos fatores relevantes para os participantes, haja vista ser muito frágil participar efetivamente no “tempo hábil”; para muitos a falta de divulgação nos principais meios comunicação, mídias fáceis, e redes de contatos com o público alvo, prejudica e muito os que realmente precisam, pois essa divulgação aproxima e torna mais democráticas as oportunidades, não só dos programas governamentais, como também informações do dia a dia, fortalecendo assim a participação juvenil, nos aspectos educacionais, profissionais e cidadã, eixos que norteiam o ProJovem Urbano.

De acordo com o MEC (2022) o fluxo de informação é de interesse das coordenações municipais e estaduais, nesse sentido destaca-se a relevância das mídias atuais para a difusão e acompanhamento das informações governamentais e do setor privado. Assim, o plano nacional de mídia do ProJovem Urbano figura como estratégica fundamental para o conhecimento do programa no Brasil, e estrutura-se

em: Plano de mídia federal /nacional e plano de mídia local segundo a resolução nº. 22, de 22 de maio de 2008, onde o referido plano deve atender aos itens de ação promocional contidos no art. 24. Pois a função do estado é manter o princípio de igualdade universal, no que diz respeito às políticas públicas por ele executados, para a sociedade.

Conforme o relatório da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL) (2010) de Belém, realizar ações educacionais e pedagógicas para o enfrentamento de entraves e dificuldades como a desistência e evasão, foi um constante desafio para o Programa no município, e dentro do tripe do planejamento integrado do Projovem Urbano, foram adotados para tal fim, medidas descritas a seguir:

- 1) Semana de acolhimento para os alunos e consistia em apresentação do Programa Projovem Urbano, apresentação de filmes educativos que trabalham a autoestima dos alunos;
- 2) Trabalho em equipe de Coordenação e professores, respeito a sensibilização por meio de dialogo direcionado, palestras, discussões em grupo e experiencias positivas de antigos alunos e outras atividades relacionadas ao social e cidadã focando na questão do ensino fundamental, qualificação profissional e participação cidadã;
- 3) Cadastro e telefone atualizados de todos os alunos que estudam no Polo, foram realizados visitas aos alunos com baixo frequência pelos orientadores para o retorno dos mesmos;
- 4) Visitas pedagógicas e administrativas continuas nos espaços dos núcleos, para verificação e aplicação correta das diretrizes do programa;
- 5) Realização de planejamento pedagógico e coletivo, visando ações diferenciadas para o aluno e sua realidade social, ações que valorizam os jovens;
- 6) Organização de atividades esportivas (torneios entre os núcleos), gincanas pedagógicas, grupos folclóricos entre alunos, e Projetos como "caça palavra", "Literatura do Cordel", O planeta é nosso...entre outros e visava a integração cidadã e qualidade de vida do aluno;
- 7) Feiras culturais e ações de cidadania que envolvia as três dimensões do programa, o ensino básico, qualificação profissional e participação cidadã. As atividades constavam de exposições de trabalhos feitos pelos alunos, apresentação de oficinas, shows artísticos, corte de cabelo, maquiagem, atendimentos na saúde com profissionais da área que explicavam a questão da doença do HIV e Hepatite com a participação efetiva dos alunos equipe de professores e a coordenação municipal;
- 8) Passeios organizados pelos educadores para integrar o Lazer, conquistas de meia passagem para alunos, prêmios para os alunos efetivamente presentes nos exames externos do ciclo;
- 9) Convênios com a prefeitura de Belém para estagio, com o objetivo de adquirir experiencia, facilitando a inserção ao mercado de trabalho, além do recebimento do auxilio transporte;
- 10) Lançamento no prazo e das informações no sistema para o recebimento do benefício do aluno;
- 11) Oferecimento de merenda com qualidade e diária para os alunos;
- 12) Qualificação profissional desde o início do programa com suporte para realização das atividades práticas pertinentes aos cursos (Relatório, Programa Projovem Urbano-Belém-Pará, 2010, p. 2-4).

Assim, a gestão e resultados diários que envolvem um programa com tal dinâmica e amplitude como o Projovem Urbano, causam transformações no Jovem, o influenciam para uma nova forma de pensar, reflexionar e perceber a realidade social da qual formam parte, ao final o objetivo de uma educação cidadã é construir um jovem cada vez melhor para sua família, comunidade e sociedade em geral.

De acordo com Mintzberg e Gosling (2003) valores e habilidades técnicas são elementos que muitos educandos devem e podem desenvolver dentro de uma sala de aula, agregando com isto, aspectos colaborativos, flexibilidade e uma análise social cada vez mais humana. Em tal sentido, quando se analisa o depoimento dos entrevistados relativo à mudança e os possíveis impactos que o programa Projovem Urbano Belém incorporou no processo de vida dos mesmos, os relatos mostram que 15 (36,8%) deles são significativamente resilientes com o programa educacional, por que os ajudou, a se encontrarem capazes de superar e aprovar a questão escolar do ensino fundamental. Já 11 (26%) disseram ter conquistado a empregabilidade, com impacto maior sobre as mulheres (69%); 05 (10,7%) se manifestaram como empreendedores e 09 (21%) declararam a importância do curso e dos conteúdos ministrados na trajetória deles. Alguns depoimentos a seguir:

O Projovem foi tudo pra mim, me ensino a caminhar, a ter interesse pelos estudos, se não fosse pelo projeto não teria terminado o ensino fundamental, no curso aprendi a dar valor aos estudos, minha mente foi aberta e consegui ter esperança de ser outra pessoa e ter minhas habilidades oportunidades, um alguém na vida A.M. 33anos

o Curso me ajudou a ter objetivos de vida quando conclui o ensino fundamental. Me matriculei no ensino médio e fiz outros cursos profissionalizantes para ganhar um dinheiro e me sustentar e até mesmo fazer concurso público. O programa foi bom por isso e agradeço, e penso que deve continuar para outros jovens que precisam (H.A.28 anos, informação verbal)

Segundo Furni, Durand e Santos (2011), quando as políticas públicas atuam com processos educacionais devem ser levados em conta os diferentes saberes de jovens e adultos e assim, trabalhar as juventudes sob o foco de múltiplas especificidades. De acordo com Corrochano (2011), a força tarefa para a criação de programas e projetos de governo, voltados para a juventude, teve seu foco destinado, prioritariamente, aos jovens brasileiros de baixa escolaridade, em conflito com a Lei e de forma geral aos excluídos.

Neste sentido, o ProJovem Urbano é resultado desses caminhos e concepções diversificadas que fortaleceram, as políticas públicas de juventude como sujeito de direito e materializado no estatuto da juventude. Contudo, ainda está longe de superar os obstáculos que os jovens atualmente enfrentam para conseguir seus direitos assegurados à educação, qualificação profissional e garantia dos benefícios trabalhistas.

Desse modo é indiscutível o grau de importância dada pelo jovem ao processo de formação escolar e profissional na vida dele. Nas entrevistas os depoentes relatam suas percepções acerca do programa, como sendo um impacto positivo na vida de 32 (75%) deles, os relatos descrevem que para alguns ajudou a ter uma visão de mundo, um outro entrevistado descreve que foi estimulado ao retorno escolar e concluir seu ensino fundamental, para outro gerou expectativas e possibilidades de empregabilidade. Verifica-se com isto, a expressão de que, os jovens estão prontos a reagirem, a demonstrar capacidade como atores públicos participantes de uma sociedade civil, contribuindo com debates e se posicionando na sociedade. Porém, necessitam serem incluídos e provocados continuamente para desenvolverem uma reflexão de pessoal face à realidade do meio que vive.

Se não existisse o Programa, não teria reagido e concluído meu ensino fundamental, para você ver, muitas coisas não sabiam, inclusive ler e misturava as palavras quando falava com alguém, era tímida, com as aulas fiquei social, aprendi informática (H.A.28 anos, informação verbal).

Desta forma, o jovem paraense constrói sua expectativa futura, ao perceber que a escolaridade lhe ajuda a fornecer o meio de entrada para melhoria da sua situação socioeconômica, sente-se parte dela, superando assim suas dificuldades de aprendizado, motivando-o a concluir seus estudos, para uma expectativa de emprego e renda melhor para ele e sua família.

O ProJovem Urbano Belém, gerou sim, expectativa positiva de continuar meus estudos de ensino básico fundamental, ensino médio e entrar na faculdade. As orientações recebidas me ajudaram a conseguir trabalho para atuar no telemarketing e melhorou a vida de nossa família (M. S.37 anos, informação verbal).

Assim, esses relatos podem indicar uma mudança tanto nas motivações dos jovens quanto na sua percepção estimulados pelo ProJovem. Outros depoimentos mencionam que no decorrer das atividades, alguns alunos relataram ter enxergado novas alternativas, e na falta de obter novo emprego, a saída seria criar um pequeno

negócio próprio como sua perspectiva. Da mesma forma, há relatos de jovens em relação ao programa pode não ter ajudado a conseguir emprego naquele momento, porém os incentivou a envolver-se com questões de continuar estudando para ampliar sua escolaridade.

Por outro lado, o relatório do Banco Mundial (2006) compartilha da mesma percepção quando se refere aos jovens e o tratamento que devem ser dispensados a eles, como um tipo especial de objeto de intervenção e investimento. Logo, na visão da OIJ os jovens como capital humano necessitam serem resgatados e contemplados para retomar o desenvolvimento socioeconômico de seus países.

O Projovem inicialmente, vinculado à SEJ, aparece citado como o programa governamental direcionado aos jovens brasileiros mais conhecido entre o conjunto da população. Tal constatação parece corroborar a intenção governamental de instituí-lo como um marco na inauguração de uma ação estatal de peso na formulação de uma política de juventude (Abramo, 2009) considerando, sobretudo ter sido pensado a partir das próprias demandas sociais crescentes para essa significativa parcela da população que em números, representa 48,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, isto é, 23,0% da população total brasileira, onde desses 2,4 milhões são paraenses (PNAD, 2017).

Em relação as dificuldades e entraves encontrados pelos entrevistados para acessar o Programa no período 2012 a 2014, observa-se que apesar da importância como propulsor do ensino básico, as dificuldades relatadas por esses jovens foram variadas⁸⁵, onde principalmente a falta de divulgação foi a resposta mais recorrente de 29 (68,7%) depoentes.

Desta forma, é importante observar, a necessidade que se trabalhe o acesso, continuidade e conclusão do ensino com qualidade para o jovem em defasagem escolar, neste sentido, as políticas públicas devem contribuir para corrigir tal distorção, possibilitando a superação e entraves desta etapa. Logo, o ProJovem Urbano teve um efeito significativo, como suporte para a política de educação, em Belém foi implementado como uma estratégia do Governo Federal para alcançar a jovens das escolas públicas em defasagem escolar, ampliando com isto, espaços e oportunidades para qualificar o processo de aprendizado. Assim, segundo o Sistema Integrado da Secretaria Executiva do Ministério da Educação (2021), no Quadro 31

85 Os relatos são variados e dizem respeito a: turma levar na brincadeira as aulas, o fato dos professores não serem da comunidade havia um tempo de adaptação e alinhamento.

mostra a quantidade de jovens em Belém que participaram do ProJovem Urbano entre 2010 e 2021.

Quadro 31- Participantes do Programa ProJovem Urbano no Município de Belém e no Pará

Unidade	Alunos 2010	Alunos 2012	Alunos 2013	Alunos 2014	Alunos 2021	Total
ESTADUAL		3.094	1.726			4.820
MUNICIPAL	3.200	3.656	3.740	2.613	137	13.346
Total	3.200	6.750	5.466	2.613	137	18.166

Fonte: Sistema integrado da Secretaria Executiva do Ministério da Educação-SIMEC Secretaria Executiva -MEC/SE

De acordo com o relatório de metas da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer-SEJEL da Prefeitura de Belém, executora do Programa ProJovem Urbano no município, registrou-se que no período 2010 se inscreveram 5.247 alunos, porém, apenas 3.200 jovens efetivaram suas matrículas como registrado na tabela 16. Contudo, no relatório, a instituição formadora⁸⁶ apresenta informações relevantes do andamento do programa em 2010. Assim, para o recrutamento dos jovens, a coordenação utilizou-se de estratégias que consistiam em reuniões nos bairros com lideranças comunitárias para apresentação do Programa ProJovem Urbano, assim como a sensibilização e mobilização com lideranças locais para recrutamento dos jovens de suas comunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da “juventude” é complexa em sua diversidade, em tal sentido visando responder a pergunta central da pesquisa, quanto aos impactos dos programas Id Jovem e Projovem Urbano na vida dos jovens, este trabalho, centralizou-se na aplicação de questionários sobre a caracterização socioeconômica e sociocultural dos entrevistados e a percepção destes na sua relação com os programas. O suporte da pesquisa teve como base 29 jovens entrevistados para o ID Jovem e 42 para o Projovem Urbano. Assim, procurou-se compreender a respeito dos efeitos gerados das ações pedagógicas, eventos culturais, os aspectos positivos e negativos, posturas adquiridas ou não, decorrente da relação vivenciados pelos jovens nos referidos programas.

A juventude significa uma etapa do ciclo da vida, na qual finaliza o processo e socialização, este é um acúmulo de experiências do indivíduo para a produção e reprodução da vida e da sociedade (Abramo, 2005). Assim, de forma geral, os resultados de ambos os programas, indicaram que os entrevistados mostraram um desconhecimento e falta de informação sobre os seus direitos, essa situação juvenil acaba postergando a superação de sua baixa escolaridade, obstaculiza sua qualificação profissional, um complicador para acesso a bens culturais e demais direitos gratuitos como à mobilidade e transporte interestadual.

Entretanto, 85% dos entrevistados dizem reconhecer os esforços e avanços experimentados na aprendizagem de lidar com problemas surgidos, habilidades adquiridas, benefícios quanto a escolarização, qualificação profissional e demais oportunidades; são alguns relatos frequentes, quando indagados nas entrevistas. Assim é possível compreender que o papel dos programas Id Jovem e Projovem Urbano, acaba contribuindo e incorporando uma nova dinâmica na percepção dos participantes, possibilitando uma reflexão sociocultural, concorrendo para uma situação juvenil local mais favorável, que se condensa por diferentes caminhos, fortalecendo assim sua cidadania e projetos de vida.

Outra situação analisada, diz respeito à questão do gênero, a pesquisa revelou que tanto no ID Jovem quanto no Projovem Urbano, a influência feminina tem uma grande representatividade com 55% no primeiro programa e 71% no segundo. A mulher em ambas ações se declararam da raça negra ou parda, em 90%, e relataram que a responsabilidade é delas pela casa e filhos, mesmo assim, não desistem em

buscar mais acesso à escolarização com qualificação profissional, com isto constata-se o aumento intenso da presença feminina disputando espaço de oportunidades, apesar das dificuldades e entraves que elas enfrentam.

A pesquisa verificou também que em 68% (20) dos entrevistados, o ID Jovem gerou impactos e percepções predominantemente positivas e satisfatórias, vários depoimentos dos jovens descreveram experiências e mudanças para melhor; ainda sobre os relatos do acesso aos serviços culturais, transporte interestadual gratuitos, eventos esportivos entre outros, estes benefícios são identificados por eles, como um diferencial na construção de mudanças, uma forma de refletir oportunidades e desafios para suas vidas, denotando a importância do Programa.

Todavia é importante alertar às autoridades competentes á respeito do cumprimento da Lei nº 12.852/2013 do ID Jovem e destacar que os entrevistados relataram diversas dificuldades ao exercerem seus direitos, de acesso ao transporte interestadual gratuito e aos bens culturais, haja visto que as empresas do setor dificultam o cumprimento desta medida legal, ignoram e burocratizam o atendimento do benefício, impactando diretamente o exercício da cidadania juvenil.

Além do que, segundo resultado das entrevistas, 75% (22) deles, manifestaram que houve pouca divulgação e /ou informação do programa, levando em consideração sua relevância, essa situação pode ter contribuído para baixa procura acerca dos benefícios. Entretanto, conforme a SNJ o Programa alcançou no período de 2018 a outubro de 2022, um resultado para o município de Belém de 31.446 emissões da carteira ID jovem, uma média de 6.289 por ano, um volume baixo de procura pelos referidos documentos, para uma meta aquém estabelecida a ser alcançada pelo município, de 90.556 emissões (Quadro,15).

Enquanto ao Projovem Urbano, não é diferente, de acordo com o ministério da educação o programa no âmbito nacional teve uma diminuição de recursos impactando nas ações no país, inclusive em Belém. No Quadro 31 tem-se a informação, quando o município teve o seu último atendimento em 2014 com 2.613 jovens, sendo retomado as ações em 2021 após cinco anos com apenas uma turma de 137 jovens. Isto, denota que as políticas de juventude não foram prioridades dos governos que se sucederam a partir de 2016, refletindo com isto um descompromisso cada vez mais com as políticas de juventude no Brasil. Mesmo assim, e com essas dificuldades descritas o Projovem Urbano Belém entre 2010-2021 oportunizou a

escolarização básica e qualificação profissional para 13.346 jovens entre 15 a 29 anos respectivamente.

Dessa forma, o ProJovem como política pública, refletiu se atrativo para os jovens de Belém, conforme percepção de 77% dos participantes, estes manifestarem-se positivamente satisfeitos com o programa. No entanto, destaca-se também a valorização dada pelos entrevistados à presença do ProJovem na conquista de certificação do ensino fundamental e qualificação profissional. Os depoimentos se complementam e tem uma certa carga emocional quando relatam perspectivas de vida, como ampliar o ensino médio, ingressar na faculdade, ganhar um trabalho novo ou mesmo fazer concurso público, que dizer, são muitas as percepções positivas criadas por estes jovens, tudo isto, derivado do processo do Projovem Urbano Belém. Ressaltasse que o problema do desemprego não esgota a verdadeira crise de reprodução social que se instalou entre os jovens de situações menos desfavorecidas, que enfrentam dificuldades frequentes e cada vez maiores em seu dia a dia de ocupação de espaços. Assim, é necessário dar atenção significativa aos jovens que apenas conseguem se inserir no mercado de trabalho por meio da subocupação ou de ocupações precárias, mal remuneradas (Arroyo, 2010)

Nesse sentido, o Programa é mais um instrumento de política pública que se implementou na direção de ampliar oportunidades e com isto, minimizar, corrigir as diferenças e desigualdades existentes na educação básica da juventude brasileira. Desse modo, é importante que as autoridades governamentais se voltem para uma nova agenda governamental de discussão em pro da política pública de fomento para juventude do país, é imprescindível, estratégias específicas para estes programas e para sua continuidade orçamentaria. Desse modo, as perspectivas atuais de Belém, nas próximas décadas impõem às autoridades locais, realizarem programas e ações viáveis que estejam ao encontro da desigualdade e da pobreza é necessário políticas continuadas de emprego e geração de renda quanto do acesso à educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

Dessa forma, observa-se que a exclusão no Brasil e especial em Belém, ainda é grande, os programas que atendem à juventude têm suas dificuldades orçamentarias para serem operacionalizados, as políticas tradicionais no jogo do poder criam seus entraves, para mitigar a assistência aos vários segmentos excluídos, inclusive a juventude.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Miguel. Crítica Política das Políticas de Juventude. *In*: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert 2003a.
- ABRAMO, H.W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. *In*: M. V. Freitas. (org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. (pp.19-35).
- ABRAMO, H.W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo Urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRAMO, H.W. **Grupos juvenis nos anos 80: um estilo de atuação social**. 1992. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992
- ABRAMO, H.W. Espaços de juventude. *In*: FREITAS, M.V. de; PAPA, F. de C. (org.). **Políticas públicas juventude em pauta**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 219-228.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: Unesco, 2006
- ALTHUSIUS, Johannes. **Política**. Editada y traducida por Frederick Carney, Boston, Beacon, 1964.
- ALVARO, Bianchi. Ensaio. O conceito de estado em Max Weber. **Lua Nova**, São Paulo, v. 92, p. 79-104, 2014.
- ALVES, Leonardo M. **Funcionalismo e estrutural-funcionalismo**. Ensaios e Notas. [S.l.:s.n.], 2014.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. *In*: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. (org.). **Políticas públicas e gestão**. Rio de Janeiro: FASE, 2003. p. 1- 10.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. Between us, the generations. *In*: LARROSA, J. (ed.). **On coexistence between generations**. Barcelona: Fundación Viure i *generations* Conviure. 2007. p. 365-376.

BAUMAN, Z. **Tiempos líquidos**: vivir em uma época de incertidumbre. Traducción de Carmen Corral Santos. Mexico: Tusquets Editores México, S.A, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Panorama da educação**: destaques do education at a Glance 2020 [recurso eletrônico]. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília, DF: Secretária-geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL UNESCO, MEC, ANPED, **Juventude e contemporaneidade**. 2007. 284 p. (Coleção Educação para Todos; 16).

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de inclusão de Jovens-ProJovem. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 6.629 de 04 de novembro de 2008**. Regulamenta o Programa Nacional de inclusão de Jovens-ProJovem. Brasília, D, 2008a.

BRASIL. Coordenação nacional do ProJovem Urbano. Projeto. **Pedagógico Integrado (PPI) do ProJovem Urbano**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude. 2008b.

BRASIL, **Cultura em números**: anuário de estatísticas culturais. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2010. 252 p.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda constitucional nº 65, de 2010**. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=1186&seqPaginaInicial=7>. Acesso em: 2 mar. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação e da Cultura – MEC. **Manual do educador orientações gerais**. (org.). SALGADO, Maria Umbertina Caiafa. Brasília, DF: Projovem Urbano, 2012. 216 p. (coleção Projovem Urbano).

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Lei nº 5 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Estatuto de juventude: Brasília, DF: SNJ, 2017. 52 p.

BRASIL, Ministério da Educação e da Cultura Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Conselho Deliberativo – MEC. **Resolução nº 8, de 16 de abril de 2014 Projovem Urbano**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude Estação Juventude. **Conceitos fundamentais**: ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. (org.). Helena Abramo. Brasília, DF: SNJ, 2014. 128 p.

BRITO LEMUS, Roberto. Identidades juveniles y praxis divergentes: acerca de la conceptualización de juventud. (2002): *In*: NATERAS, Alfredo (coord.). *Jóvenes, culturas e identidades urbanas. México: Uam: Hacia una sociología de la juventud. Jovenes, Revista de Estudios Sobre Juventud*, México: IMJ, n.1, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 113.

CARRANO, Paulo Cesar. Educação de jovens e adultos e juventudes: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. Reveja. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1.n. 0, ago. 2007. *Online*

CARRANO, P. C. R. Juventudes: as identidades são múltiplas. Movimento, **Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, n. 1, p. 11-26, maio, 2000.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Biblioteca da educação. Serie 1. Escola; v.16).

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COLEMAN, James Samuel **Foundations of social theory**. Harvard University Press, 1990;1994.

DAVIDOFF, L. L. **Introdução à psicologia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983

DAYRELL, Juarez. *O jovem como sujeito social*. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n.24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *In*: FÁVERO, Osmar *et al.* **Juventude e contemporaneidade** Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, 2007. p. 155-176.

DAYRELL, Juarez T.; GOMES, Nilma L.; LEÃO, Geraldo M. P. Escola e Participação Juvenil: é possível esse diálogo? participação, esferas e políticas públicas. **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, n. 38, p. 237-252, set./dez. 2010.

DILTHEY, W. Introduction to the Human Sciences, *In: Selected works, princeton*: Princeton University Press [“Einleitung in die Geisteswissenschaften”. *Gesammelte Schriften*, Band 1. 1989. v. 1.

DUBET, François. Des jeunesses et des sociologies: I ecas français. **Sociologe et societes**, v. 28 n. I, p. 23-35, 1996.

EISENSTADT, Shmuel Noah. **From generation to generation**, Nova York: The Free Press, 1964.

EISENSTADT, Shmuel Noah. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro, Civilização. Brasileira, 1980.

ERIKSON, Erik H. **Identidade, juventude e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987c. 322 p. (Ciências da educação).

ESTADO e políticas públicas na Amazonia: gestão do desenvolvimento regional. (org.). COELHO, Maria Celia Nunes, *et al.* Belém: CEJUP: UFPA; NAEA, 2001.

ETZIONI, Amitai. **Organizações modernas**. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1980.

FAPESPA. <https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2015/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2003.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2004

FREIRE, Paulo. Não se pode ser sem rebeldia. **Revista Pais & Teens**, São Paulo.n.3, p.11-14, 1995.

FREITAS, Maria Virgínia de (org. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005. 40 p.

FURINI, Doris R. M.; DURAND, Olga Celestina da S.; SANTOS, Pollyana. Sujeitos da educação de jovens e adultos, espaços e múltiplos saberes. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/TcK5QFPgf6KspxwxvpG7qYG/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

FURTER, P. **Juventude e tempo presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, Nilma L.; LABORNE, Ana Amelia D. P. Artigo. Dossiê. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, 26 p. 2018.

GROPPO, Luís A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. 308p.

GROPPO, Luís A. A emergência da juventude e do lazer como categorias socioculturais da modernidade. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 73-82, 2002.

GROPPO, Luís A. O funcionalismo e a tese da moradia social na análise das rebeldias juvenis. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n. 26, p. 37-50, 2009.

GROPPO, Luís A. **Teorias críticas da juventude**: :geração, moratória social e subculturas juvenis, v.12, n.1, 2015.

GRUPO de trabajo sobre juventud de la plataforma de colaboración regional para América Latina y el Caribe, las juventudes latinoamericanas y caribeñas y la agenda 2030 para el desarrollo sostenible: una mirada desde el sistema de las Naciones Unidas” (LC/TS.2021/74), Santiago, Naciones Unidas, 2021.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas)sociais. **Cadernos Cedes**. Campinas, ano 21, n. 55, nov. 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Fórum brasileiro de segurança pública. Atlas da Violência**. [S.l:s.n.], 2017. 2017

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL - SIPS. **Cultura**. 17 nov. 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/101117_sips_cultura.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

JELLINEK, G. **Teoria general del Estado**. México D.F. Fondo Económico de Cultura, 2000.

JENKINS-SMITH, Hank. Explaining change in policy subsystems: analysis of coalition stability and defection over time”. **American Journal of Political Science**,1991.

JUSBRASIL. <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

JUVENTUDESEAPANDEMIA. Disponível em: www.juventudeseapandemia.com. Acesso em: 15 abr. 2022.

KRAUSKOPF, Dina. La construcción de políticas de juventude en Centroamérica. *In*: LEÓN, Oscar (Ed.). **Políticas públicas de juventude en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar. Chile: Cidpa, 2003.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado de futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**, São Paulo, v.17, n. 2, p. 30-39, nov. 2005.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 1987.

MAGNANI, Jose Guilherme. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a08v17n2.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2022.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Brasília, DF: Ed. da UnB. 2003.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. *In*: BRITTO, Sulamita de. (org.). **Sociologia da juventude**, v. 1, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. *In*: FORACCHI, Marialice M. (org.). Mannheim. **Os Grandes Cientistas Sociais**, n. 25, São Paulo: Ática, 1982.

MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, n. 62, p. 145-168, 1993.

MAPEAMENTO das dimensões de vulnerabilidade juvenil do Estado do Pará. Belém: Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará, 2014. 50 p.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo, Paz e Terra, 1981.

MASCARENHAS, Sidnei A. **Metodologia da pesquisa: Estudo e ensino**. 2. ed. São Paulo: Pearson education do brasil, 2018.

MATZA, D. As tradições ocultas da juventude. *In*: BRITO, S. (org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v.3, p. 81-106.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva. 1979.

MELO, Marcus André. "Estado, governo e políticas públicas". *In*: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, Ciência política. São Paulo; Brasília, DF: Sumaré, ANPOCS; CAPES, 1999. v. 3.

MINZTBERG, H; GOSLING, J. Educando administradores além das fronteiras. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 2, p. 29-43, 2003.

NOVAES, Regina. As juventudes e a luta por direitos. **Le monde diplomatique Brasil**, 2014. Disponível em: <http://diplomatie.org.br/as-juventudes-e-a-luta-por-direitos/> Acesso em: 27 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes Brasília**, 2004. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/imagens/0013001359135923PORpdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ORTEGA Y Gasset, José. **La idea de las generaciones**, *El tema de nuestro tiempo, Obras completas*, Madri: Revista de Occidente, 156 [*The modern theme*, Nova York: Harper & Row, v. 3, p. 145- [1923].

ORTEGA Y Gasset, José. **El tema de nuestro tiempo**. 8. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1985.

O'CONNOR, James. **USA: A crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

O'DONNELL, G. Anotações para uma teoria do Estado. **Revista de Cultura Política**, São Paulo, n. 3, 1981.

O'DONNELL, G. **Democracia, agência e Estado**: teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 314 p

PARSONS, Talcott. **Essays on sociological theory**. Illinois, The Free Press, 1954. p. 230.

PARSONS, Talcott. A classe como Sistema social. *In*: BRITTO, Sulamita de (org.). **sociologia da juventude III**: a vida coletiva e juvenil Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PASSOS, Joana Célia dos. Discutindo as relações raciais na estrutura escolar e construindo uma Pedagogia Multirracial e Popular. *In*: NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS. **Multiculturalismo e a pedagogia Mmultirracial e popular**. Florianópolis: Atilende, 2002. (Pensamento Negro e Educação, 8)

PEREIRA, L. C. Uma interpretação da América Latina: A crise do Estado. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 37, p. 37-57, 1993.

PIAGET, Jean. **O desenvolvimento do pensamento**: equilíbrio das estruturas cognitivas. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

PRESREPUBLICA.JUSBRASIL. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/93618/lei-11692-08#art-1>. Acesso em: 16 out. 2021.

REGUILLO, Cruz R. Emergencias de culturas juveniles. Estrategias del desencanto. **Enciclopedia latinoamericana de sociocultural y comunicación**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000.

REGUILLO, Cruz R. Cuerpos juveniles, políticas de identidad. *In*: Carles Feixa, Fidel Molina e Carles Alsinet. (ed.). **Movimientos juveniles en América Latina**: pachucos, malandros, punketas. Barcelona: Ariel, 2002.

REY, Luís. **Planejar e redigir trabalhos científicos**. São Paulo: Edgard Blücher 1987.

ROSSY, Oadia. **O sistema tributário nacional e a autonomia estadual**: comprovação no Estado do Pará. Belém: NAEA; UFPA, 1988.

RUA, M. das G. As políticas públicas e a juventude nos anos 90. *In*: CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília, DF: CNPD, 1998.

SANTOS, Andreia dos. O que é juventude? *In*: BODART, Cristiano das Neves. **Conceitos e categorias fundamentais do Ensino de Sociologia**, Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021. v. 2. p. 41-46.

SCHÄFFER, Burkhard. **Generationen: medien: bildung: medienpraxiskulturen im generationenvergleich**. Opladen: Leske & Budrich, 2003.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo, Abril Cultural 1983. v.2.

SMITH, Plínio. **A percepção como uma relação**: uma análise do conceito comum de percepção Analytica. [S.l.]: Revista de Filosofia, 2014.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20 – 45, dez. 2006. Disponível em. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SPÓSITO, M.; CARRANO, P. C. Juventude e políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./dez. 2003.

TAPSCOTT D. **Growing up digital**: the rise off the net generation, Nova York: McGraw-Hill, 1998.

TOURAINÉ, A. Jeunesse et société au Chili. **Revue Internationale des Sciences Sociales**, n. 137, p. 250, ago. 1993.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em sociologia), Universidade federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WEISHEIMER, Nilson. *et al.* Sociologia da Juventude. Curitiba Inter saberes, 2013. *Online*. (Série por dentro das ciências sociais). **A situação juvenil na agricultura familiar**, 2008. Tese.

WEBER, Marianne. **Weber uma biografia**. Niterói: Casa Jorge. 2003.

WEBER, Max **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB. 1999. 2 v

APÊNDICES



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável
do Trópico Úmido



APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com os gestores do Programa Identidade (ID) Jovem /Projovem Urbano

Nome _____ Cargo _____

Contato _____ e-mail _____

Intituição _____

- 1 - Quais os principais entraves e desafios para execução dos programas ID Jovem/PROJOVEM urbano?
- 2 - Os canais de comunicação são/ ou foram suficientes para as demandas internas e externas do programa?
- 3 - Em que consiste o monitoramento e avaliação dos programas?
- 4 - As articulações entre as esferas de governo (federal, estadual e municipal) têm sido suficientes?
- 5 - Com relação aos repasses orçamentários, tem prejudicado na implementação e resultados dos programas?



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável
do Trópico Úmido



APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com os jovens participantes do Programa ID Jovem em Belém

1. Nome: _____
2. Data de nascimento: ____/____/____ Naturalidade _____
3. Sexo: () F () M
4. Cor/Raça: () Branca () Preta/Parda () Amarela () Indígena
5. Estado civil: () casado/vive junto () solteiro(a) () Viúvo(a) () separado(a)
6. Tem filhos (as)? _____ quantos _____
7. Portador de necessidade especial () Sim _____ () Não
8. Endereço: _____ Bairro: _____ Cidade _____:
9. telefone _____ e-mail _____
10. Cursou Ensino Fundamental em:
() escola pública () escola particular () comunitário Outros _____
11. Cursou Ensino Médio em:
() escola pública () escola particular () comunitário Outros _____
12. Cursou ensino superior
() concluído () andamento qual? _____ () não
13. Você trabalha?
() Não () Sim qual sua renda familiar _____
14. Com quem você mora? () pais/parentes () sozinho () esposo(a)/filhos () com amigos
outros _____
15. Como você soube do programa Identidade Jovem? () internet () jornais () televisão
() instituições públicas () outros _____
16. Antes de você participar do programa Identidade (ID) Jovem, como era viabilizado seu acesso aos eventos culturais, esportivos e de mobilidade no território Nacional?

17. Por que você aderiu ao programa ID jovem? Quantidade de eventos acessados até o momento?

18. Que tipos de impactos (mudanças) o Programa ID Jovem trouxe ou fara na sua vida?

19. O que você identifica como entraves/dificuldades do programa, principalmente quanto o acesso as informações?

20. Você teve dificuldades de acessibilidade ao programa? Quais?

21. A partir de sua experiencia com o programa o que pretende fazer daqui para frente?

22. O que acrescentou para você sua experiência com o programa?

23.- como você se percebe depois do programa? Quais suas expectativas?



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável
do Trópico Úmido



APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com os jovens participantes do Programa Projovem Urbano em Belém

1. Nome: _____
2. Data de nascimento: _____ Naturalidade _____
3. Sexo: () F () M
4. Cor/Raça: () Branca () Preta/Parda () Amarela () Indígena
5. Estado civil: () casado/vive junto () solteiro(a) () Viúvo(a) () separado(a)
6. filhos (as): _____
7. Portador de necessidade especial () Sim _____ () Não
8. Endereço: _____ Bairro: _____ Cidade: _____
9. Telefone _____ e mail _____
10. Cursou Ensino Fundamental em:
() escola pública () escola particular () comunitário Outros _____
11. Cursou Ensino Médio em:
() escola pública () escola particular () comunitário Outros _____
12. Cursou ensino superior
() concluído () andamento
13. Você trabalha?
() Não () Sim qual sua renda familiar _____
14. Com quem você mora?
() Pais/ Parentes () sozinho () esposo(a)/filhos () com amigos outros _____
15. Como você soube do programa PROJOVEM Urbano
() internet () Jornais () televisão () Instituições públicas () outros _____
16. O ProJovem mudou alguma coisa em sua vida? Que impactos?
17. O acesso ao programa gerou expectativas ou efetivou vaga de trabalho?
18. O que você considera positivo e negativo no programa?
19. O que você identifica como entraves/dificuldades do programa, principalmente quanto o acesso as informações?
20. O que você está fazendo agora? Dando continuidade aos estudos? Está trabalhando?
21. Os conteúdos pedagógicos/programa influenciaram sua vida escolar e/ou profissional?
22. Como você percebe e se define depois do programa?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO



APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa referente à Dissertação de Mestrado intitulada: **“Programas para a juventude: impactos socioeconômicos e culturais na vida dos jovens de baixa renda de Belém-PA”**, que está sendo desenvolvida por **Rita do Socorro Almeida Pantoja**, discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fui informado(a), ainda, que a investigação é orientada pela Prof.^a Dr.^a Mirleide Char Bahia.

Afirmo que aceitei participar por vontade própria, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) do objetivo estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais, é: Analisar os programas para juventude: Identidade (ID) Jovem e PROJOVEM Urbano e seus respectivos impactos, na vida dos participantes em Belém (PA).

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso do pesquisador acima citado, em garantir-me os seguintes direitos:

- os dados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes;
- qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
- todas as informações utilizadas no trabalho, serão devidamente referenciadas;
- poderei consultar quando julgar necessário os resultados por meio dos *e-mails* da pesquisadora e da orientadora: mirleidebahia@gmail.com

AUTORIZAR () SIM () NÃO

Atesto que recebi uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Belém/PA, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do participante entrevistado

Assinatura do pesquisador

Assinatura da orientadora da pesquisa

ANEXOS

ANEXO A-

LANÇADO ID JOVEM EM SANTA MARIA

A Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Cultura lançaram o Programa Identidade Jovem. A Identidade Jovem, ou simplesmente ID Jovem, é o documento que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual. O lançamento ocorreu no CRAS, com a presença da Prefeita Diana Melo e secretários Elizângela Oliveira de Assistência Social e Junior Borges de Cultura, ainda a Coordenadora da Secretaria Nacional de Juventude Rita Pantoja e reuniu um grande número de estudantes. A ID Jovem é destinada às pessoas com idade entre 15 e 29 anos, pertencentes à família com renda mensal de até dois salários mínimos e inscritos no Cadastro Único do Governo Federal.



ANEXO B-

id jovem 2.0

Benefícios



Meia entrada no cinema



Meia entrada no teatro



Meia entrada em shows



Duas vagas gratuitas em viagens interestaduais



Meia entrada em eventos esportivos



Isonção da taxa de emissão da Carteira de Identificação Estudantil



Duas vagas com 50% de desconto em viagens interestaduais

O que você precisa para ter o benefício

- Idade entre 15 e 29 anos
- Renda familiar de até 2 salários mínimos
- Ter o NIS – número de identificação social (ter cadastro único atualizado)



E se não tiver o NIS – Número de identificação social?



Dirija-se ao centro de referência da assistência social – CRAS do seu município ou mais próximo e leve os seus documentos de identificação. Inscreva-se ou atualize o seu cadastro. Pronto! Agora você já tem o seu NIS

Como gerar a ID Jovem?

Baixe o aplicativo “ID JOVEM 2.0”
Informe o número do seu NIS
Informe o seu nome
Data de nascimento
Nome da mãe
OU
Acesse o site idjovem.juventude.gov.br e preencha com as suas informações pessoais



SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS


PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL